

Portugal Socialista



N.º 240
FEVEREIRO 2026

DIRETOR
PORFÍRIO SILVA

ANO 2026 | SEMESTRAL

REVISTA DE REFLEXÃO POLÍTICA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Publica-se desde o 1º de Maio de 1967



Continuar a Construir Futuro

*Bom mandato,
Presidente
António José Seguro!*

Portugal Socialista
Revista de Reflexão Política

N.º 240, Fevereiro de 2026

Diretor: Porfírio Silva

Propriedade do título: Partido Socialista

Sede: Largo do Rato, n.º2, 1269-143 Lisboa

E-mail: portugalsocialista@ps.pt

Pré-impressão: Âncora Editora

Av. Infante Santo, 52, 3.º esq.

1350-170 Lisboa

geral@ancora-editora.pt

Impressão: Grafisol

Periodicidade: semestral

Tiragem: 500 exemplares

Depósito legal: 356422/13

Registo de Título n.º (ISSN): 2976-0585

Portugal **PS**
Socialista

*PS: Continuar
a Construir Futuro*

Índice

EDITORIAL	
Lições da eleição presidencial de 2026 Porfirio Silva	07
Da esquerda revolucionária para o socialismo democrático Eduardo Ferro Rodrigues e Eduardo Graça	11
Trabalho XXI. A nova investida da velha agenda da direita Ana Paula Bernardo	15
O custo de ser jovem Sofia Pereira	19
Técnica, Liberdade e Política Francisco Teixeira	25
Da luta de classes à guerra entre nações: as questões do nacionalismo e da guerra no movimento socialista nas vésperas da Grande Guerra Diogo Vintém	35
O que é isso rearmar a Europa? Porfirio Silva	53
DOSSIER	
PS: Continuar a Construir Futuro	67
DOCUMENTO	
1977. O Secretariado Nacional explica a “Infiltração Trotskysta no PS	145

Editorial

Porfírio Silva

Diretor do Portugal Socialista

Lições da eleição presidencial de 2026

1. O Partido Socialista já deu dois grandes Presidentes à República: Mário Soares e Jorge Sampaio. Pessoas e políticos muito diferentes um do outro, com distintos históricos de presença cívica e política no espaço público, com personalidades marcantes que não se confundiam, deram, com registos diferentes, contributos relevantíssimos para a maturidade da democracia portuguesa e para um entendimento são de como, no topo do Estado, se pode zelar pelo regular funcionamento das instituições democráticas sem perder de vista a vida das pessoas concretas que são a materialidade do regime democrático. Mário Soares e Jorge Sampaio cumpriram e fizeram cumprir a Constituição, com a independência que o cargo exige, sem nunca deixarem de ser políticos de corpo inteiro: isto é, cidadãos que interpretavam a realidade e agiam sem deixar por mãos alheias as suas responsabilidades. Com o tempo, tendemos a idealizar as grandes personagens da nossa história coletiva e, por isso, acontece imaginarmos que Soares e Sampaio foram sempre consensuais. Não foram. Não foram, porque não se submeteram às conveniências do momento e não fugiram a tomar decisões e posições incómodas, antes definiram o seu caminho em função da leitura que, ponderadamente, faziam do que era devido ao interesse da comunidade.

2. Os portugueses acabaram de eleger um terceiro Presidente da República que os socialistas deram ao país. António José Seguro tem todas as condições para, pelo exercício concreto das suas responsabilidades, terminar os seus mandatos com o mesmo grau de reconhecimento popular que os portugueses deram, antes, a Mário Soares e a Jorge Sampaio. Tem a preparação pessoal para entender bem como devem relacionar-se os diferentes poderes do Estado se o propósito for o progresso do país e a defesa da democracia – e qual é o seu papel nessa rede de responsabilidades. E tem o lastro político de ter feito a sua formação na corrente política que mais contribuiu para a institucionalização da democracia no país – que é, também, a corrente política mais intrinsecamente pluralista e diversificada que atravessou as já mais de cinco décadas de liberdade: o partido do socialismo democrático.

3. O Partido Socialista deu um contributo inestimável para a eleição de António José Seguro à Presidência da República.

Foi possível ultrapassar uma certa resignação que, no passado, nos fez sermos menos prudentes quanto aos riscos implicados na eleição de um PR oriundo do espaço da direita política, circunstância pela qual o PS acabou por pagar um elevado preço político. Foi possível, desta vez, a tempo e horas, dar um sentido prático à determinação política que consistiu em fixar o objetivo de termos um candidato presidencial no qual o PS se pudesse genuinamente rever, graças a uma adesão cristalina aos valores constitucionais fundamentais.

Depois, lançados os dados, ninguém no Partido Socialista tentou apropriar-se da candidatura, ninguém tentou sobrepor-se à insubstituível vontade própria do candidato, ninguém no Partido Socialista procurou impedir ou abafar o surgimento de outras candidaturas possíveis e credíveis no mesmo espaço político, ninguém caiu na tentação de tentar unanimismos deslocados quanto a uma candidatura presidencial que nunca pode reduzir-se a ser uma mera expressão partidária (nem mesmo na declaração oficial de apoio, decidida em Comissão Nacional, se caiu na tentação do unanimismo).

Contrariamente aos apressados, que ainda não entenderam que as dinâmicas políticas não são mecanicismos nem automatismos, são processos complexos de construção coletiva, o PS soube dar tempo, soube esperar pela sua vez e deixar amadurecer os rios das convergências livres, não precisou de cercear a liberdade de ninguém acerca da melhor maneira de enfrentar os desafios do momento. A candidatura soube evitar o enorme erro que seria transformar-se num momento de ajuste de contas com

o passado partidário, o caldeirão de diferenças que sempre é o PS soube entender que somos mais fortes quando somos o somatório das diferenças e não a subtração dos desacordos, os socialistas mostraram saber distinguir os planos e as circunstâncias e saber valorizar o essencial que nos une para além das diferenças que nos enriquecem como um todo. E, finalmente, chegados os momentos decisivos, o entusiasmo dos militantes e das solidariedades coletivas deu a solidez e a mobilização que fizeram a diferença relativamente a outras candidaturas que declinaram por falta de sustentação popular que só pode ser movimentada por uma grande força nacional como é o PS.

4. A eleição de António José Seguro para a Presidência da República mostra o melhor das forças da esquerda democrática organizadas no PS. A força da nossa pluralidade e a capacidade de distinguir o essencial do acessório foram elementos decisivos no papel desempenhado pelos socialistas nesta contenda. Contém, ao mesmo tempo, elementos de reflexão que não podem ser ignorados. Estou convicto de que há dois elementos na dinâmica da candidatura presidencial de António José Seguro que merecem uma reflexão mais abrangente sobre os modos de fazer política nos dias de hoje.

Em primeiro lugar, creio ter sido um sinal importante termos mostrado aos cidadãos que certas diferenças políticas entre nós (entre socialistas) não quebram o essencial do laço político definido pelos nossos princípios fundamentais. Um antigo secretário-geral, que deixou de o ser por diferenças políticas importantes na gestão política de um período difícil da nossa vida (vida do país e vida do partido), não fica, por isso, excluído da comunhão dos grandes valores da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da justiça social, do empenho no funcionamento das instituições democráticas e no aprofundamento da democracia. Somos maiores do que as nossas diferenças e foi importante mostrar isso ao país num período em que correm com facilidade as vozes da divisão, do confronto, da desunião. Mostrámos saber ser diferentes nesse plano existencial.

Em segundo lugar, creio ter sido importante termos um candidato que se encontrava há anos fora da luta política quotidiana e regressa a um papel cívico de relevo vindo de uma vida “normal”. A meu ver, é decisivo que saibamos ter gestos concretos que abalem a distinção, hoje excessivamente marcada, entre representantes e representados. “Ser político” não pode ser uma profissão que distingue e separa certas pessoas do comum dos mortais. Precisamos, cada vez mais, para retomar a ligação entre todos nós, que não se consolide o fosso entre as pessoas “normais” e um

pequeno grupo de pessoas que passam muitos anos seguidos no exercício público de lugares de responsabilidade política. Não critico os “políticos profissionais” (assustadora é, por vezes, a falta de profissionalismo de certos políticos, até ministros e primeiros-ministros), mas precisamos de mais mistura entre a vida corrente da generalidade dos cidadãos e os períodos de exercício de responsabilidades públicas. Tomo como uma lição, nesse sentido, que tenha sido tão bem acolhido o regresso de António José Seguro à vida pública, depois de um período alargado de discreta vida profissional sem notória exposição mediática. Acredito que as pessoas genuinamente apreciaram esse factor – e creio que isso merece ponderação.

A satisfação por uma batalha que vencemos não nos distrairá da reflexão sempre necessária.

5. Bom mandato, Presidente António José Seguro!

Da esquerda revolucionária para o socialismo democrático

Eduardo Ferro Rodrigues, Eduardo Graça

Correspondendo a um desafio do diretor do *Portugal Socialista* para percorrermos os caminhos da Nova Esquerda, nascida e morta nos idos dos anos 1980, fomos aos confins da memória para narrar, de forma breve, o sofrido processo de transição da chamada esquerda revolucionária para o socialismo democrático. Ou seja, no nosso caso, do Movimento de Esquerda Socialista (MES) para o Partido Socialista (PS).

Na sequência do IV Congresso do MES, realizado a 8 de julho de 1979, marcado pela vitória da moção intitulada “Nova Prática, Novo Programa, Outro Caminho”, foi aberto o caminho para a autocritica em relação à orientação política anterior e para uma demarcação, assumida e sem regresso, do MES face à chamada esquerda revolucionária.

Embora mantendo em aberto, em teoria, uma via estreita para a criação de uma futura força partidária de esquerda “democrática, socialista e independente” (do PS e do PCP), que nunca viria a passar do papel, a decisão do MES de não concorrer às eleições legislativas intercalares de 2 de Dezembro de 1979, aconselhando, ao mesmo tempo, “aos partidos de esquerda com menores possibilidades de elegerem deputados” que “desistam a favor do PS ou da APU”, tendo em vista o “voto eficaz contra a direita” que concorreria unida na “Aliança Democrática” (AD), abriu caminho para esse processo de transição.

Na verdade, o IV Congresso do MES fez emergir uma orientação política que, não podendo já fazer regressar o MES às suas origens de força política de “esquerda socialista”, desempenhando um papel de “charneira” entre as diversas esquerdas, assumiu como inevitável o fim da sua breve, empolgante e solitária aventura partidária.

Talvez o MES tenha morrido não uma, mas três vezes: com a rutura do I Congresso, em Dezembro de 1974; com o apelo ao voto no PS, ou na APU, nas eleições intercalares de Dezembro de 1979 e, finalmente, em apoteose, no Jantar/Festa de extinção, em Novembro de 1981: antiautoritário e de esquerda toda a vida...

Já nas reuniões e discussões prévias ao I Congresso do MES, de dezembro de 1974, lembramo-nos de ter, em diversos momentos, divagado angustiados pela perceção da “quadratura do círculo” que constituía, naquelas circunstâncias, conciliar a democracia representativa com a democracia direta, ou “poder popular”.

Uma síntese impossível. Era necessário ganhar tempo, mas a gestão do tempo não era o nosso forte, nem o “espírito da época” favorecia as esperas sábias e pacientes.

As revoluções criam uma especial escala do tempo em que nos sentimos atraídos pela ação e a ação exige mais ação. A única saída possível para tornar o MES um Partido útil, na construção da democracia representativa e participativa, tinha-se esfumado com o desenlace daquele Congresso, consubstanciado na rutura do grupo de Jorge Sampaio, que desembocaria na criação do Grupo de Intervenção Socialista (GIS).

Os que romperam prepararam pacientemente a sua integração no PS. Os que ficaram, por convicção ideológica ou devoção a amizades autênticas, forjadas nas lutas do passado, foram absorvidos pela voragem dos acontecimentos e foram saindo, emavas sucessivas, até à extinção do movimento no célebre jantar do Mercado do Povo.

Após a extinção do MES, alguns de nós dinamizaram, no início dos anos 1980, a criação da “Nova Esquerda”, em cuja declaração de princípios se preconizava o “desenvolvimento de um novo pensamento de esquerda que, assentando fundamentalmente na ideia do socialismo democrático, clarifique as suas fronteiras, encare os valores da liberdade individual, da solidariedade social e da iniciativa modernizadora (tanto ao nível económico como cultural), como elementos constitutivos essenciais.”

Na Nova Esquerda houve diferentes fases:

– Uma primeira, em que se agregaram muitos que tinham vivido com grande intensidade política o período 1974-1977, incluindo a campanha de Otelo à Presidência, que culminou com um lamentável, improdutivo e grupusculizante congresso dos

GDUPS na Amadora em que MES e UDP tentaram alguma unidade que impedisse o afundamento do muito que tinha sido gerado nas eleições presidenciais. Nesta fase, lembramos um documento importante redigido por José Manuel Félix Ribeiro, que teve cerca de 15 subscritores e não foi divulgado.

– A segunda em que, sob a influência de Mário Soares, houve uma tentativa de unir os esforços da Nova Esquerda com os do Cube da Esquerda Liberal, e que não resultou, após um jantar em que o líder do PS juntou Pacheco Pereira, Ferro Rodrigues e Manuel Vilaverde Cabral. Como o futuro próximo iria demonstrar, eram de diferentes referências.

– A terceira em que, ainda sob a batuta de Mário Soares, dezenas de órfãos dos moribundos partidos da “esquerda revolucionária”, em sucessivas reuniões no Altis, davam contributos ao PS.

– A quarta, em que em nome da Nova Esquerda, os 5 coordenadores apoiam com manifesto próprio a ação do PS em 1983.

Por fim, defendia-se, num documento de julho de 1984, que mantém plena atualidade, entre outros objetivos, o debate “aberto e inconformista que envolva todos os sectores interessados na modernização do país”, o “reforço da democracia” e a “adesão à CEE”.

Esse documento, preparado para a criação de uma abortada “Cooperativa Nova Esquerda”, foi assumido por Afonso de Barros, Agostinho Roseta, Eduardo Ferro Rodrigues, Eduardo Graça, Eurico de Figueiredo, Jofre Justino, José Leitão, Júlio Dias, Margarida Marques, Sara Amâncio, Tereza de Sousa e Vítor Wengorovius.

Em 21 de abril de 1986, a Comissão Coordenadora da “Nova Esquerda”, constituída por Afonso de Barros, Agostinho Roseta, Eduardo Ferro Rodrigues, Eduardo Graça e Vítor Wengorovius, anuncia que, após seis anos, a “atitude de solidariedade crítica externa ao PS se esgotou e deve ser superada por uma intervenção política concreta que, para a maioria dos membros desta comissão, pode e deve ser realizada, desde já, dentro do PS.”

Em consequência, no decurso do ano de 1986, a Nova Esquerda dissolve-se, entrando para o PS quatro dos cinco coordenadores, com exceção do sempre solidário Vítor Wengorovius, após terem participado em diferentes listas do PS nas eleições de 1985, dramáticas, e que inauguraram dez anos de Cavaquismo. (Cf. documento que se reproduz junto.) Em 2026 cumprem-se os 40 anos desse momento. Muitos outros entraram nesse dia para o PS.

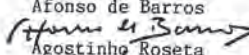
Com este texto, que poderá vir a ser mais bem documentado, os dois autores comemoram antecipadamente esse dia e lembram as figuras de democratas exigentes de Agostinho Roseta, Afonso de Barros e Vítor Wengorovius.

COMISSÃO COORDENADORA DA "NOVA ESQUERDA" CESSA ACTIVIDADES

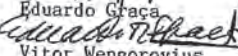
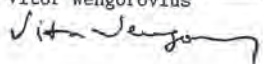
A C.C. da NOVA ESQUERDA, reunida em 20 de Abril de 1986, na sequência de um conjunto de debates realizados desde há algumas semanas, decidiu considerar que:

- 1 - Tomando em análise que após os últimos processos eleitorais e, nomeadamente, a derrota do PS em Outubro e a vitória de Mário Soares nas eleições presidenciais, se criaram condições favoráveis para a renovação, modernização e fortalecimento da Esquerda Democrática e do PS;
- 2 - O importante processo de debate interno que se abriu no PS, no quadro da preparação do Congresso, e o apoio que largos sectores deste Partido têm manifestado no sentido da promoção de uma Convenção da Esquerda Democrática a realizar até ao fim de 1986, possibilitam uma intervenção política nova por parte de todos aqueles que se têm mantido como independentes na área da Esquerda Democrática;
- 3 - O tipo de intervenção colectiva que a C.C. da NOVA ESQUERDA desenvolveu, desde há cerca de 6 anos, e que se concretizou numa atitude de solidariedade crítica externa ao PS, se esgotou e deve ser superada por uma intervenção política concreta que para a maioria dos membros desta Comissão pode e deve ser realizada, desde já, dentro do PS.
- 4 - Os independentes da NOVA ESQUERDA deverão assim assumir as atitudes que consideram mais úteis e eficazes para uma participação nestes processos incluindo a adesão imediata, ou a prazo, ao PS e um empenhamento prático na preparação da futura Convenção da Esquerda Democrática.

Lisboa, 21 de Abril de 1986

Afonso de Barros

Agostinho Roseta

Eduardo Ferro Rodrigues

Eduardo Graça

Vitor Wengorovius


Trabalho XXI. A nova investida da velha agenda da direita.

Uma (contra)Reforma contra o futuro do trabalho e do País

Ana Paula Bernardo

Sindicalista (UGT). Deputada à Assembleia da República

Pouco tempo após a tomada de posse, o novo Governo PSD/CDS apresentou ao País e aos Parceiros Sociais um anteprojeto de diploma que, caso venha a ser aprovado, representará uma profunda – e radical – revisão da legislação laboral: o denominado Trabalho XXI.

Trata-se de uma proposta ausente quer do programa eleitoral com que a coligação se apresentou a votos, quer do próprio Programa do Governo. Surge, contudo, agora, revestida de um sentido de urgência e prioridade que não encontra fundamento no atual contexto económico, social e laboral do país.

Com efeito, na legislatura anterior, a mesma Ministra responsável pela pasta do Trabalho limitava-se a manifestar a intenção de “revisitar” a Agenda do Trabalho Digno, aprovada pelo Governo Socialista e em vigor apenas desde 1 de maio de 2023. O projeto Trabalho XXI, porém, vai muito além dessa mera atualização ou adequação ao presente contexto – pretende antes subverter o paradigma construído nos últimos anos, sob o pretexto de “modernizar” Portugal perante os desafios futuros.

A proposta vem eliminar muitos dos avanços significativos alcançados com a Agenda do Trabalho Digno, rompe consensos construídos em sede de concertação social ainda antes disso, e revoga institutos há muito

consolidados e que têm produzido resultados positivos para a economia e para os trabalhadores.

O que vemos nesta Proposta pouco tem de contemporaneidade e muito menos de futuro.

Uma Ministra que afirma repetidamente que esta é uma alteração necessária e alicerçada em (nunca vistos) estudos e análises, mas cuja análise choca de frente com a realidade.

O que se apresenta como uma reforma de futuro é, na verdade, um regresso a um passado que julgávamos superado – um eco distante das políticas impostas pela Troika, com a sua lógica de compressão de direitos, de individualização das relações laborais, de liberalização de despedimentos e de enfraquecimento do sindicalismo e da negociação coletiva.

Essas soluções – outrora potencialmente justificadas por um contexto económico-financeiro de exceção – revelaram-se ineficazes e socialmente nefastas. Hoje, num país com emprego em máximos históricos, desemprego em mínimos, salários em crescimento, contas públicas equilibradas e uma economia dinâmica e resiliente, a insistência nesse modelo torna-se ainda mais incompreensível.

A realidade com que se choca é a realidade deixada pela governação socialista, pela qual até os problemas mais estruturais do nosso País, como a precariedade, conheceram melhorias consistentes.

A realidade com que se choca é que as soluções do Governo, com mais contratos a prazo e despedimentos mais fáceis, já deram provas no passado. Provas da sua ineficácia e abandonadas no pós-Troika e pós-PSD por esse motivo.

O que, então, move o Governo? Apenas uma visão ideológica para o mundo do trabalho – a mesma que historicamente marcou a direita portuguesa: a crença de que o progresso se faz à custa da desregulação, da flexibilização e da fragilização das garantias laborais. Por detrás do discurso de modernização e competitividade esconde-se uma vontade de “ajustar contas” com uma década de conquistas sociais e laborais.

Sob a retórica da modernização, do combate à precariedade e da proteção das famílias, encontramos um projeto que desvaloriza o trabalho e o trabalhador, reduzindo-o a uma mera funcionalidade ao serviço da economia.

O direito do trabalho – concebido como instrumento de equilíbrio entre capital e trabalho, de equilíbrio das relações laborais – é diluído, substituído por uma lógica que privilegia unilateralmente o poder do empregador.

São muitos os exemplos ao longo do anteprojeto: o aumento da duração dos contratos a termo de dois para três anos ou o retorno da

possibilidade de contratação precária de jovens apenas pela sua condição etária, dificilmente podem ser vistos como medidas de combate à precariedade.

Do mesmo modo, as restrições às licenças parentais, a burocratização das licenças de amamentação e o retrocesso na proteção às famílias desmentem o alegado reforço da conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal.

E o regresso dos bancos de horas individuais não é uma medida de conciliação e flexibilidade para os trabalhadores, mas antes um mecanismo de desregulação de horários.

Outras alterações, como a eliminação da proibição de recurso ao outsourcing a seguir a um despedimento coletivo, a fragilização da presunção de laboralidade nas plataformas digitais, a facilitação dos despedimentos, a instituição da regra de não reintegração em caso de despedimento ilícito, a retirada de poderes à ACT – apontam na mesma direção: a de uma individualização crescente das relações laborais, a de atribuição de mais poder ao empregador e de um Estado cada vez mais ausente da defesa do trabalhador.

No plano coletivo, as limitações ao direito à greve, o condicionamento da ação sindical nas empresas, a eliminação de obstáculos à caducidade de contratos coletivos, regressando ao passado das denúncias unilaterais, e a redução do espaço da negociação coletiva – traem compromissos antes assumidos, em sede de concertação social, de dinamização da negociação coletiva.

Não apenas se quer um Estado ausente, como se quer que quem representa os trabalhadores se torne também ausente.

Esta visão ideológica, ideologicamente revanchista, contra tudo o que foi feito independentemente dos resultados, fere valores e princípios de dignidade, equidade e justiça social.

E, nessa senda, não se importa de correr riscos, desde que em prol da primazia absoluta e desumanizada da economia. Riscos de inconstitucionalidade. Risco de desrespeito por convenções internacionais ratificadas pelo nosso País.

Se o verdadeiro propósito do Governo fosse enfrentar os desafios atuais – da digitalização, da transição energética, da produtividade ou até dos impactos de alterações geopolíticas – a prioridade deveria ter sido o de melhorar e reforçar as políticas públicas nas áreas do emprego, da formação e qualificação profissional, de inovação nas empresas e de investimento – e não alterar o Código do Trabalho em detrimento de quem trabalha. Mas aquelas prioridades não parecem estar na primeira linha de preocupações do Governo.

Em contraste com a tendência observada nas economias mais desenvolvidas – onde o bem-estar, a felicidade e a dignidade dos trabalhadores são cada vez mais promovidos e reconhecidos como fatores de produtividade e sucesso empresarial —, esta reforma conduz Portugal a um retrocesso.

Não surpreende, portanto, que as organizações patronais aplaudam a proposta, vendo nela a consagração dos objetivos que sempre defenderam, do poder discricionário do empregador que sempre desejaram, enquanto as centrais sindicais – UGT e CGTP – manifestam a sua firme rejeição ao anteprojeto, considerando que não é possível qualquer consenso se o governo insistir em manter a proposta com base naqueles pressupostos.

O **Trabalho XXI** não é uma reforma, é uma **contrarreforma**.

Sob o manto da inovação e modernidade, o Governo PSD/CDS tenta restaurar uma velha ordem laboral em que a proteção do trabalhador deixa de ser importante, em que o medo substitui o direito, e em que a desigualdade volta a ser regra.

Não é modernização, é **retrocesso social**. É a austeridade que retorna e torna alvos os trabalhadores.

Este Governo é um digno representante de uma (falta de) visão global que renega o progresso social a par com o progresso económico e se rende a uma globalização em que os trabalhadores são vítimas de uma escalada para baixo, perdendo direitos, proteção e dignidade.

Portugal não precisa de um Estado que abdique de proteger quem trabalha – precisa de um Estado que **defenda o trabalho com coragem, justiça e dignidade**.

Cabe à sociedade, aos sindicatos, aos partidos e a todos os que acreditam num país mais justo **resistir** a este retrocesso.

Porque o futuro das pessoas e do trabalho **não se pode escrever com cortes de direitos**, mas antes com **valorização, diálogo e respeito**.

Porque o futuro do País não pode passar pelo revanchismo de classe (que a direita parece, afinal, conhecer e na qual assume claramente o seu lado... patronal) mas por quem tenha uma estratégia humanista, solidária, inclusiva e em que o progresso económico é, de facto, aliado do progresso social.

O PS recusa e recusará estratégias “contra”. O PS continuará a defender estratégias “por”.

Por todos os trabalhadores. Por segurança e dignidade no trabalho. Por mais justiça e progresso social.

Por um País com futuro.

O custo de ser jovem

Sofia Pereira

Secretária-Geral da Juventude Socialista

Ser jovem em Portugal hoje é aprender a negociar com o impossível. Não no sentido épico com que a cultura popular romantiza a superação, mas no exercício rotineiro e silencioso de medir cada gesto com a régua do custo de vida. É esta a pedagogia tácita do nosso tempo, antes do verbo imaginar está o cálculo do preço por metro quadrado. A juventude portuguesa vive numa espécie de corredor entre a promessa e a contenção. De um lado, a retórica que nos convoca a ser motor de mudança, a empreender, a “ter mundo”; do outro, o dia-a-dia de rendas incomportáveis, salários que não chegam, precariedade que se disfarça com novas palavras e um sistema de apoios que, quando existe, chega tarde ou chega pouco. O problema não é apenas económico, é mesmo político e social. O que está em causa não é apenas o que se pode pagar, é mais o que se deixa de poder ser.

Todos conhecemos a gramática desta aflição, porque quem arrenda sabe que o mês começa antes do dia um; um jovem sabe que a linha entre ficar e sair de casa dos pais é ténue; e quem trabalha a prazo sabe que a sua vida é um calendário de renovações condicionais.

O custo de vida tornou-se o eixo que reposiciona todas as dimensões da nossa geração. No fim, aquilo a que chamamos liberdade deixa de ser um direito e passa a estar à mercê da estrutura social injusta que a

concede a poucos. Perdemos, sem dar por isso, a definição mais justa de juventude, que é o tempo do risco, do erro produtivo, da descoberta mais demorada e, em vez disso, naturalizamos a obrigação de acertar à primeira e de não falhar quando o país oferece um tabuleiro desigual.

A questão da habitação condensa melhor do que qualquer outra esta contradição, onde a economia dita que se trata do encontro entre oferta e procura, que há constrangimentos urbanos, prazos e licenças, tudo verdade e tudo insuficiente, porque o que vemos é a transformação da casa num mero ativo financeiro e a normalização da cidade como parque temático, a transferência silenciosa e perigosa do risco para quem menos pode suportar estes custos. O Estado falhou como árbitro e falhou como jogador, porque não basta anunciar programas com nomes generosos, o que é mesmo necessário é um verdadeiro parque público digno de seu nome, é necessário planeamento, é urgente travar a especulação onde ela corrói a nossa vida em comunidade. Se uma renda agora dita “moderada” é, para um jovem trabalhador, o equivalente a meia folha salarial, então moderado é apenas o eufemismo da precariedade de quem não garante um teto para viver.

E o discurso da meritocracia que esconde as assimetrias de partida?

Pedimos a jovens professores, enfermeiros, técnicos, cientistas, arquitetos, trabalhadores do comércio e dos serviços que aguentem mais um pouco, que o mercado reconhecerá o valor no médio prazo, que a sua vida melhora com o esforço e a resiliência, mas, entretanto, o médio prazo nunca chega para quem já tem de pagar a renda hoje. É certo que melhorar salários não é carregar num interruptor, implica política económica, negociação coletiva, e qualificações, mas também é verdade que manter salários baixos e compensá-los com benefícios a bónus salariais é a mais cara das políticas baratas.

A precariedade, por sua vez, instalou-se como realidade consumada através dos que a apelidam de “flexibilidade”. Estas palavras podiam designar liberdade, mas passaram a ser o léxico do medo. Quando um contrato não é uma promessa de futuro, ou um recibo verde é um passaporte para a inexistência de direitos, estamos perante uma armadilha com linguagem técnica. A precariedade não é apenas um regime laboral, é mais uma pedagogia do provisório que se infiltra no modo como se planeia a vida de cada um.

Tudo isto se cruza num ponto que raramente discutimos com a frontalidade necessária, o custo de vida. Sem casa, sem salário digno, sem estabilidade, sem futuro, a participação tende a ser episódica e, assim, a política parece uma conversa de outros.

Quando os custos de viver consomem a margem de pensar e de agir, o espaço democrático encolhe. Há quem responda que isto sempre foi assim, que cada geração tem as suas dificuldades, que a atual tem mais bens de consumo, mais tecnologia, mais acesso à informação do que qualquer outra. O argumento é familiar e é confortável, mas tem um problema: confunde meios com fins, porque ter um *smartphone* não é sinónimo de ter uma casa para viver.

O que está em causa não é se vivemos melhor do que os nossos avós, é mesmo se vivemos ao nível do que prometemos a nós mesmos enquanto comunidade política. E, neste momento, não vivemos.

A universidade e o ensino superior são outro lado desta equação. Formamos mais, pedimos mais qualificações, celebramos *rankings* e internacionalização, mas a porta de entrada no mercado de trabalho continua, demasiadas vezes, a ser um estágio mal pago ou uma promessa de integração que se eterniza.

Fala-se de saúde mental com a leveza de quem percebeu a importância do tema, mas responde-se com recursos dispersos e tardios. A ansiedade não é um capricho; é, muitas vezes, a face psíquica de uma economia que transforma tudo em urgência. Quando a juventude se habitua a que tudo dependa da próxima renda, do próximo prazo ou da próxima avaliação, o corpo responde com aquilo que pode: alerta permanente, insónia, fadiga. Depois pedimos técnicas de respiração e *workshops* de bem-estar, mas aqui para nós, o que o corpo pede, tantas vezes, é tempo. O tempo que a precariedade rouba, que os salários curtos roubam e que as rendas altas não perdoam. E, por isso, acho que é justo dizer que um país que rouba tempo à juventude está a confiscar-lhe o futuro.

A pergunta que importa é simples e difícil ao mesmo tempo. O que devemos a quem está a entrar na vida adulta num país desigual? Devemos a garantia de que o trabalho compensa, de que uma habitação digna é alcançável e de que a estabilidade mínima não é um prémio, mas sim um direito.

E isto significa um plano de habitação pública com escala, com prazos, com metas verificáveis e com prioridade orçamental; significa uma política salarial que não dependa apenas de migalhas fiscais, mas que enfrente a negociação coletiva, que valoriza carreiras e aposte em setores que geram valor protegendo sempre quem trabalha.

Nada disto é simples. É por isso mesmo que precisa de vontade e a vontade política mede-se pela escolha do lado em que se colocam os recursos.

Mas não chega o Estado, se a sociedade aceitar a normalização do inaceitável. A conversa de café que desvaloriza as dificuldades da nossa geração é uma violência suave, daquelas que se confundem com senso comum. Quando alguém diz que na sua época também era difícil, a pergunta que apetece fazer é outra: “Era difícil ao ponto de metade do salário ser sugada por um quarto? Era difícil ao ponto de viver anos sem contrato digno e chamar a isso oportunidade? Era difícil ao ponto de ter de adiar indefinidamente a saída de casa porque a cidade que precisa de trabalho não tem preços que respeitem quem trabalha?”. A geração que hoje chamamos jovem não precisa de condescendências, precisa mais de compromissos intergeracionais capazes de disputar prioridades. Precisa de que quem tem voz e responsabilidade política a use dessa posição para abrir caminhos e não para pedir paciência.

Há também uma dimensão ética que deveria interpelar cada um de nós. A justiça devia ser mais do que conceito abstrato que se invoca em cerimónias. Se acreditamos que a juventude deve ter condições para se emancipar, então é preciso aceitar escolhas desconfortáveis, porque a habitação pública implica investimento e regulamentação justa do arrendamento. Também para isso é preciso aceitar que as políticas salariais ambiciosas implicam coragem, emprego qualificado bem remunerado.

Mas nesta reflexão não posso esquecer-me de que, ao mesmo tempo, é absolutamente imperativo rever a gramática do mérito para que deixe de ser premiado o privilégio disfarçadamente. Porque a meritocracia só existe onde as condições de partida são suficientemente iguais para o percurso depender do esforço e todos sabemos que o que temos é outra coisa e essa coisa tem nome e reproduz desigualdades com novas narrativas – o individualismo que pouco se preocupa com as condições de partida de cada um.

Dizer tudo isto não é um exercício de pessimismo, prefiro que seja interpretado como uma recusa de olhar para o lado. O que a minha geração, a nossa geração, precisa não é de discursos motivacionais e palmadas nas costas, precisamos de um pacto social que nos reconheça como prioridade. Não por uma qualquer generosidade condescendente, mas reconhecimento que o futuro depende de nós. Um país que inviabiliza a emancipação dos seus jovens está a sabotar a sua própria capacidade de inovar e de produzir. Por isso, insistir em políticas que tocam a superfície e deixam o fundo intocado é uma forma de desistência com ar de pragmatismo. E o pragmatismo, quando se torna sinónimo de resignação, é um luxo que não podemos pagar.

Se dizemos que é central, então temos que orçamentar essa centralidade. Se dizemos que a habitação é a emergência, então temos que colocar a habitação ao nível das emergências e não na nota de rodapé. Se dizemos que o trabalho digno é uma prioridade, então temos que fortalecer a negociação coletiva.

Se um jovem que trabalha a tempo inteiro não consegue pagar uma casa e viver com margem de tempo e dignidade, falhámos; se a saída do país continua a ser a melhor forma de avançar, falhámos; se a política continua a adiar decisões duras para não melindrar interesses instalados, falhámos.

Ainda assim, há algo que me resisto a perder, a profunda convicção de que a juventude portuguesa não é um problema a gerir, mas uma força e muito menos é apenas uma lista de carências.

Há, então, 3 trabalhos:

- o trabalho do Estado é retirar as maiores pedras do caminho;
- o trabalho da sociedade é não voltar a colocá-las com outro nome;
- o trabalho de cada um é não ceder à narrativa que transforma injustiças em fatalidades.

Ser jovem em Portugal não pode continuar a ser a arte de sobreviver na corda bamba, é de voltar a ser o tempo de atravessar a ponte da precariedade para o futuro.

Não queremos ser o apêndice de um país velho, mas o início de um país possível.

Técnica, Liberdade e Política

Francisco Teixeira

Professor de Filosofia. Coordenador do Gabinete de Estudos da Federação de Braga do PS. Líder parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Guimarães.

1. Técnica, desocultamento e catástrofe

Hoje é impossível articular a ideia de que a técnica corresponde a um *médium* entre o homem e a natureza, um de um lado e a outra do outro, como uma ponte de mútuo acesso. A ideia segundo a qual técnica teria uma função unicamente instrumental constitui hoje um pseudo-truísmo, uma ideia falsa que perdeu o seu valor de uso (se, em rigor, alguma vez o teve). A técnica constitui, hoje mais do que nunca na história humana, um dos polos vitais dos círculos ôntico e ontológico universais. Os outros polos são o humano e a biosfera. A atual emergência do Antropoceno (independentemente de minúcias académicas sobre a definição) corresponde a essa evidência esmagante, mas antiga, de o humano e a técnica se definirem mutuamente e de a técnica constituir um modo de desvelamento da verdade dos entes e do próprio ser do humano:

“A técnica não é, pois, um mero meio, a técnica é um modo de sair do oculto: Se prestamos atenção a isso, abrir-se-nos-á uma região totalmente distinta para a essência da técnica. É a região do desocultamento, quer dizer, da verdade” (Heidegger, 2021, La pergunta por la técnica, Herder Editorial, Barcelona, p. 37, tradução livre para português, da responsabilidade do autor).

Não é necessário grande esforço para se perceber que o ser humano define o planeta e o planeta o ser humano, e que o todo do real constitui um desdobramento tecnológico do humano. A ação humana cria um buraco na camada de ozono que, por sua vez, define diretamente aquilo que o humano pode fazer e como se pode transformar, alterando o clima global, os ecossistemas particulares e as condições imunitárias dos seres vivos, especialmente do homem.

A compreensão de que a técnica constitui um elemento constitutivo da própria biosfera (e nem sempre foi assim, naqueles momentos em que o humano e a técnica não se viam a si mesmos como suscetíveis de modificar os ritmos “naturais da natureza” ou as cidades como organizações sistêmicas concorrentes com as florestas, as montanhas ou os rios) pode entender-se especialmente bem através dos conceitos de fenótipo alargado (Richard Dawkins) e genótipo alargado (Daniel Dennett), segundo os quais as figuras e constructos da cultura humana não são mais que extensões dos fenótipo e genótipo humanos (ou não humanos), *stricto sensu*. Uma catedral, tal como a represa de um castor, constitui a continuidade cultural do fenótipo e do genótipo respetivo, pondo em jogo um processo de seleção natural de memes¹ culturais que tornam, sucessivamente, mais fácil a sobrevivência dos seus autores ou, mais exatamente, dos seus transportadores biológicos.

É bem certo que Heidegger distingue, acertadamente, o desocultar da “técnica antiga” do desocultar da “técnica moderna”. Enquanto a técnica antiga do marear nos desoculta o mar desconhecido, a técnica de desbastar o metal nos desoculta a espada ou a técnica de lavrar nos desoculta a seara madura, num processo de desocultação que deixa vir a si o mundo ao ritmo das estações ou da recuperação biológica, já a técnica moderna exige à biosfera um ritmo e produção intensivas e extrativas que aceleram aquilo que era o ritmo cosmológico não humano ou apenas compatível com uma humanidade de poderes nascentes e infantis. Enquanto a técnica antiga dá a ver um mundo latente, a técnica moderna cria um mundo através do açambarcamento e do armazenamento das suas forças energéticas e criativas. O caso clássico da técnica moderna é o da construção dos grandes sistemas de lagos para produção hidroelétrica, que não

1 A maioria dos adolescentes digitais (os maiores consumidores da *memética* “trash gourmet”), com ou sem idade respetiva, não saberão que o conceito de “meme” se deve a Richard Dawkins e que decorre da analogia com “gene”. Tal como o “gene” (unidade de natureza bio/química contendo informação que passa de geração em geração, por diversas vias), o “meme” é uma unidade de informação, no caso de natureza cultural, que se replica, sofre variações e mutações, sobrevivendo de mente em mente até que deixe de ser usado, i.e., deixe de mostrar utilidade ou capacidade de adaptação ao meio. Dawkins inventa o conceito de “meme” em 1976, no seu mais que justamente famoso “O Gene Egoísta”, bem antes do advento da internet como a conhecemos hoje e das redes digitais “social trash”.

só extrai a energia do mundo como transforma o ecossistema de modo decisivo, construindo, literalmente, um mundo novo de espécies, relações biológicas, sociais e arquitetónicas. A técnica, neste caso, não se “reduz” ao desocultar imediato de um já aí que se pode recolher de novo e de novo reconstituir, mas a construir um mundo novo, incluindo homens novos.

Simplificando, Heidegger adverte-nos para os perigos da técnica como desocultação, mesmo se a sua essência consista justamente nesse desocultar, em que o real se dá a ver como verdade. O primeiro desses perigos é que o homem, no afã da revelação do mundo como desocultação técnica, se esqueça da sua natureza de abertura no qual se revela o ente enquanto ente (o *dasein*), i.e., se esqueça de si como homem e se transforme numa coisa igual a todas as demais, eventualmente somatizado como mero recurso biológico (a consumir na guerra, como vítima, mas também como algoz; ou na produtividade económica) ou, diríamos hoje, como mero recurso informativo ou dataístico. O segundo perigo é o da redução do caminho da desocultação a um modelo de pura extração, acumulação e dominação do mundo, que acabe por fazer esquecer o próprio mecanismo de desocultamento e, mais importante, a *poiesis* como desocultamento primordial, em que o ser vem a ser poeticamente como contemplação e cocriação. Diz Heidegger:

“O domínio da Ge-stell [o modo como Heidegger se refere à essência da técnica, como modo de cálculo, ordem e exploração] ameaça com a possibilidade de que ao homem lhe possa ser negado entrar num fazer sair o oculto mais originário, e que deste modo lhe seja negado experienciar a exortação de uma verdade mais inicial” (Heidegger, 2021, La pergunta por la técnica, Herder Editorial, Barcelona, p. 37, tradução livre do autor, para português).

A transformação do homem em objeto puramente extrativo e instrumental está aí, mais do que à vista, transformado em autêntica reserva informacional. O “A Era do Capitalismo da Vigilância”, de Shoshana Zuboff, constitui a prova material desta transformação do *dasein* (o homem) em mero “ente”, erradicando a sua condição de “Pastor do Ser”, na verdade eliminando-o:

“Já não somos os sujeitos da realização de valor. Nem somos, como houve quem insistisse, o ‘produto’ das vendas da Google. Os produtos da Google são as previsões sobre o nosso comportamento, que ela vende aos seus verdadeiros clientes, mas não a nós. Somos os meios para os propósitos alheios. O Capitalismo industrial transformava as matérias-primas da natureza em mercadorias (commodities), e o capitalismo da vigilância reclama agora a substância da natureza humana em nome da invenção de uma nova mercadoria. Agora é natureza humana que se colhe, desfaz e apropria, com destino a um projeto de mercado de outro século” (Shoshana Zuboff, 2020, A Era do Capitalismo da Vigilância, Ed. Relógio D’Água, Lisboa, p. 114)

O primeiro dos perigos imaginados por Heidegger consumou-se, portanto, reduzindo, i.e., eliminando, o humano a mera reserva informacional (o dado) ou somática (carne para “canhão”, seja na guerra *tout court* ou na produtividade mecânica).

O segundo dos perigos, o do esquecimento do mecanismo de desocultação do ser dos entes, revela-se, mais radicalmente ainda (se é possível), no fim da ideia de toda a possibilidade de livre-arbítrio, de autoconsciência e domínio de si. Descreve-o Shoshana Zuboff, com recurso a uma sociologia empírica esmagadora:

“As questões notáveis aqui envolvidas referem-se ao facto de as nossas vidas serem transformadas em dados comportamentais logo à partida; que o direito à decisão desapareceu antes de nos apercebermos que essa decisão era nossa; que há consequências nesta diminuição de direitos, impossíveis de ver e antever; que não há saída nem lealdade – só impotência, resignação e torpor psíquico” (Shoshana Zuboff, 2020, A Era do Capitalismo da Vigilância, Ed. Relógio D’Água, Lisboa, pp. 114-115).

2. A preparação do terreno

A identificação da técnica com o digital técnico tornou-se de tal modo justaposta que, hoje, a reflexão sobre a técnica quase se esgota na reflexão sobre os mecanismos de algoritmização e nos seus efeitos de desagregação social e pessoal.

A hipervelocidade comunicativa e a integral visibilização do real (a construção de uma “Sociedade da Transparência”²), em paralelo com a fragmentação da identidade, numa multifrenia feérica sem operador narrativo que dê sentido aos indivíduos e às suas histórias e relações, parece dar todo o espaço da existência a entes sem espessura e a relações puramente energéticas, sem significado semântico ou existencial. A potência digital parece ser ainda mais dissolutora que o capitalismo³, enquanto forma de organização da extração de valor, capaz de volatilizar todas as tradições, comunidades e valores espirituais.

A utopia da integral digitalização do real, criando um sucedâneo digital do real analógico, limpo de todas as suas impurezas, descarnado de atritos

2 Byung-Chul Han (2014), *A Sociedade da Transparência*, Ed. Relógio D’Água, Lisboa.

3 Mesmo que, segundo Varoufakis, o capitalismo tenha chegado ao fim, substituído por uma nova e mais poderosa forma de alienação e exploração, o “Tecno-feudalismo” (2025, Ed. Objetivamente, Lisboa), a fazer lembrar o Dune, de Frank Herbert, com a sua Guilda do Espaço (com o monopólio das viagens espaciais de muito longo curso) e a CHOAM (*Combine Honnete Ober Advancer Mercantiles*), a mega corporação comercial de natureza feudal universal, que regula todo o comércio e distribui as rendas e extrações de valor. De facto, não há capitalismo, no universo de Dune.

e ambiguidades, realização suprema da razão suficiente, acabou por fetichizar a gestão, a educação, a produção, o consumo e, claro, a política.

Este fetichismo do digital tornou-se de tal modo globalizado, no seu sentido mais profundo, que é ensinado nas escolas como o modo próprio da (des)humanização! A fúria digital educativa, nas tecnologias de ensino e aprendizagem, nos mecanismos de certificação profissional e nos “materiais” pedagógicos, com a eliminação progressiva do livro, da escrita manual e das suas singularidades experienciais (que remetem o leitor e o escrevente para a recusa da algoritmização produtiva, da massificação e da vigilância técnica); a transformação dos mecanismos e técnicas de avaliação em processos maximamente económicos e objetivos, via plataformas digitais; a propaganda da ideologia da gamificação educativa, especialmente suscetível de digitalização; o recurso coercivo à digitalização de processos de gestão, controlo e relação supervisa entre o centro e a periferia, fazendo recuar o arbítrio da decisão pedagógica ou organizacional contextualmente motivada, evitaram ao máximo o *quantum* de erro e conhecimento das relações antiprodutivas e criaram um meio-ambiente de respiração continuamente instrumental, deslegitimando os processos de aprendizagem analógica, por definição antieconómicos e erráticos. Como diria Heidegger, o humano enquanto “pastor do ser”, que vem a ser através de processos misteriosos de experiência, erro, desperdício e auscultação lenta e parcimoniosa deixou, então, de existir, desde logo porque a parcimónia e a lentidão são justamente o contrário de uma tecnologia assoberbada pelo resultado, o controlo e a imediatidade.

Quase sem se dar por isso, o ar tornou-se de tal modo rarefeito para a temporalidade dispersiva, a evasão poética, a experimentação do pensamento, a conflitualidade democrática (por definição antieconómica), o uso das mãos na sua completude, o silêncio e a ociosidade, que em vez de desocultar, a técnica/o digital não fez mais que alienar os sujeitos de uma pulsão de verdade, substituída agora por uma pulsão de movimento do dedo, podendo-se falar, mesmo, da emergência de uma “dedaística”, uma tecnologia do dedo aditivo que, esgotado no *scroll*, aspira, idealmente, ao seu próprio desaparecimento, substituído pelo simples movimento do globo ocular. E lá chegaremos, claro.

3. O fim da política

O ideal da total visibilização do real constitui, a vários títulos, o fim da democracia e da política democrática. Uma tecnologia que tudo visibilizasse

teria o condão de eliminar o processo de desocultação do mundo. Num mundo sem desconhecido tudo está dado e, por isso, nada é necessário, nada existe como falta. Em particular, a luta política democrática, feita de contraditório e pluralismo de razões e lances linguísticos, deixaria de ser possível, homogeneizada na autorrealização de uma única verdade e um único modo de olhar. O Terror, portanto.

A este propósito, um texto/entrevista de Derrida é particularmente conspícuo e esclarecedor:

“... para que comunique, objetive, tematize, a condição é que haja não-tematizável, não objetivável, não-compartilhável. E é um segredo absoluto, é o próprio ab-solutum no sentido etimológico do termo, ou seja, aquilo que está cortado do laço, desprendido, e que não se pode ligar; é a condição do laço social, mas não pode ser ligado: se há absoluto é secreto” (DERRIDA, Jacques, FERRARIS, Maurizio, 2006, O Gosto do Segredo, Ed. Fim de Século, s/local, p.77).

O indizível, o “não-tematizável”, justamente o que sabota a integral digitalização e autotransparência do real, é condição de possibilidade de se dizer e polemizar, de se acercar da verdade enquanto desvelamento técnico. Neste sentido curioso, uma técnica de absoluta autotransparência elimina a possibilidade da verdade, que sempre surge como uma forma desvelamento ou desocultação, logo, de opacidade.

Na política isso é bem evidente. O terror da completa autotransparência social e pessoal, da integral digitalização do real, sem espaço para o progressivo, lento e turbulento desvelamento do mundo, corresponde ao fim da própria política, local da emergência das diferenças e das verdades mundanas, substituída pela guerra, em que o homem se transforma em mero recurso biológico ou dataístico. Byung-Chul Han capta esta pulsão terrorista e iliberal do dataísmo com precisão fenomenológica:

“Os dataístas têm em mente uma sociedade capaz de prescindir por completo de política. [...] De uma perspetiva dataísta, a democracia partidária deixará de existir num futuro próximo, dando lugar à infocracia como pós-democracia digital. Os políticos serão substituídos por especialistas informáticos, que administrarão a sociedade para lá de pressupostos ideológicos e independentemente dos interesses de poder. A política será substituída por uma gestão de sistemas baseados em dados. As decisões socialmente relevantes tomar-se-ão por meio da big data e da inteligência artificial. Continuará a haver discursos políticos, mas passarão para segundo plano” (Byung-Chul Han 2022, Infocracia, Ed. Relógio D'Água, Lisboa, p. 45).

O dataísmo constitui, então, justamente, uma forma de guerra não-declarada, híbrida, mas feita às claras, contra a democracia e a humanidade inteira, com direito a cátedras universitárias, institutos de investigação

e subsídios públicos, como, aliás, é frequente ocorrer com os recursos e investigações de guerra.

A subversão dos regimes eleitorais democráticos pelas lógicas de ação técnico/digital, seja através da eliminação de qualquer ética comunicacional (através, por exemplo, do “berro” como atrator e construtor da atenção) ou da, muito mais importante, capacidade de modificação comportamental dos cidadãos como recursos dataísticos, constitui uma espécie de doença autoimune da técnica/digital, pela qual o ser humano se ataca a si próprio, desde logo eliminando a facticidade e a ideia de verdade.

Numa sociedade integralmente digitalizada a realidade pode ser aumentada, diminuída ou, claro, eliminada, através da operação sobre os *quanta* discretos da informação, até à perda de noção de toda a realidade e verdade, que dependem da ideia e experiência da historicidade das coisas e do mundo, eliminadas pelas possibilidades de reversão e seleção automática do real preferencial. Daí a quebra da ideia de verdade e a emergência da indistinção entre verdade e mentira como império da pós-verdade, por que já não se acredita que se possa separar o realmente existente do virtual, do possível e do impossível desejado.

A própria ideia de autenticidade existencial colapsa desavergonhadamente. Sem distinção entre real e virtual a experiência dessa indistinção passa a ser uma possibilidade existencial como outra qualquer, não se colocando, pois, limites à aldrabice mais grotesca, por exemplo a de afirmar a autenticidade da inautenticidade (ainda que, demasiadas vezes, não se consiga evitar a percepção dos resíduos dessa grosseria, justamente sob a forma, entre outras, de fealdade, deselegância e estertor nervoso).

Neste particular, apesar de tudo, a política bem pode ser salva por uma lógica de ação que dê atenção aos locais secretos da vida íntima e da vida ativa, da história e da sociedade, aqueles lugares onde brilha a resistência, a obscuridade, a indecisão, a hibridez, a impureza e a entropia económica, em suma, o pensamento.

Derrida refere-se a isso como o “segredo”:

“Tenho o gosto do Segredo, o que decerto tem a ver com a não-pertença; tenho um movimento de temor ou terror diante de um espaço político; por exemplo, um espaço público que não dê espaço ao segredo. Para mim, exigir que se faça sair tudo à praça e não haja foro íntimo, é já o fazer-se totalitária da democracia. Posso transformar o que disse em ética política: se não se mantiver o direito ao segredo, entrar-se-á num espaço totalitário” (DERRIDA, Jacques, FERRARIS, Maurizio, 2006, O Gosto do Segredo, Ed. Fim de Século, s/local, p.79).

Curiosamente, também Sloterdijk (um utopista tecnofílico defensor de uma homeotécnica salvífica) vê na via do estranhamento e da anomalia, nas “catástrofes nervosas”, a possibilidade uma vida do espírito para lá da comunicação pura ou do mero “materialismo mediático”, uma bela forma de caracterizar a digitalização do real.

Diz Sloterdijk:

“Na medida em que ser homem na modernidade significa, primeiramente, auto-mediação e autoconexão à rede, os bons velhos conceitos metafísicos Deus e Alma apenas podem ser pensados no modo de teorias das catástrofes: como desconexão à rede, interrupção da mediação, choque, pausa. [...] Deus já só é possível nos cosmos autocentrado como um invasor furtivo: apenas como infrator e perturbador é que ele se pode manifestar como a diferença a respeito de tudo o que se comunica e conecta com a rede” (Sloterdijk, 2008, O Estranhamento do Mundo, Ed. Relógio D’Água, Lisboa, p.60).

Uma política da interrupção, da resistência, da perturbação, mais que uma política da revolução, seria então uma possibilidade democrática em tempos de infocracia e integral conexão à rede. Esta é, aliás, uma das vias que os Irmãos/Irmãs Wachowski nos abrem, na sua distopia tecno/digital, Matrix, em que a liberdade se manifesta sob a forma de erro na rede, de um (na verdade vários) Oráculo que se constitui como um *bug* informático que escapa à autotransparência radical. O Oráculo Wachowskiano é a linha de fuga da integral determinação digital, inventando cada futuro possível como uma subversão do código fonte, assim abrindo espaço à esperança.

4. Técnica e Humanismo

A inspiração Humanista⁴ do socialismo democrático é constitutiva da sua identidade. A igual dignidade de todos os seres humanos, sem exceções, a racionalidade da deliberação, a liberdade pessoal, política e social, a igualdade de oportunidades e a busca da igualdade de resultados, a fé na educação como instrumento de edificação (entendida com um manancial de livros e literaturas comuns) constituem o núcleo das ideias socialistas de sobreposição, a que se juntou, desde meados do século XX, uma ética ambiental. Outra das fontes constitutivas do socialismo democrático é o humanismo cristão, pelo qual a dignidade humana se ancora numa relação de irredutibilidade com a transcendência de Jesus Cristo, Deus feito

4 A confusão entre “humanismo” e “humanitarismo” é frequente. O “humanismo” define uma doutrina, ou uma constelação de ideias e valores, mais ou menos sistemática, com data marcada. Já o “humanitarismo” corresponde ao amor e à compaixão pelo próximo, a partir de uma relação empática com o sofrimento alheio.

homem, inscrito na história, misteriosamente, como irredutibilidade histórica (resistindo, portanto, a toda a ideia de totalitarismo, do Estado, do Mercado ou da Técnica).

O materialismo histórico de Marx rejeita em absoluto a “ideia” de que exista um irredutível humano misterioso, centro da dignidade humana. A sociedade e a consciência dos seres humanos é o resultado das condições históricas e materiais produzidas na história, consciência essa que, por sua vez, altera essas condições materiais (no que se vislumbra uma certa mitigação de um materialismo cego e radical). Nesse sentido, o materialismo histórico aproxima-se da ideia de Heidegger da técnica como desocultação do ser do ente, i.e., da verdade (apresentada no início deste texto). Num como noutro a técnica abre o mundo e dá à luz a verdade dos entes, que, na tradição da esquerda socialista, marxista e não marxista, se chama emancipação.

A diferença é que enquanto em Marx (e Engels) a determinação material da história é contínua e progressiva⁵, em Heidegger a desocultação do mundo encerra necessariamente uma indeterminação e um perigo de, justamente, alienação, entendida como eliminação do humano (do *dasein*) ou, então, da sua total transfiguração. Heidegger não é, de todo, um tecnofóbico. Talvez pelo contrário. A famosa citação de Hölderlin, recordando-nos que “onde está o perigo, cresce também o que salva”, quer ressaltar, justamente, que na essência da técnica reside o perigo [da desumanização] mas também a superior possibilidade de salvação ou desvelamento da verdade do *dasein*, i.e., da essência do ser humano, bem para lá de um humanismo redutor do humano.

Mas o anúncio do perigo da técnica conduz-nos já, decididamente, para um outro lugar que não o do progresso infinito do humano ou da sua irredutibilidade absoluta. Aqui se abre a possibilidade do fim tanto do humano como do humanismo, entendidos, respetivamente, como mero ente e como tarefa de salvação e configuração, profana ou sagrada (se são verdadeiramente diferentes), da emancipação humana.

5 De modo sintético, e seguindo Marx, Engels, no *Anti-Dühring* (1878), declara expressamente que “Cada modo de produção e de troca cria as condições para a sua dissolução e para o modo superior que lhe sucede”, num otimismo e determinismo sociológicos que Heidegger nunca aceitaria e que um neocomunista como Žižek também se sente na absoluta necessidade de redefinir. Insuspeito de reacionarismo, no seu modo neocomunista de pensar, Žižek requisita-nos para uma redefinição da ideia de progresso, já não entendida como um mecanismo linear de extração do humano da pedra bruta, “de que qualquer possibilidade tende a atualizar-se plenamente” (2025, *Contra o Progresso*, Ed. Objetivamente, Lisboa, p. 30), experimentando a possibilidade de se “conceber o progresso linear como um facto retroativo, resultado de uma projeção invertida do nosso ponto de vista no passado” (*Ibid.* P. 63), a que chama “quântico-holográfica”.

Para Sloterdijk, muito em particular, o humanismo falhou enquanto antropotécnica de amansamento e domesticação, refira-se o inominável século XX (o colonialismo, o nazismo, o fascismo, o “socialismo real”), Gaza ou, mais estrita e decisivamente, a fragilidade do livro e da leitura enquanto tecnologias de produção da subjetividade: “Na época dos códigos digitais e das inscrições genéticas, falar e escrever não têm já nenhum sentido assimilável ao habitar...” (SLOTERDIJK, “El hombre auto-operable”, in revista Sileno, Madrid, 2001, p.80) e a linguagem deixou de ser a casa do ser. Agora, segundo Sloterdijk, a casa do ser diz-se numa nova linguagem máquina e genética, de natureza algorítmica, a caminho dos pós-humano ou, talvez mais rigorosamente, do mais-que-humano. Para regular esta nova tecnologia superhumana, quicá um novo patamar na evolução, entrevista como “heterobiológica”, Sloterdijk prescreve-nos uma homeotécnica capaz de dirigir a evolução, “uma forma não dominadora de operatividade” (SLOTERDIJK, “El hombre auto-operable”, in revista Sileno, Madrid, 2001, p.87), desprovida de dominação e violência, própria de uma “antropologia anfíbia” que recusa a ideia de que o homem é um ser monoelementar.

O otimismo antropológico de Sloterdijk (mesmo se se trate de uma antropologia anfíbia) não está, afinal, tão longe como parece da técnica como modo de revelação ou desocultação do mundo e, particularmente do *dasein*, com a diferença de o pós-humanismo de Sloterdijk parecer dotado de uma *húbris* escatológica, enquanto Heidegger se reserva mais prudentemente para uma compreensão e abertura do ser do ente como uma escuta parcimoniosa dos sons da floresta.

Sloterdijk descarta voluntaristicamente a desumanização pela redução técnica/digital, conforme a distopia do Matrix dos Irmãos/Irmãs Wachowski. Aí está o perigo, ouve-se Heidegger pela voz de Hölderlin. A técnica pode esgotar os entes e, em vez de revelar a sua essência, eliminá-los ou abrir um novo acontecer que a experiência humana não seria capaz de reconhecer e em que o conceito de “homo” já não teria referente.

O Humanismo como horizonte de compreensão e ação está, então, definitivamente em crise, pelas circunstâncias fácticas da vida, operadas pela tecnologia.

Falta saber, agora, se o socialismo democrático pode existir com um humanismo em crise, de identidade e de vitalidade existencial.

Da luta de classes à guerra entre nações

As questões do nacionalismo e da guerra no movimento socialista nas vésperas da Grande Guerra

Diogo Vintém

Diretor do Jovem Socialista

Introdução

Somos internacionalistas e pacifistas em tempos de paz e ardentes patriotas em tempos de guerra? Esta questão não é retórica, a resposta é complexa, precisamente porque as questões nacionais e da guerra foram alvo de controvérsia durante toda história do movimento socialista e dos partidos social-democratas da Segunda Internacional. Ao longo do final do século XIX e início do século XX, assistiu-se a uma contradição recorrente entre o discurso pacifista e internacionalista em períodos de paz e o apoio às mobilizações militares e às causas nacionalistas quando os conflitos concretos e iminentes se impunham. A questão é mais complexa do que possa à partida parecer e não pode ser resumida a uma mera “traição”, pois tal contradição não se limitou a um mero dilema moral, sendo produto de profundas tensões internas e fraturas históricas dentro do movimento socialista.

Ao longo deste artigo procurarei sintetizar as principais posições sobre a questão nacional e a questão da guerra nos partidos social-democratas, desde suas origens até a Primeira Guerra Mundial, mostrando como essas tensões contribuíram para o fim da Segunda Internacional e para a posterior divisão entre socialistas e comunistas. Compreender esta trajetória histórica, marcada por contradições, paixões, construções teóricas

e escolhas políticas, é essencial, pois a história não é linear, é dialética e conhecer a história permite-nos refletir criticamente sobre os desafios da atualidade e eventualmente poderá permitir-nos evitar a repetição de erros históricos que resultem em novas tragédias sociais e políticas.

1. A questão nacional

1.1 A ideia moderna de nação

Como observou Eric Hobsbawm, “os últimos dois séculos de história humana no planeta são incompreensíveis sem a compreensão do termo Nação e do vocabulário que dele deriva”. A ideia moderna de nação, entendida como uma comunidade política soberana composta por cidadãos iguais perante a lei e com vontade comum, surgiu a partir do século XVIII com os conceitos iluministas de cidadania e soberania popular e teve o seu marco inicial de expansão com a Revolução Francesa de 1789, transformou a “nação” em sujeito político soberano (“a nação é a fonte de toda a soberania”, como se lê na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão).

Embora alguns autores tenham procurado interpretar o nacionalismo como um processo natural das sociedades, derivado de laços culturais e identitários pré-modernos, é hoje relativamente consensual o entendimento de que a nação não é uma entidade originária ou imutável, mas antes um produto histórico recente, resultante das transformações sociais associadas à industrialização e das construções ideológicas do Iluminismo. Segundo Ernest Gellner, não são as nações que originam os Estados e o nacionalismo, mas o inverso: o nacionalismo é uma ideologia moderna que reinterpreta culturas existentes, inventou tradições e identidades nacionais e promoveu processos de homogeneização cultural, frequentemente à custa da diversidade interna.

Durante séculos, os Estados europeus ancoraram a sua legitimidade na religião e no direito divino dos soberanos. A Reforma Protestante, ao romper a unidade religiosa do continente, abriu caminho a uma razão de Estado cada vez mais laica, que progressivamente substituiu o fundamento teológico por princípios de racionalidade política. Esta transformação criaria as condições para a emergência posterior do nacionalismo enquanto forma moderna de legitimação do poder. Como observou Hobsbawm, “os Estados precisavam de uma religião cívica (o patriotismo), tanto mais porque o que exigiam aos seus cidadãos era crescentemente mais do que passividade”. Conforme nota Isabel Estrada Carvalhais, o Estado moderno utilizou a ideia de Nação para consolidar a sua estrutura e expandir a sua

autoridade, tanto na defesa externa como na manutenção da unidade interna (frequentemente ameaçada pela diversidade étnico-regional e pelas tensões sociais surgidas com a industrialização).

1.2 A análise marxista

No pensamento marxista, as instituições, a religião e as ideologias constituem uma superestrutura que, determinada em última instância pelo modo de produção dominante, com este estabelecem uma relação dialética. O nacionalismo tem, por isso, de ser entendido como um produto histórico do capitalismo. É amplamente conhecida a afirmação de Marx no Manifesto Comunista “os operários não têm pátria”, expressão do internacionalismo proletário, que acompanhou desde sempre o movimento socialista. A burguesia, ao criar um mercado mundial e ao uniformizar a produção industrial, dissolveria as barreiras nacionais entre os povos e criaria as condições para a constituição do proletariado como classe universal. O proletariado, uma vez espoliado da propriedade e vítima da exploração pela burguesia, não estaria mais dilacerado pelos limites do interesse privado, tornando-se, por isso mesmo, susceptível de solidariedade, para além das fronteiras, línguas, religiões, etnias, etc. Os conflitos entre Estados nacionais seriam, na verdade, conflitos entre as classes dominantes dos Estados, pelo que o proletariado não deveria solidariedade para com a sua burguesia nacional, mas sim para com os trabalhadores de todas as nações.

Embora esta formulação teórica pareça relegar a questão nacional para um plano secundário, Marx não se escusou a tomar posição sobre a mesma, nomeadamente nos casos da Irlanda e da Polónia. Em ambos os casos, Marx e Engels afirmaram o princípio segundo o qual “uma nação não pode ser livre se continuar a oprimir outras”, fazendo depender a libertação das classes trabalhadoras dos Estados opressores da emancipação nacional dos Estados oprimidos. Contudo, como observa René Galissot, a “justificação é fundamentalmente estratégica”, uma vez que a Rússia era a potência reacionária por excelência, enquanto a Inglaterra era o lugar possível da revolução operária. Marx e Engels não abordaram propriamente a questão nacional enquanto tal, limitando-se a tomar partido por determinadas nacionalidades (ou contra a sua existência) em função das exigências da prática política revolucionária. O marxismo clássico permaneceu, assim, sem uma conceção sistemática de nação que a integrasse de forma orgânica na lógica dos modos de produção e das lutas de classe.

A participação de Marx e Engels nas revoluções de 1848 (a “Primavera dos Povos”) consolidou o apoio estratégico às lutas de libertação nacional.

A abordagem era, no entanto, fundamentalmente instrumental: apoiavam movimentos de independência, como a causa polaca (que simbolizava a resistência ao czarismo russo, considerado o principal pilar da reação europeia) na medida em que estes serviam de alavanca revolucionária para objetivos democráticos e, a longo prazo, proletários. Marx e Engels recorreram a uma distinção controversa entre “nações históricas” (com um papel progressista e revolucionário) e “povos sem história” (subordinados a potências reacionárias e, como tal, destinados à assimilação e ao desaparecimento). Esta distinção levou-os a uma certa hostilidade em relação ao pan-eslavismo (que poderia “abrir caminho para a hegemonia russa”). O princípio era claro: a luta de classes e a revolução socialista deveriam prevalecer sobre qualquer causa nacional. As derrotas revolucionárias de 1848-49 (em Praga, Paris, Budapeste, Colónia e Frankfurt) acentuaram este ceticismo e Marx e Engels afastaram-se das alianças com democratas burgueses e passaram a encarar os movimentos nacionais com crescente desconfiança. Apesar da atitude assumida na sequência da Primavera dos Povos, Marx viria a retomar uma posição favorável à causa polaca, sustentada no direito democrático à autodeterminação. A independência da Polónia era vista não apenas como justa em si, mas como condição estratégica para enfraquecer os impérios da Rússia, Prússia e Áustria (os “três grandes despotismos militares”) e abrir caminho para o avanço da revolução na Europa.

Se a fundação da Primeira Internacional esteve intimamente ligada à causa polaca (foi anunciada num comício em Saint James’ Hall, em Londres, convocado para assinalar a insurreição polaca de 1863), a partir de 1867 a questão irlandesa adquiriu uma centralidade ainda maior no pensamento de Marx. Para ele, a Irlanda constituía “a chave da solução do problema inglês e, consequentemente, do problema europeu”. Ao contrário da Polónia, cuja libertação era vista como uma etapa necessária para o desenvolvimento capitalista, a Irlanda colocava de forma directa o problema da revolução proletária.

Segundo Marx, a dominação inglesa sobre a Irlanda sustentava a oligarquia fundiária e provocava, ao mesmo tempo, uma divisão profunda no proletariado: os operários ingleses desprezavam os irlandeses como concorrentes e, desse modo, tornavam-se cúmplices da sua própria exploração. Assim, a emancipação do proletariado inglês dependia, inevitavelmente, da independência da Irlanda. A libertação irlandesa não era apenas uma questão de justiça ou de solidariedade, mas uma condição estratégica para enfraquecer as classes dominantes britânicas e promover a formação de uma consciência de classe autónoma entre os operários ingleses. Sem a superação deste antagonismo nacional, a revolução socialista não seria possível.

Marx defendeu que a Associação Internacional dos Trabalhadores deveria assumir a causa irlandesa como parte integrante da luta de classes, ainda que o movimento feniano apresentasse limitações de carácter nacionalista e não exprimisse de forma explícita as reivindicações socialistas. Contudo, o proletariado inglês permaneceu preso ao nacionalismo dominante, o que levou Marx e Engels a concluir que a revolução dificilmente se iniciaria nas economias capitalistas centrais, onde os trabalhadores se encontravam mais integrados no Estado e mais permeáveis ao chauvinismo nacional.

A reflexão de Marx e Engels sobre as questões nacionais evoluiu no sentido de reconhecer as nacionalidades como realidades históricas legítimas, embora subordinadas aos objectivos da revolução socialista. Numa carta a Bernstein, datada de 9 de Outubro de 1886, Engels manifestou apoio aos movimentos nacionais dos eslavos meridionais apenas e só se estes se opusessem à Rússia, caso contrário, se dirigidos contra o Império Otomano, seriam considerados contra-revolucionários, por favorecerem a expansão do czarismo. Esta posição ilustrava o carácter instrumental com que Engels avaliava os movimentos nacionais: a emancipação nacional seria aceitável se não comprometesse o avanço da revolução.

Ainda que subsistisse esta lógica de subordinação, desapareceu a distinção rígida entre “nações históricas” e “povos sem história”. No entanto, Engels passou a reconhecer no nacionalismo um fator potencialmente perturbador da luta de classes. Retomando a análise de Marx sobre a Polónia, segundo a qual um povo subjugado concentrava as suas energias na resistência ao opressor externo, tornando-se incapaz de levar a cabo a sua emancipação social interna, Engels receava agora que o proletariado europeu fosse absorvido pelo chauvinismo.

Nos últimos anos da sua vida, Engels advertiu para o perigo iminente de uma guerra europeia generalizada. Esta, segundo ele, poderia destruir temporariamente o movimento socialista: o chauvinismo dominaria todos os países, neutralizando o trabalho político acumulado e colocando em risco o próprio Partido Social-Democrata Alemão (SPD), que, em caso de guerra, teria de lutar “até ao último homem” pela sua sobrevivência. Em 1891, no *Die Neue Zeit*, reiterou que uma guerra entre Alemanha, França e Rússia seria fatal tanto para o Estado alemão como para o SPD, que teria de lutar “até ao último homem” pela sua sobrevivência.

Estas afirmações seriam posteriormente invocadas pelo SPD em 1914 para justificar o voto favorável aos créditos de guerra, sob o argumento de que preservar o partido significava preservar as condições futuras da revolução. O problema nacional tornar-se-á uma questão central para a

Segunda Internacional e o nacionalismo será “sujeito e objeto de perdição para o movimento operário”.

2. A questão da guerra

2.1. A análise marxista

De acordo com a síntese de Reberiou, para Marx e Engels “cada guerra é ao mesmo tempo uma consequência, um momento e uma disputa na luta de classes”: ela é, assim, expressão do nível das forças produtivas e, simultaneamente, um meio para as transformar. É a continuação da política, naturalmente, mas também o ato mediante o qual se podem modificar as relações de classe.

Marx afirmava, na Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política, que “a guerra se desenvolveu antes da paz”, funcionando como o modo pelo qual relações económicas como o trabalho assalariado e a maquinaria se desenvolveram antes de se generalizarem na sociedade civil. A guerra, assim, desempenhava um papel reestruturador das relações de produção. Para Marx e Engels, tal como a violência não era o “pecado original da humanidade”, também a guerra não podia ser encarada como um mal absoluto. Embora fosse inegável que a guerra destruíra riqueza, Marx e Engels sublinhavam que as sociedades de classes e, em particular, a sociedade capitalista funcionavam por meio de processos de destruição criada. A violência desempenhava, portanto, uma função histórica: podia ser “a parteira de toda a velha sociedade grávida de uma nova”, como escrevia Engels em Anti-Dühring, ou o instrumento que rompia formas políticas enrijecidas e ultrapassadas.

2.2. A questão da guerra na I Internacional

Entre 1864 e 1870, durante a primeira fase da Associação Internacional dos Trabalhadores, tiveram lugar debates importantes que consolidaram a abordagem marxista sobre a guerra. Marx e Engels distinguiam guerras “justas”, aquelas que contribuíam para a consolidação das chamadas “nações históricas”, como Itália e Alemanha, permitindo o desenvolvimento da classe operária perante uma burguesia renovada, das guerras imperialistas promovidas pelas grandes potências dominantes.

Marx escrevia a Engels, a propósito da guerra franco-prusiana de 1870, que “uma vitória prussiana deslocaria o centro de gravidade do movimento operário da Europa Ocidental da França para a Alemanha”, onde a classe trabalhadora estava mais organizada e mais avançada do ponto de vista teórico.

A função da classe operária na luta contra a guerra foi amplamente debatida nos congressos de Lausanne (1867) e Bruxelas (1868), que culminaram numa tomada de posição pela “autonomia operária”: o movimento operário deveria organizar-se de forma autónoma em relação às forças burguesas, incluindo as correntes pacifistas liberais, como a Liga da Paz e da Liberdade.

Em Setembro de 1870, o Conselho-Geral da Internacional condenou a anexação da Alsácia-Lorena e advertiu que a passividade do proletariado apenas reforçaria o poder dos “senhores da espada, da terra e do capital”. No mesmo espírito, os deputados socialistas alemães Wilhelm Liebknecht e August Bebel votaram, junto dos Iasallianos, contra os créditos de guerra exigidos por Bismarck (em novembro de 1870). Presos e acusados de traição, tornaram-se símbolos da fidelidade internacionalista e da autonomia do proletariado face aos nacionalismos estatais.

2.3. A questão da guerra na II Internacional

A Segunda Internacional foi fundada com o objectivo de dotar novamente o movimento socialista de uma organização internacional. A oposição à guerra figurava na sua agenda desde o congresso fundador, em Paris (1889), embora, inicialmente, sem carácter prioritário. Entre a Comuna de Paris (1871) e o início do século XX, a questão da guerra ganhou significado num contexto de relativa paz europeia. Em 1882, Engels afirmava que a paz “trabalhava para a libertação do proletariado da Europa Ocidental”.

Nos congressos de Paris (1889), Bruxelas (1891), Zurique (1893) e Londres (1896), o debate tornou-se central, passando de uma abordagem meramente moral para uma interpretação marxista da guerra que a considerava inevitável enquanto subsistissem os antagonismos económicos capitalistas. A solidariedade internacional evidenciava-se em gestos simbólicos: o Primeiro de Maio, a ideia de um “Partido Socialista Internacional” ou a co-presidência franco-alemã no congresso de Bruxelas. Contudo, essa solidariedade coexistia com persistentes tensões nacionalistas, como a rivalidade franco-alemã ou a questão da Polónia. A paz passou a ser vista como condição indispensável à emancipação operária.

A ênfase pacifista afastou parte do movimento da ideia de que a guerra poderia possuir potencial revolucionário. Militantes como o holandês Domela Nieuwenhuis defenderam a greve geral em caso de mobilização militar, mas prevaleceu a posição dos socialistas alemães, que rejeitavam ações “aventureiras” e defendiam que cada partido nacional determinasse autonomamente as suas formas de combate ao militarismo, privilegiando a via política e parlamentar. Os defensores da greve geral acabaram isolados.

A Internacional consolidou um programa comum anti-militarista que incluía o “armamento geral do povo”, a rejeição dos orçamentos militares e a defesa de mecanismos de arbitragem internacional. Esta orientação, reforçada pelo Programa de Erfurt (1891), combinava objectivos revolucionários com o legalismo institucionalista, afirmando a Internacional como movimento antimilitarista e reformista.

Na viragem do século, o debate sobre a guerra deixou de estar apenas no campo teórico e ganhou dimensão política diante da intensificação dos conflitos imperialistas, como as guerras dos Bôeres e russo-japonesa, as disputas coloniais e a ascensão da Weltpolitik alemã. Neste contexto, surgiram divergências dentro da Segunda Internacional quanto à interpretação e às respostas ao militarismo e ao imperialismo.

O Congresso de Amsterdão, realizado em 1904, antecipou tensões que se tornariam determinantes na década seguinte. A discussão centrou-se na participação dos socialistas em governos burgueses. Karl Kautsky admitia a possibilidade de participação ministerial “quando a pátria estivesse em perigo”, enquanto Jean Jaurès rejeitava esse “ministerialismo nacionalista”.

A questão da greve geral ocupou grande parte dos congressos de Estugarda (1907) e Copenhaga (1910). O Congresso de Estugarda (1907) ficou marcado pela discussão de quatro resoluções: i) a de Gustave Hervé (membro da SFIO), favorável a uma via insurrecional através de uma greve geral em caso de guerra, foi rejeitada por radical; ii) a de Guesde (membro da SFIO), que não propunha qualquer ação específica contra o militarismo (sustentando a ideia de que este era uma consequência natural do capitalismo e que só poderia desaparecer com o fim deste), também foi rejeitada; iii) foram ainda apresentadas duas resoluções mais moderadas, uma por Jaurès e Édouard Vaillant (membros da SFIO), que defendiam ação política e mobilização popular contra a guerra; iv) e outra por August Bebel (membro do SPD), que insistia na via legalista e na distinção entre guerras ofensivas e defensivas. Luxemburgo, Lênin e Mártov defendiam ainda transformar qualquer guerra em oportunidade revolucionária (embora minoritária, esta posição marcaria profundamente o futuro do movimento socialista após 1914). Por fim, o Congresso adotou uma versão emendada da resolução de Bebel, que conciliou formalmente essas posições (embora não contemplasse a greve geral), afirmando o dever de lutar pela paz e de aproveitar crises provocadas pela guerra para mobilizar o proletariado, mas as divergências profundas permaneceram. No Congresso de Copenhaga (1910), Vaillant (SFIO) e Keir Hardie (Labour) voltaram a propor a greve geral, mas a decisão foi adiada para o Congresso de agosto de 1914, que não chegou a realizar-se devido ao início da guerra.

O Congresso de Basileia (1912), constituiu a maior manifestação socialista internacional contra a guerra antes de 1914. Convocado de forma extraordinária devido à Primeira Guerra dos Balcãs, que ameaçava desencadear um conflito europeu de grandes dimensões, reuniu mais de quinhentos delegados da maioria dos partidos socialistas europeus. A escolha da cidade neutra de Basileia e o encontro no interior da catedral conferiram ao Congresso um forte carácter simbólico. Insistia-se na ideia de que a guerra entre Estados capitalistas não servia os interesses da classe trabalhadora e apelava-se à mobilização internacional do proletariado contra qualquer desencadeamento de hostilidades. O Congresso aprovou um manifesto comum que reafirmava a solidariedade internacional dos trabalhadores e instava os partidos socialistas a utilizarem todos os meios políticos e parlamentares ao seu alcance para preservar a paz. O texto declarava também que uma guerra generalizada poderia gerar crises revolucionárias capazes de ameaçar o próprio sistema capitalista. Embora firme, o manifesto foi redigido de modo suficientemente abrangente para obter unanimidade entre correntes reformistas e revolucionárias. O impacto do Congresso foi imediato. Diversos países assistiram a manifestações de massas organizadas pelos partidos socialistas, e a imprensa operária difundiu amplamente o apelo à paz. Naquele momento, os socialistas pareciam unidos na resistência à guerra.

Contudo, o que Basileia representou de unidade e força revelou-se efêmero. Menos de dois anos depois, em agosto de 1914, a maioria dos partidos socialistas europeus votaria os créditos de guerra nos seus respectivos parlamentos, apoiando a mobilização nacional. O princípio “os operários não têm pátria” revelou-se incapaz de competir com a mobilização nacionalista e com o medo da repressão.

2.3.1. Socialistas franceses

Jean Jaurès foi figura central do socialismo republicano francês no final do século XIX e início do século XX, tendo tido um papel fundamental na unificação das forças socialistas que, em 1905, deram origem à Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO). Jaurès estabelecia uma relação directa entre capitalismo e guerra, uma vez que as estruturas de poder e propriedade próprias das sociedades capitalistas geravam inevitavelmente conflitos armados: “a vossa sociedade violenta e caótica [capitalista] transporta a guerra como a nuvem transporta a tempestade”. Enquanto uma pequena classe detivesse os meios de produção e dominasse os demais, prevaleceria a concorrência ilimitada, a luta pelo poder e pela riqueza e a exploração das massas, reproduzindo, no plano internacional, essa dinâmica entre nações,

transformando disputas económicas e coloniais em guerras armadas. As guerras entre Estados modernos não eram acidentes isolados, mas expressão das contradições económicas e políticas do capitalismo.

Enquanto líder da SFIO, Jaurès apoiou a tentativa de prevenir a guerra através da arbitragem internacional, propondo a criação de um tribunal internacional que pudesse atuar como mediador entre duas ou mais nações em caso de tensões. Jaurès procurou ainda conciliar o socialismo e o republicanismo com a necessidade de uma defesa nacional eficaz (que servisse para proteger a população e não para alimentar conflitos imperialistas), defendendo uma reforma radical da organização militar francesa (*“L’Armée nouvelle”*), substituindo o exército profissional permanente por um exército de cidadãos, baseado em milícias regionais e submetido ao controlo democrático, destinado exclusivamente à defesa do território e não a aventuras expansionistas.

Jaurès acreditava que a solidariedade internacional dos trabalhadores era o instrumento mais eficaz para travar a guerra. Defendia que, se os trabalhadores dos países envolvidos coordenassem acções simultâneas de resistência, como greves gerais, poderiam travar as máquinas de guerra das elites nacionais. Note-se, no entanto, que Jean Jaurès defendia uma resistência organizada pacífica, enquanto outros setores da SFIO, nomeadamente Jules Guesde e Gustave Hervé (fundador de *“La Guerre sociale”*), defendiam uma via insurrecional e violenta para impedir a guerra. Curiosamente, Hervé acabaria mais tarde por evoluir gradualmente para um nacionalismo autoritário, alinhando-se com tendências fascistas emergentes e expressando admiração por líderes como Mussolini e Pétain.

No Congresso Extraordinário da SFIO, em julho de 1914, houve ainda apelos à ação internacional por meio de greves gerais simultâneas contra a guerra. Contudo, Jean Jaurès viria a ser assassinado, a 31 de julho de 1914, por Raoul Villain, um ativista de extrema-direita nacionalista, que disparou fatalmente sobre Jaurès, que morreu de imediato, de uma hemorragia cerebral. Desaparecia o ativista e principal baluarte intelectual contra o crescente risco de uma guerra. No dia seguinte, a França iniciava a mobilização geral das suas tropas, abrindo caminho para o que viria a ser a Primeira Guerra Mundial, que se presumia vir a ser breve, mas que acabaria por durar quatro anos, deixando um rasto de milhões de mortos. Após a morte de Jaurès e com a mobilização nacional, a maioria dos socialistas abandona a estratégia da greve geral contra a guerra e acaba por apoiar os créditos de guerra, aderindo à chamada *“Union Sacrée”* (a trégua política de unidade nacional contra o inimigo exterior), enquanto apenas uma minoria continuou a rejeitar a guerra.

A nomeação de socialistas para o governo, como Jules Guesde (que entretanto havia tido uma inflexão, passando a adotar posições “patrióticas”) e Marcel Sembat, reforçou a integração institucional da SFIO, mas aprofundou as divergências internas. O partido encontrava-se dividido entre aqueles que defendiam a colaboração nacional durante a guerra e uma minoria pacifista que denunciava a capitulação perante o militarismo burguês. No pós-guerra, estas fraturas tornaram-se irreconciliáveis: a experiência da Union Sacrée expôs a incapacidade da SFIO de manter uma linha internacionalista coerente sob pressão nacional e abriu caminho à cisão de 1920, quando a maioria jovem e radicalizada optou pela adesão à Internacional Comunista, enquanto a minoria reformista manteve o nome e a estrutura da SFIO. A Primeira Guerra Mundial não marcou apenas o fim da era jaressiana, redefiniu também o campo socialista francês.

2.3.2. Socialistas alemães

O Partido Social-Democrata Alemão (SPD) era, na véspera da Primeira Guerra Mundial, o maior partido alemão e o maior partido social-democrata do mundo. Contava com cerca de um milhão de militantes e era o maior partido do Reichstag, com 110 dos 397 deputados. Até ao início da guerra, o SPD condenava firmemente o militarismo prussiano e as tendências expansionistas do Império Alemão. A política externa de Guilherme II era vista como expressão de um Estado imperialista e classista, que o SPD se recusava a legitimar.

Embora o SPD tivesse convocado protestos contra a guerra pouco antes do início do conflito, a bancada parlamentar do SPD decidiu, a 4 de Agosto 1914, perante a mobilização da Alemanha e da Rússia e a entrada iminente no conflito, o grupo parlamentar do SPD votou por unanimidade os créditos de guerra ao governo imperial de Wilhelm II. Segundo Schorske, esta unanimidade foi estabelecida no quadro de uma disciplina partidária forte, mas também de uma enorme pressão externa (a mobilização armada, o sentimento patriótico crescente, o risco de repressão do SPD por parte do Estado). Logo a seguir à votação dos créditos de guerra, o SPD aceitou a política de trégua (“Burgfrieden”), ou seja, uma trégua nacional entre classes, partidos e movimentos de trabalhadores, no sentido de apoiar o esforço de guerra e evitar greves ou conflitos sociais internos. Esta política reforçou a disciplina partidária e o afastamento da tradição de luta de classes do SPD.

Após o voto e a trégua, reacendeu-se no seio da SPD a oposição interna que se vinha a acumular em torno de figuras como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht ou Franz Mehring, que criticavam a submissão à burguesia nacional e ao estado militarista. Schorske nota que a oposição reaparece

sobretudo quando a disciplina rígida começa a mostrar-se insuficiente para conter a insatisfação e as contradições resultantes da guerra (escassez, repressão, rutura entre internacionalismo e nacionalismo). Liebknecht foi o primeiro deputado da SPD a votar contra os créditos de guerra (em 2 de Dezembro 1914). Luxemburgo, por sua vez, esteve totalmente contra a trégua, e considerou a votação dos créditos de guerra como um “desastre para a Social-Democracia”. Schorske sublinha que a oposição interna permaneceu minoritária no início, mas foi crescendo à medida que as condições da guerra se deterioravam, sendo progressivamente rejeitada por um número crescente de deputados:

A oposição interna à liderança do SPD não era monolítica. Levantou-se a questão de saber se a oposição deveria permanecer dentro do SPD, rompendo apenas taticamente, ou se deveria fundar uma organização separada. De um lado, uma linha mais moderada, que criticava a posição favorável do SPD aos créditos de guerra, mas que desejava reformá-lo internamente (por exemplo, Kautsky inicialmente tentou insistir numa postura de crítica, mas dentro da estrutura da SPD). Do outro, uma linha mais radical/revolucionária (Luxemburgo, Liebknecht) que defendia a rutura, a oposição pública e a construção de uma nova organização, que se distanciasse da conciliação com o Estado e com a guerra imperialista. Entretanto, colocava-se ainda outra questão, relativa à anexação de territórios após a guerra, que se tornou símbolo da cisão: muitos social-democratas apoiavam a guerra e as conquistas territoriais alemãs, enquanto os setores opositores à guerra viam nessas anexações o culminar da política imperialista. A incapacidade da liderança do SPD em assumir uma posição claramente anti-imperialista apenas fez crescer o ressentimento dos dissidentes.

As consequências da guerra (acionamento, inflação, perdas de vidas, aumento da oposição popular) e as medidas repressivas do Estado (censura, supressão de greves, prisão de opositores) agravaram a crise interna da SPD. A disciplina partidária imposta, de subordinação da minoria às decisões da maioria, foi sendo progressivamente desafiada, tornando-se explícita, em março de 1916, com a rejeição do Notetat (orçamento de emergência) pela oposição interna, que sob a liderança de Hugo Haase, constituiu então a Sozialdemokratische Arbeitsgemeinschaft, separando-se como fração independente no Reichstag. Este contexto conduziu, em 1917, à cisão do partido e à criação do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD), ao qual aderiram inicialmente também os “espartaquistas” (grupo de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Clara Zetkin, Franz Mehring, etc.). A cisão atravessou as antigas clivagens ideológicas do SPD (entre revolucionários e reformistas): figuras como o marxista ortodoxo

Karl Kautsky e o revisionista Eduard Bernstein aderiram ao USPD, enquanto alguns radicais pré-guerra permaneceram no campo da maioria.

Após a cisão, os Social-Democratas da Maioria (MSPD) procuraram romper o seu isolamento e, em junho de 1917, formaram com o Partido do Centro Alemão (DZP) e o Partido Popular Progressista (FVP) o Comité Interpartidário ("Interfraktioneller Ausschuss"). Este Comité marcou um passo importante na transformação do MSPD num partido de governação. No entanto, a cooperação com os partidos burgueses produziu poucos resultados concretos e as amplas exigências por reformas políticas e sociais permaneceram insatisfeitas. Ainda assim, em outubro de 1918 o MSPD integrou o primeiro governo nacional parlamentar, sob o príncipe Max von Baden. Nesse breve período, conseguiu aprovar diversas emendas constitucionais: o controlo parlamentar da política externa e militar, a responsabilidade ministerial e, finalmente, a abolição do sistema eleitoral prussiano de três classes, substituído por eleições gerais e democráticas (uma antiga reivindicação social-democrata). Contudo, essas reformas chegaram demasiado tarde: a revolução que se seguiu desfez a expectativa de uma transição gradual para a democracia.

Com a eclosão da revolução em novembro de 1918, os dois partidos social-democratas colaboraram temporariamente no Conselho de Comissários do Povo ("Rat der Volksbeauftragten"), órgão do governo revolucionário. Porém, as divergências profundas sobre o rumo da nova República reabriram rapidamente antigas fraturas, levando o USPD a abandonar o gabinete no final de dezembro de 1918. Posteriormente, em dezembro de 1920, a "ala esquerda" da USPD fundiu-se com o recém-criado Partido Comunista da Alemanha (KPD), fundado no final de 1918 pelos espartaquistas e outros grupos radicais, enquanto a "ala direita" do USPD voltou a unir-se ao MSPD em setembro de 1922. A partir daí, o SPD e o KPD permaneceram politicamente irreconciliáveis até ao fim da República de Weimar.

A "grande cisão" representou uma profunda transformação no socialismo alemão, de partido de massas parlamentar para duas correntes distintas (uma reformista/nacional e outra revolucionária/internacional). A cisão preparou o terreno para o pós-guerra, a revolução de 1918-19 e o surgimento do comunismo de estilo bolchevique na Alemanha. Para Schorske, a guerra agiu como "catalisador" das divisões existentes, transformando tensões latentes numa separação efetiva.

2.3.3. Socialistas italianos

A questão suscitou um debate intenso no Partido Socialista Italiano (PSI) em 1911, com o início da Guerra Ítalo-Turca, sendo que na época, o PSI

apoiava o governo liberal de Giovanni Giolitti. No Congresso de Modena o PSI divide-se entre uma ala reformista de esquerda que defendia retirar esse apoio devido à intervenção militar, e uma ala reformista de direita, representada por Angiolo Cabrini, que sustentava que os socialistas deveriam lutar pela paz, mas em caso de guerra deveriam apoiar a pátria.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, o PSI distinguiu-se da maioria dos partidos socialistas europeus ao manter uma linha anti-intervencionista, sintetizada na fórmula “nem aderir, nem sabotar”: rejeitava apoiar o conflito, visto como imperialista, mas também recusava ações de sabotagem que provocassem repressão por parte do Estado. Esta posição coexistiu com divisões internas, sobretudo devido à minoria intervencionista liderada por Benito Mussolini, que acabaria por ser expulso e por fundar o “Il Popolo d'Italia”, o que marcou o início do seu afastamento em direção ao fascismo. A maioria, reformista (Turati) e maximalista (Serrati), permaneceu fiel ao internacionalismo e à oposição à guerra. Assim, o PSI constituiu uma das principais exceções ao padrão de adesão socialista ao nacionalismo belicista em 1914.

A coerência desta postura deu ao PSI grande prestígio após 1918, num contexto de crise económica e desencanto dos soldados regressados, contribuindo para o forte crescimento eleitoral do partido, que viria a vencer as eleições seguintes. A crise económica e o descontentamento dos ex-combatentes alimentaram o clima de agitação social conhecido como Biennio Rosso. Entre 1919 e 1920, greves massivas, ocupações de fábricas e mobilizações camponesas colocaram o país num ambiente quase revolucionário, mas o PSI, apesar de eleitoralmente forte, estava profundamente dividido entre reformistas e maximalistas e revelou-se incapaz de transformar a contestação social numa estratégia política coerente. Essa incapacidade agravou as tensões internas e abriu caminho à cisão de 1921, quando a ala comunista, inspirada pela Revolução Russa e alinhada com a Internacional Comunista, se separou no congresso de Livorno para fundar o Partido Comunista de Itália. A fragmentação da esquerda ocorreu precisamente quando surgiam as primeiras milícias fascistas, usadas por grandes proprietários e industriais para reprimir o movimento operário e restaurar a “ordem” perante o medo de uma revolução. Com o PSI enfraquecido pela falta de unidade e direção, e o recém-criado Partido Comunista Italiano (PCI) ainda pequeno e isolado, o movimento fascista encontrou terreno favorável para crescer. A violência paramilitar, a complacência das elites e a crise social permitiram a Mussolini, que anos antes fora expulso do PSI por defender a intervenção na guerra, ascender rapidamente e, em 1922, impor-se no poder com a Marcha sobre Roma.

2.3.4. Socialistas britânicos

A eclosão da Primeira Guerra Mundial representou um dos desafios mais profundos para a identidade e unidade do Partido Trabalhista britânico (Labour Party), então uma força política ainda em consolidação. Desde a sua fundação, em 1900, o Labour reuniu várias tendências, sendo uma coligação heterógenea entre sindicalistas, o Independent Labour Party (ILP) e socialistas fabianos. A posição do Labour sobre a questão da guerra não foi, por isso, monolítica, mas sim um espelho da sua diversidade interna, das divisões que atravessavam a sociedade e o movimento socialista internacional. De um lado, um setor pacifista e internacionalista, constituído sobretudo pelo ILP e por vários sindicalistas, representado por figuras como Keir Hardie e Ramsay MacDonald, que defendiam uma paz por negociação e que criticaram duramente a legislação de emergência, como o Defence of the Realm Act (DORA), que suspendia liberdades civis. De outro lado, um setor constituído sobretudo por sindicalistas e parlamentares, representado por figuras como Henderson e Sidney Webb, que sustentavam que o dever nacional e a necessidade de garantir um lugar à mesa de negociações de paz para defender os interesses dos trabalhadores justificavam a colaboração, que demonstraria que o Labour era um partido responsável e preparado para governar.

Na véspera da Grande Guerra, Keir Hardie e Arthur Henderson ainda assinam um Apelo à Classe Trabalhadora que afirmava que “a tão longamente ameaçada guerra europeia está agora sobre nós (...) os trabalhadores de todos os países devem impedir que os seus governos os arrastem para a guerra”. Contudo, com o deflagrar da Grande Guerra, a unidade anti-guerra desintegrou-se rapidamente e o Partido concordou em suspender a luta política doméstica e apoiar o esforço de guerra, o que levou Ramsay MacDonald, que se manteve firme na sua oposição, a abandonar a liderança do Partido, sendo substituído por Arthur Henderson, que virá a integrar o War Cabinet e os Governos de coligação liderados por Herbert Asquith e Lloyd George (liberais). A influência do setor pacifista diminuiu durante os anos de guerra.

Em 1917, é assinado entre o Labour Party e o Trade Union Congress (TUC) o memorando Labour and the War Aims of Democracy, que propunha uma paz sem anexações, nem indemnizações punitivas, baseada no princípio da autodeterminação dos povos. Defendia o fim da diplomacia secreta, o desarmamento geral e a criação de uma Liga das Nações. Rejeitava a continuação da rivalidade imperialista e promovia uma reconstrução económica internacional cooperativa, sem guerra económica pós-conflito. Este documento, profundamente marcado pelo contexto da

Revolução Russa, procurava afirmar uma visão socialista democrática para o pós-guerra, propondo uma paz internacionalista, democrática e anti-imperialista. Não representou uma rutura com o esforço de guerra, antes procurou dar-lhe um outro propósito.

As condições nas trincheiras, a inflação e a exploração nas fábricas de munições levaram a um aumento da militância sindical e a greves durante a guerra, o que provocou um desgaste dos partidos tradicionais e o reforço do Labour. A experiência governativa entretanto adquirida e a demonstração de “responsabilidade nacional” durante a guerra conferiram ao Labour uma credibilidade governativa sem precedentes, passando de uma mera força de protesto para se consolidar como uma alternativa de governo viável e legítima, um processo que culminaria na sua primeira vitória eleitoral em 1924, sob a liderança de Ramsay MacDonald.

2.3.5. Socialistas portugueses

O Partido Socialista Português (PSP), em articulação com a Segunda Internacional, assumiu desde o início uma posição de oposição à guerra, promovendo manifestações pacifistas em 1911, subscrevendo as resoluções antimilitaristas dos Congressos de Basileia (1912) e afirmando uma linha política favorável à solidariedade internacional do operariado e à defesa da paz universal, rejeitando o aumento das despesas militares. Perante a eclosão da Primeira Guerra Mundial, surgiram divergências internas: o deputado Manuel José da Silva defendeu a neutralidade portuguesa, considerando a guerra um conflito entre potências capitalistas, enquanto José Fernandes Alves assumiu uma posição pró-aliados, denunciando as atrocidades alemãs. O Conselho Central reiterou, em 1914, a oposição socialista à guerra, mas admitiu o cumprimento dos deveres decorrentes da aliança com a Inglaterra. O Congresso de 1915, reunido na Covilhã, manteve a orientação pacifista, aceitando a intervenção portuguesa apenas se solicitada pela aliada britânica. Apesar da controvérsia (o Norte, contra a guerra, e o Sul, a favor), o partido preservou a sua unidade e disciplina, sendo, segundo César Oliveira, “a única secção da Internacional, num país beligerante, onde a diversidade de opiniões não produziu nenhuma cisão”. Aquando da declaração de guerra a Portugal (1916), o PSP, embora coerente na sua rejeição da guerra enquanto “calamidade da Humanidade”, declarou apoiar a Pátria por dever de fidelidade aos compromissos internacionais (Tratado Anglo-Português).

A crise profunda provocada pela Grande Guerra conduziu o país a uma situação de tal gravidade que colocou o próprio regime Republicano em perigo. O enfraquecimento das instituições permitiu a ascensão de Sidónio

Pais, cuja ditadura abriu espaço à reorganização das forças monárquicas. Daí resultaram a contrarrevolução de 1919 e uma breve, mas violenta guerra civil, “sem alma, nem sentido”, que apenas terminou com a restauração da República. É após esta turbulência que surge com particular relevo o socialista Augusto Dias da Silva, ativo combatente contra o sidonismo e a reação monárquica. O seu papel nas lutas pela defesa da República levou José Relvas a convidá-lo para integrar o governo de unidade nacional. No recém-criado Ministério do Trabalho, Dias da Silva protagonizou algumas das mais avançadas reformas sociais do início do século XX em Portugal. Entre elas destacam-se: a histórica Lei das Oito Horas, que colocou o país na vanguarda internacional da legislação laboral; a criação dos Seguros Sociais Obrigatórios, abrangendo situações de doença, invalidez, desemprego e ainda de viuvez e orfandade; e um ambicioso projeto de Bairros Sociais, que acabou por ser boicotado e pervertido com a ascensão da ditadura fascista.

Bibliografia

- REBERIOUX, Madeleine. “O debate sobre a guerra”, *História do Marxismo* Vol. IV, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1986, pp. 279-319
- CARVALHAIS, Isabel Estrada. “Nacionalismo: Back to Basics”, *Relações Internacionais*, Junho de 2019, pp. 009-024
- GALISSOT, René. “Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário”, *História do Marxismo* Vol. IV, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1986, pp. 173-250
- HOBSBAWM, Eric. J. “Nações e Nacionalismo desde 1870”, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1991
- MARCOBELLI, Elisa. “Pre-war Socialist Pacifism.” In 1914-1918-online: International Encyclopedia of the First World War, editado by Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, and Bill Nasson. Berlin: Freie Universität Berlin, 2018.
- MÜHLHAUSEN, Walter. “Social Democratic Party of Germany (SPD).” In 1914-1918-online: International Encyclopedia of the First World War, editado por Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, and Bill Nasson. Berlin: Freie Universität Berlin, 2015.
- NEVES, José. “O Partido Socialista: Da génese à refundação (1875-1973), Lisboa, Âncora Editora, 2023
- PAULA, João Antônio de. “A ideia de Nação no século XIX e o marxismo”, *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 62, pp. 219-235
- SCHORSKE, Carl E. “German Social Democracy, 1905-1917: The development of the Great Schism”, Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 1983
- WELSKOPP, Thomas. “Labor (Germany).” In 1914-1918-online: International Encyclopedia of the First World War, editado por Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, and Bill Nasson. Berlin: Freie Universität Berlin, 2015.
- «Socialist Party, France.» *Encyclopædia Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/Socialist-Party-France>. Acedido em outubro de 2025

O que é isso rearmar a Europa?

Porfírio Silva

Deputado à Assembleia da República

O. Apontamento cautelar. Este texto foi escrito antes de se conhecer a nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, documento pelo qual a segunda Administração Trump toma as democracias europeias como inimigas dos EUA; antes da captura, por forças americanas, do presidente da Venezuela, um ditador que não foi removido por ser ditador, nem para acabar com a ditadura, mas para marcar uma reivindicação imperial sobre uma “zona de influência”; antes da aceleração brutal dos excessos do policiamento anti-imigração, também nos EUA, provocando a morte estúpida de civis inocentes. Decidimos, no entanto, manter o texto tal como foi escrito, na medida em que trata de analisar uma questão que não deixou de ser premente por causa dos mais recentes acontecimentos. Antes pelo contrário.

1. O território europeu conhece de novo a guerra: convencional, mas envolvendo potências com capacidades nucleares. Guerras próximas, como a do Médio Oriente, mostram a profundidade do duplo padrão (político e moral) da UE e seus Estados-membros. A oscilação dos EUA face à Europa exhibe a traços fortes a relação assimétrica que existe entre esses parceiros de longa data e o guarda-chuva atlântico arrisca ser levado pelo vento. A questão da força nas relações internacionais emerge como

urgência. A pergunta pelo rearmamento da Europa faz, pois, sentido – mas essa pergunta é cega se não for uma pergunta pelo nosso lugar no mundo.

2. A representação do mundo desejável a que mais frequentemente é exposto um cidadão de um país ocidental é a “ordem internacional liberal”.

A “ordem internacional liberal” consiste num conjunto de organizações internacionais (de perfil político, como a ONU, com ramificações importantes como a OMS, a OIT ou a FAO; económico-financeiro, como o FMI ou a OMC; jurisdicional, como o Tribunal Internacional de Justiça ou o Tribunal Penal Internacional) e num conjunto de tratados e convenções internacionais (como a Carta das Nações Unidas, a Convenção de Genebra sobre direito humanitário, o Tratado de Não Proliferação Nuclear, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e muitos outros). Este sistema foi sendo construído ao longo dos anos, com base no impulso original dos EUA após duas guerras basicamente europeias (mas chamadas mundiais) de que esse país emergiu com o estatuto de potência mundial aspirante à hegemonia global.

A esta “ordem” os EUA gostam agora de chamar “ordem internacional baseada em regras”, para a associar a uma narrativa de uma certa superioridade moral das democracias no plano das relações internacionais. Essa narrativa tem os seus problemas.

Um desses problemas é que a pretensão de superioridade moral resiste mal à tentativa de justificar porque é que (por exemplo) a China tem um problema com os direitos humanos (mas não interessava quando Nixon se aproximou do presidente Mao) e a Arábia Saudita serve perfeitamente como aliado. Porque é que o autoritarismo da Rússia é condenável e o da Turquia de Erdogan serve perfeitamente os critérios da NATO, tal como serviram as ditaduras espanhola, portuguesa e grega. Ou porque é que a Rússia deve ser condenada pela invasão da Ucrânia (e deve) e Israel merece compreensão enquanto comete genocídio na Palestina. Ou porque é que o Irão deve respeitar a não proliferação nuclear e Israel nem por isso.

Outro problema é que a invocação da legalidade internacional se mostra demasiado moldável às oportunidades, como se exemplifica pela intervenção da NATO no Kosovo (1999) e pela invasão do Iraque (2003), qualquer delas sem qualquer cobertura no direito internacional. Ou pelo facto de nenhum dos cinco Estados mais populosos do mundo e nenhuma das “grandes” potências atuais fazer parte do Tribunal Penal Internacional, significando que a sua jurisdição não abrange os nacionais da China, Índia, EUA, Indonésia, Paquistão e Rússia, resultando em que praticamente só africanos são perseguidos por esse tribunal e as suas decisões são repetidas e frequentemente desrespeitadas.

Há ainda o problema de os EUA, a partir de um dado momento, terem descredenciado de que o livre-comércio servia os seus interesses (cf. a adesão da China à OMC) e desertado (com estrondo) das teses que andaram tanto tempo a promover. Se Montesquieu convenceu muitos de que “o efeito natural do comércio é conduzir à paz”, outros entendem hoje que os fatores de conectividade global (longas redes de abastecimento, finanças, migrações, Internet, pandemias, alterações climáticas) são, em si mesmos, razões e vetores de conflitualidade distribuída². Não é de estranhar que novos atores globais, capazes de explorar novos vetores de competição proporcionados pelas novas conectividades, os usem para compensar vantagens tradicionais que favorecem potências mais antigas – como o benefício desproporcionado que o papel do dólar como reserva e moeda dominante nas transações comerciais internacionais, designadamente do petróleo, e nos mercados cambiais, confere aos EUA, que o transforma em arma pelo recurso às sanções financeiras como instrumento de política internacional (e foi explorando esse benefício que chegaram aos défices comerciais crónicos de que agora se queixam).

Nestes termos, a crença numa globalização benevolente constitui uma ingenuidade perigosa. Já que a globalização não é uma casa acolhedora, precisamos de amigos – pelo menos, de aliados – se não queremos, simplesmente, acatar a ordem imposta pelos mais poderosos. Pertencer, e ter uma palavra, numa região do mundo dotada de organização, é a possibilidade que nos resta de usarmos a nossa soberania em algo mais do que exercícios proclamatórios. A questão é a de saber em que lugar do mundo pertencemos.

3. Concretizada, a questão é esta: “é um equívoco falar do Ocidente como se fosse uma entidade política unificada e com interesses inteiramente convergentes. (...) O que faz mover os norte-americanos é o seu interesse nacional e a manutenção da hegemonia global. Esses não são exatamente os interesses e as motivações dos europeus.”³

Exemplos rápidos, ao tempo desta avaliação: os EUA retiram do Afeganistão sem coordenação com os aliados, ignoram os interesses da UE com o acordo AUKUS para fornecer (com o Reino Unido) submarinos nucleares à Austrália, adotam uma lei de redução da inflação desfavorável a indústrias europeias... e podíamos acrescentar todas as demonstrações recentes do segundo mandato de Trump.

1 Cf. Montesquieu, *De l'Esprit des Lois*, 1748, Livro XX, primeira frase do capítulo 2 (disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9737646k>)

2 Cf. José Pedro Teixeira Fernandes, *O Fim da Paz Perpétua*, Lisboa, Zigurate, pp.92ss

3 Idem, *ibidem*, pp. 69-70

De qualquer modo, convém ter presente que esta situação não é episódica, nem recente. A Guerra Fria, que funcionou como uma neblina que só deixava ver os grandes vultos e disfarçava as nuances e as gradações, conduziu os aliados europeus dos EUA a uma certa insensibilidade ao facto de sermos apenas uma das peças do jogo global dos EUA. Mas isso foi sempre desse modo desde o fim da segunda guerra mundial. A NATO foi criada em 1949, cobrindo a Europa e a América do Norte, mas os EUA envolveram-se em outras alianças de segurança com outros países em diferentes regiões do mundo: no Pacífico, a ANZUS (com a Austrália e a Nova Zelândia, 1951); no Sudeste Asiático, a SEATO – Southeast Asia Treaty Organization (com Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia e Grã-Bretanha, de 1954 a 1977); no Médio Oriente, com o Pacto de Bagdad, o CENTO – Central Treaty Organization (com Reino Unido, Turquia, Irão, Paquistão e Iraque, os EUA eram observadores, de 1955 a 1979); nas Américas, o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, também chamado “Tratado do Rio” (envolvendo muitos países das Américas, com dissidências ao longo do tempo, 1947). Além de uma série de tratados de segurança bilaterais, com o Japão (1951), com a Coreia do Sul (1953), com as Filipinas (1951), com a Tailândia (1962), e com Israel (vários, especialmente após 1973). Para além dos SOFA (Status of Forces Agreements), espalhados pelo mundo, que garantem presença militar, mesmo fora de grandes tratados.

Esta ocupação global do terreno da segurança pode ser lida a par da formulação sucessiva de uma série de doutrinas de política externa dos EUA, todas elas cumprindo o papel de afirmar o alcance planetário dos interesses vitais desse país, por via do qual se justificaria qualquer intervenção que viesse a ser decidida em qualquer ponto do globo, segundo a percepção que os EUA fizessem em cada momento da melhor forma de prosseguir os seus interesses.

A Doutrina Truman (de Harry S. Truman), 1947, anunciada no contexto das crises na Grécia (guerra civil, com uma possível vitória comunista, parte importante da resistência contra os alemães, sobre os partidários da monarquia) e na Turquia (soviéticos exigindo bases militares nos estreitos de Bósforo e Dardanelos, na rota estratégica entre o Mar Negro e o Mediterrâneo, e um ajuste de fronteiras no leste da Anatólia), justifica a ajuda económica e militar a países considerados alvos da expansão do comunismo, inaugurando a ideia da política de contenção.

A Doutrina Eisenhower (de Dwight D. Eisenhower), 1957, é formulada após a crise do Suez, num contexto que se pode resumir como segue. Depois de, em 1956, o Egipto de Nasser nacionalizar o canal do Suez, antes controlado por uma empresa anglo-francesa, e Israel atacar o Egipto,

seguido por Reino Unido e França, merecendo a condenação de EUA e URSS, que forçaram a retirada dos atacantes, torna-se claro que as potências ocidentais (França e Reino Unido) não estavam em condições de controlar o Médio Oriente, enquanto a URSS oferece apoio económico e militar ao Egipto e dispõe-se a apoiar outros países árabes, um caminho de mais influência na região. No início de 1957, Eisenhower apresentou ao Congresso a sua doutrina, que consistia em oferecer assistência económica e militar a qualquer país do Médio Oriente que a solicitasse com o objetivo de resistir a potências favoráveis ao comunismo, incluindo a possível implicação direta de forças militares americanas na região. A primeira intervenção no quadro desta doutrina ocorreu no Líbano, em 1958: tendo o Egipto e a Síria formado a República Árabe Unida (RAU), fortalecendo a influência de Nasser na região, parte da população muçulmana do Líbano reivindicava maior alinhamento com o bloco árabe, a que se opunha o presidente pró-ocidental Camille Chamoun, o qual, após confrontos armados entre facções, acusou a RAU de conspiração para o derrubar e pediu ajuda aos EUA, que enviaram cerca de 14 mil marines e paraquedistas para Beirute (retirados alguns meses depois, resolvida a crise com a eleição de um novo presidente menos envolvido no confronto entre facções).

Embora sem uma proclamação formal, pode falar-se da Doutrina Johnson (de Lyndon B. Johnson), nos anos 1960, que, por outro lado, pode ser vista apenas como um desdobramento da Doutrina Truman para a América Latina. Na prática, está em causa o episódio de 1965 na República Dominicana: um presidente eleito democraticamente (em 1962) é deposto por um golpe militar (1963), provocando (em 1965) um movimento para repor o presidente legítimo, algo que os EUA consideravam perigoso, porque podia incorporar influências comunistas – desencadeando o envio de 20 mil soldados para impedir a reposição do presidente democraticamente eleito. No seu discurso transmitido pela televisão a 2 de maio de 1965, e depois de, anteriormente, ter justificado o envio de tropas para a República Dominicana com a informação de que as autoridades militares desse país se consideravam incapazes de proteger as vidas dos cidadãos norte-americanos aí residentes, o presidente Lyndon B. Johnson avança uma justificação de outro nível político: citando uma frase do presidente John F. Kennedy, proferida “menos de uma semana antes de sua morte”, enuncia: “Nós, neste hemisfério, devemos também usar todos os recursos ao nosso alcance para impedir o estabelecimento de outra Cuba neste hemisfério.” A ação foi legitimada posteriormente por uma força interamericana enviada pela OEA.

4 Cf. <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/may-2-1965-report-situation-dominican-republic>

A Doutrina Nixon (Richard Nixon), 1969, enuncia a transição de uma política de contenção por intervenções militares diretas dos EUA para a procura de distribuição do esforço com aliados regionais em cada caso, permitindo, em tese, uma maior seletividade do intervencionismo (o envolvimento direto deixava de ser a regra). A aplicação imediata foi a vietnamização da guerra do Vietnam, que era impopular, cara e sem garantias de vitória, mas foi tendo outras aplicações noutras regiões (como a apoio militar massivo ao Irão de Reza Pahlavi e à Arábia Saudita como aliados no Golfo Pérsico ou o reforço do apoio à Coreia do Sul, Taiwan e outros aliados asiáticos).

A Doutrina Reagan (anos 1980), quando, após um período de reveses dos EUA e avanços da URSS em conflitos externos, a influência da União Soviética está ameaçada pela estagnação económica, os EUA vão pressionar: de política de contenção à política de reversão (derrubar governos amigos dos soviéticos), intervindo em vários países (como Afeganistão, Angola, Nicarágua, Camboja) com base numa retórica forte (“Império do Mal”) e recurso a todo o tipo de meios, legais e ilegais. Sob esta doutrina, os EUA conseguiram aumentar a pressão militar, económica e política sobre a URSS, agravando os grandes problemas internos, a todos os níveis, que essa potência enfrentava, em parte devido ao imobilismo induzido pela própria natureza burocrática e repressiva do regime. A que preço? Ações que violaram a soberania de outros países. Apoio a grupos implicados em violações de direitos humanos. Escândalos como o Irã-Contras, quando servidores do governo norte-americano venderam armas secretamente ao Irão e desviaram os recursos assim obtidos para financiar ilegalmente os Contras. Tudo em nome do “Ocidente”.

4. Deveria, hoje, ser claro que a Europa nunca teve, para os EUA, a centralidade em que os europeus quiseram acreditar. A centralidade da Europa no interesse global americano era contingente às circunstâncias estratégicas globais (designadamente, a proximidade ao território da URSS) e, adicionalmente, à facilidade de lidar com parceiros com regimes políticos comparáveis (mas sem recusar incluir ditaduras entre os aliados).

O ponto do equívoco de “falar do Ocidente como se fosse uma entidade política unificada e com interesses inteiramente convergentes” não está apenas no tabuleiro dos interesses de segurança. Há uma visão do mundo, como civilização global, onde as marcas diferenciadoras são nítidas e relevantes.

Podemos observar um aspeto importante dessa questão comparando os posicionamentos da UE e dos EUA no que toca a um conjunto de tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos⁵. Vejamos:

- *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, 1966. Os EUA nunca ratificaram. Todos os EM da UE ratificaram.*
- *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Os EUA nunca ratificaram. Todos os EM da UE ratificaram.*
- *Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989. Todos os EM da UE ratificaram. Os EUA são o único país do mundo que não ratificou esta convenção.*
- *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006. Todos EM da UE ratificaram. Os EUA não ratificaram.*

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos reporta a adesão dos países a 18 tratados internacionais de direitos humanos. Distingue quatro grupos de países, quanto ao número desses instrumentos que cada um ratificou. Dos 27 membros da UE, 19 estão no grupo de topo (são parte de 15 a 18 instrumentos, os outros 8 estão lá perto (nenhum EM da UE ratificou menos de 13 desses instrumentos). Os EUA ratificaram 5.

Observemos ainda este aspeto da ordem mundial, de outro ângulo: convenções internacionais sobre meio ambiente e sustentabilidade, uma dimensão vital para o futuro da humanidade⁶:

- *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982. Só o Egito, o Sudão e os EUA nunca ratificaram. Todos os EM da UE são partes.*
- *Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, 1992. Com a exceção dos EUA, todos os Estados-Membros da ONU são partes.*
- *Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, 2001. As suas disposições foram integralmente assumidas no direito da UE, por Regulamento, em 2004, com atualizações posteriores. Os EUA não ratificaram.*
- *Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e o seu Depósito, 1989. A UE (então, CEE), enquanto tal, aprovou a convenção em 1993 e todos os EM são partes. Os EUA não ratificaram.*

Neste âmbito, vejamos o que se passa quanto ao processo que enquadra a dinâmica mais visível no momento, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, de 1992, que foi o primeiro tratado global a lidar explicitamente com a mudança climática e deu origem a vários acordos climáticos subsequentes, como o Protocolo de Quioto, de 1997 (primeiro tratado climático juridicamente vinculativo, incluía compromissos de redução de emissões para os países desenvolvidos, mas não para grandes emissores como a China ou a Índia) e o Acordo de Paris, de 2015

5 Cf. <https://indicators.ohchr.org/>

6 Cf. <https://www.cfr.org/background/paris-global-climate-change-agreements> e <https://thereve-lator.org/environmental-treaties>

(prevê que todos os países definam as suas metas de redução de emissões, com o objetivo de impedir a temperatura média global de ultrapassar certos limites e de alcançar a neutralidade carbónica na segunda metade do século).

Os EUA ratificaram o instrumento de 1992, não ratificaram o Protocolo de Quioto e têm andado dentro e fora do Acordo de Paris. Quer dizer: os EUA aderirem ao Acordo de Paris por procedimento executivo (ato apenas do Presidente, sem passar pelo Senado), com Obama (em 2016); Trump revogou a decisão (anunciou a decisão de retirada em 2017 e a retirada tornou-se efetiva em 2020), Biden voltou a aderir (em 2021 assinou a ordem executiva para voltar a integrar o Acordo e a reintegração tornou-se efetiva em pouco tempo) e Trump (2025) voltou a iniciar o processo de retirada (que se tornará efetiva em 2026). A UE, os Estados-Membros, ratificaram Quioto e Paris, cumprem os acordos em bloco e de forma coordenada, participam nas conferências de partes como dinamizadores de mais ambição, contrastando com o frequente papel de travão dos EUA.

O presidente da comissão de defesa do parlamento dinamarquês já opinou publicamente que comprar sistemas de armas aos EUA é um risco de segurança⁷. E outros responsáveis de países da NATO deram sinais no mesmo sentido⁸. O “Ocidente” é um cobertor demasiado largo para cobrir as diferenças de segurança, mas também as diferenças de perceção do mundo (como vimos com os tratados sobre direitos humanos e sobre ambiente) entre os EUA e a UE.

5. A questão das armas, quer elas cheguem a ser usadas ou não, não é irrelevante. Uma fonte⁹ estima: para defender a Europa (face à Rússia) sem os EUA precisamos de mais 300 mil soldados (apenas guerra terrestre). E alerta: um cenário de acordo de paz entre a Rússia e a Ucrânia seria muito desafiador para a Europa, porque a Rússia acumularia a sua produção que agora gasta com a Ucrânia. Há qualquer coisa de trágico neste raciocínio, onde um acordo de paz surge como ameaçador.

Contudo, a máquina não tem estado parada. De acordo com o SIPRI¹⁰, a despesa militar mundial atingiu 2 718 mil milhões de dólares em 2024, um aumento de 9,4 % em termos reais face a 2023, o décimo ano consecutivo

7 Cf. <https://x.com/RasmusJarlov/status/1902389277423509877>

8 Cf. <https://www.defensemagazine.com/article/european-dependence-on-us-weapons-as-a-security-risk> e <https://cepa.org/article/can-europe-trust-us-weapons/>

9 Alexandr Burilkov e Guntram Wolf, “Defending Europe Without the US: First Estimates of What is Needed”, Kiel Policy Brief 183, Kiel Institute for the World Economy, fevereiro 2025, pp.4-5

10 Stockholm International Peace Research Institute, “Trends in World Military Expenditure, 2024”, SIPRI Fact Sheet, abril 2025, <https://doi.org/10.55163/AVEC8366>

de subidas e a subida anual mais acentuada desde, pelo menos, o final da Guerra Fria. Os gastos militares aumentaram em todas as regiões do mundo (em mais de 100 países), com um crescimento particularmente rápido quer na Europa quer no Médio Oriente. Na UE¹¹, as despesas totais dos Estados-Membros com a defesa aumentaram mais de 30% entre 2021 e 2024. De 2023 para 2024, os investimentos no domínio da defesa aumentaram 17 %, alcançando um máximo histórico de 72 mil milhões de euros, e o volume de negócios gerado pela indústria europeia de defesa aumentou 16,9%.

Debater a segurança na Europa focando principalmente a questão dos níveis de despesa militar dos Estados (que terá efeitos não negligenciáveis no financiamento de outros sectores económicos e sociais) esconde muitos outros obstáculos reais. Fragmentação: por exemplo, os países da UE operam 12 tipos de grandes carros de combate, enquanto os Estados Unidos têm apenas um. Proteção das indústrias nacionais: os EM com indústrias de defesa fazem o possível para que as encomendas fiquem no seu território, os números da produção são baixos e isso ajuda a manter altos os custos unitários (e um aumento de procura neste ambiente de competição limitada aumentaria ainda mais os preços e as rendas das empresas). Atraso tecnológico: tecnologias decisivas não estão ao alcance da produção europeia ou estão muito atrasadas em relação aos EUA (aviões de combate mais avançados, certos sistemas de defesa aérea, comunicações por satélite, informações, recurso a IA e a sistemas de robôs autónomos).

Um estudo¹² sublinha as lacunas da Europa no que toca a capacidades estratégicas requeridas pelas formas de guerra contemporânea, tecnologicamente avançadas, complexas, exigindo investimento elevado e planeamento, e que, em alguns casos, são necessariamente transnacionais, tais como capacidades conjuntas de comando e controlo, redes de inteligência e comunicações baseadas em satélites, sistemas de armas para uso integrado por vários países como defesa aérea estratégica, transporte aéreo em larga escala e logística marítima, mísseis e dissuasão nuclear.

Não será fácil, sequer, falando no contexto da EU, encontrar, sem colisão com as regras atuais dos tratados, os métodos e os montantes de financiamento necessários para produzir grandes sistemas partilhados. E, neste contexto, é evidente que a Europa é mais do que a UE. Sem complicar muito, considere-se o interesse da cooperação com o Reino Unido, a

11 A política de defesa da UE em números, <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/defence-numbers>

12 Wolff, G., A. Steinbach and J. Zettelmeyer (2025) The governance and funding of European rearmament, Policy Brief 15/2025, Bruegel, abril 2025

Suíça ou a Noruega – o que tem suscitado propostas para a criação de novas instituições, incluindo ressuscitar a Comunidade Europeia de Defesa, de 1952, que nunca funcionou porque dois fundadores da CEE (França e Itália) não ratificaram o respetivo tratado¹³.

De qualquer modo, mesmo dentro do atual quadro institucional, os esforços de integração produzirão, possivelmente, novos perdedores. Por exemplo, novos sistemas de armas podem não gozar de interoperabilidade com alguns dos sistemas existentes, que se tornariam obsoletos, o que provavelmente afetaria de forma assimétrica diferentes países. Ora, é difícil partilhar um “interesse comum” se ele chocar assimetricamente com interesses das partes.

Se quisermos enunciar brevemente os riscos que as democracias correm em consequência desta situação, num clima de nova guerra fria e onde frequentemente se desvaloriza a via negocial como forma de resolver conflitos, devemos considerar o perigo de reduzir os fatores de segurança às questões de defesa. Num relatório¹⁴, encomendado para estudar como melhorar a preparação e prontidão civil e militar da UE, a curto, médio e longo prazo, o antigo presidente da Finlândia, Sauli Niinistö, identifica um conjunto de desafios que a região enfrenta, nomeadamente: a erosão das instituições globais, ameaçando a efetividade da cooperação multilateral; as alterações climáticas e os fenómenos meteorológicos extremos; a instabilidade geopolítica, destacando a ameaça russa; as ameaças híbridas (ciberataques, manipulação de informação, interferências estrangeiras com recurso a tecnologias de informação e comunicação); a competição estratégica crescente por matérias-primas críticas e por tecnologias disruptivas; os fluxos migratórios e o controlo de fronteiras; os riscos de novas pandemias, designadamente decorrentes de inovação biotecnológica para desenvolver patógenos sintéticos. Para falar sensatamente de segurança, na situação atual da Europa e dos europeus, este leque de preocupações não pode ser encurtado.

A desconsideração do carácter multifacetado da segurança, desligando as questões da defesa de outras questões fulcrais para as pessoas e para a humanidade, pode originar novos e desafiantes conflitos democráticos. Exemplifiquemos.

O discurso de Donald Tusk ao Parlamento Europeu, para apresentar as prioridades da presidência polaca no primeiro semestre de 2025, destaca

13 Federico Fabbrini, Sylvie Goulard *et al* (2025), “Getting Serious about Defense Integration: the European Defence Community Precedent”, Dublin European Law Institute, Dublin, 2025

14 Sauli Niinistö, “Safer Together. Strengthening Europe’s Civilian and Military Preparedness and Readiness”, (Report to the President of the European Commission), 2024

o apelo a uma Europa armada capaz de se defender, o que não espanta, mas inclui também um forte ataque ao Pacto Ecológico, a estratégia europeia para alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Assim, num quadro marcado pela retirada dos EUA do Acordo de Paris, por ação de Trump, Tusk dá voz aos sectores da direita europeia que tentam dismantelar a regulamentação ambiental introduzida nos últimos anos, culpando-a pela falta de competitividade da região e pelos preços da energia (cuja subida foi impulsionada pelas consequências da invasão da Ucrânia). Qualificando o Pacto Ecológico na caixa das “ideias ingénuas” e das “doutrinas rígidas e ideologias”, Tusk, falando em nome da presidência de turno, esquece o peso da dependência dos combustíveis fósseis importados, bem como a lenta adoção de sistema de energias renováveis em muitas regiões europeias¹⁵. Opor segurança e sustentabilidade ambiental é caminho seguro para um conflito democrático.

Outro exemplo: um estudo já aqui citado¹⁶, falando de “regulamentos nacionais e europeus que dificultam o aumento das capacidades de produção de defesa”, dá como exemplo que “as regras nacionais podem dar aos eleitores locais poder de veto sobre a expansão das unidades de produção” e ilustra com a notícia da empresa de armamento Diehl que demorou um ano de negociações a conseguir das autoridades da cidade alemã de Troisdorf o acordo que lhe permitiu expandir a produção local de munições. Os poderes locais democráticos e os direitos de participação dos cidadãos podem ser encarados como um entrave ao esforço de defesa?

O mesmo estudo aponta conflitos com outras políticas públicas. Insiste na questão ambiental: as regras ambientais podem tornar mais dispendiosos materiais críticos, como o “aço verde” (aço produzido com métodos e tecnologias amigas do ambiente). E passa à Inteligência Artificial: as regras da UE sobre IA podem, lê-se, prejudicar o desenvolvimento de sistemas de armas, por exemplo relacionados com inteligência e com sistemas de comunicações imunes à guerra eletrónica. A sugestão, implícita, é que essas regras não deveriam manter-se, por serem obstáculos ao esforço de defesa. Esta visão desalinha e prejudica as tentativas de posicionar a UE como a única região do mundo que pretende liderar em normas globais para a IA que não sacrifiquem a ética, a transparência, a responsabilidade e os direitos humanos à promessa de rapidez do avanço tecnológico¹⁷. Numa matéria de grande impacto civilizacional, é preocupante que os opositores

15 Cf. <https://polish-presidency.consilium.europa.eu/en/news/the-speech-of-polish-prime-minister-at-the-european-parliament-europe-is-not-yet-lost-as-long-as-we-are-alive/>

16 Bruegel Policy Brief 15/2025

17 Cf. Porfírio Silva, “Entre a Democracia e a Oligarquia”, in Finisterra, 96 (maio 2025), pp.51-64

de sempre a uma IA responsável como tarefa da UE usem, agora, a questão da defesa para tentar reverter o caminho (lento, incipiente) que se tem feito nesta região do mundo como em nenhuma outra.

6. Quando os EUA se viram mais claramente para a região Ásia-Pacífico, a Europa sente que lhe viram as costas. Se, como europeus, acreditamos que vale a pena lutar pelo nosso modelo de sociedade e pela nossa ideia de relações internacionais – mesmo que nada disso seja perfeito e avaliemos apenas em termos diferenciais –, é tempo de perguntarmos pelo nosso lugar no mundo. Para que valha a pena procurar e encontrar uma resposta a essa questão, importa reforçar os fatores de autonomia desta região. Para isso, a Europa, e a União Europeia, precisa de encontrar o rumo político que nos permita sair da falsa narrativa moral da “ordem internacional liberal”, abandonar o vergonhoso duplo padrão em relações internacionais, investir em reverter a desagregação das organizações internacionais multilaterais e trabalhar para que a via negocial se torne o caminho real para resolver situações de conflito, sob o princípio de que só há verdadeira segurança na vigência de um sistema de segurança comum acreditado por todas as partes.

Para podermos escolher o nosso lugar no mundo, não devemos cair na ilusão liberal da ordem espontânea (de que a crença em que o comércio traz a paz é apenas uma instância). Também na ordem internacional, o poder conta. E a força é também fator de poder. E, se a força não é redutível ao poderio militar, passa também por aí. Desde que o poderio militar continue a ser, exatamente, um instrumento. Desejavelmente, instrumento de um caminho justo. O que, claro, não está garantido. Por isso permanece como tarefa política a exigir compromisso.

Azenhas do Mar, agosto de 2025

DOSSIER

PS: Continuar a Construir Futuro

 Partido Socialista, como a generalidade dos partidos da esquerda democrática atuando em países com sistemas democráticos minimamente funcionais, enfrenta um sem número de desafios:

- dificuldade (ou incapacidade) para sermos reconhecidos como garantes de que, de geração para geração, as pessoas comuns, que vivem do seu trabalho, atual ou passado, continuam a melhorar a sua condição;
- dificuldade (ou incapacidade) para conciliar a capacidade de atração dos setores mais jovens e mais competitivos da sociedade com a prioridade a políticas públicas focadas nos mais vulneráveis, deva-se isso a dinâmicas socioeconómicas (como a demografia e suas consequências) ou a dinâmicas de ideias e valores (prevalência de valores individualistas, e até egoístas, em grupos sociais mais dinâmicos, convictos de que as vantagens que a sociedade lhes ofereceu são o produto exclusivo do seu mérito próprio);
- dificuldade (ou incapacidade) para manter e reforçar uma relação efetiva com as pessoas de diferentes condições sociais, que deveria passar por sabermos escutar e por sabermos fazer-nos entender pelo povo, algo que se torna um especial risco em democracias representativas onde se foi cristalizando uma separação real entre representados e representantes, agravada pelo domínio de uma retórica política pomposa e muitas vezes distante da linguagem do quotidiano da esmagadora maioria das pessoas;

- dificuldade para encontrar respostas efetivas para a ameaça da extrema-direita, que, com a sua estratégia populista, estabelece um tipo de comunicação com a cidadania que rompe com as nossas práticas de respeito pelas instituições – sem que estejamos a ser capazes de fazer entender o que as instituições realmente garantem às pessoas comuns e ao seu dia-a-dia;
- dificuldade para encontrarmos formas de organização do partido que sejam cada vez mais democráticas, mas também mais eficientes (no sentido de traduzirem em resultados o nosso esforço) e mais abertas à cidadania (mais capazes de escutar o que se passa fora do partido e mais capazes de partilhar decisões com pessoas não militantes), sem perdermos a bússola dos nossos valores.

Estas dificuldades, que partilhamos com muitos outros partidos social-democratas, socialistas e trabalhistas, cruzam-se, no caso português recente, com as feridas resultantes de uma interrupção irregular da governação do PS (uma maioria absoluta desmantelada subitamente, sem o voto do povo, nem o voto do parlamento, muito longe do término normal da legislatura, mas, também, com dores autoinfligidas por comportamentos inexplicavelmente irresponsáveis de alguns agentes políticos).

A ferida será, contudo, de consequências mais graves se não formos capazes de fazer, coletivamente, uma necessária reflexão, quer sobre os sucessos, quer sobre os erros desse período de governação da nossa responsabilidade.

Olhar para o futuro – e ir à sua conquista – exige reflexão. Depois das derrotas falamos sempre muito em reflexão, mas nem sempre ela acontece – e muitas vezes fica inconsequente. Não podemos dar-nos ao luxo de passar ao lado de uma reflexão sobre o futuro do PS, sobre o futuro da esquerda democrática em Portugal, num cenário de grande fragmentação da cena política onde a preservação da nossa autonomia estratégica é crucial, mas não pode ser confundida com sectarismos.

A grandeza do PS sempre foi a capacidade de conciliar a fidelidade partilhada aos grandes valores do socialismo com um grande pluralismo interno e uma grande abertura à diversidade de soluções e propostas que nos chegam da sociedade.

Estas reflexões inspiraram a solicitação que o *Portugal Socialista* fez a um conjunto de militantes socialistas para colaborarem na construção de respostas à questão: o que deve mudar no PS, no plano interno e no plano da sua ação política, para sermos, de futuro, a força determinante para o progresso de Portugal que temos sido desde a nossa fundação em 1973?

Umas dezenas de militantes socialistas responderam ao desafio. Gente de todo o país, de todas as gerações, com as mais variadas ocupações. Os depoimentos que aqui, agora, se publicam, alimentam a esperança de que a partir daqui se possa alargar e aprofundar a reflexão. As pistas livres que propusemos, como ponto de partida, foram as seguintes:

- (1) Como sentimos em Portugal a chamada “crise da social-democracia”? Como fazemos frente aos novos e velhos inimigos da democracia e como agimos para renovar a própria democracia?
- (2) Como integramos o balanço da nossa governação (sucessos e insucessos) na preparação de um novo ciclo de políticas públicas progressistas? Como renovamos a nossa relação com os eleitorados mais jovens e mais dinâmicos, sem perdermos o cuidado com os sectores mais vulneráveis da sociedade?
- (3) O que deve o PS mudar na sua própria forma de se organizar e de atuar para conseguir ser mais efetivo na ação política?

Convidamos os leitores a dialogar com o futuro a partir da inspiração que possam colher nos depoimentos que se seguem.

Do legado a um novo ciclo de políticas progressistas

Ana Catarina Mendes

Eurodeputada. Ex-Secretária-Geral Adjunta e Líder Parlamentar do PS.

O Partido Socialista enfrenta um dos maiores desafios da sua história recente: transformar o seu legado de governação num ponto de partida renovado e mobilizador para as políticas públicas do futuro. Não basta olhar para trás com orgulho: é tempo de olhar em frente com ambição e coragem política.

O balanço da governação socialista é inegável e tem de ser assumido com clareza: equilibrámos as contas públicas sem sacrificar o Estado social; reforçámos os rendimentos dos portugueses através do aumento do salário mínimo e da reposição de direitos; investimos na escola pública, na ciência, na saúde, no trabalho digno, na igualdade de género e nas respostas sociais. Estes são marcos que demonstram que é possível crescer com justiça social, sem comprometer o equilíbrio das finanças públicas.

Mas é igualmente imperativo reconhecer que governar é um processo contínuo, e que o país de hoje exige soluções renovadas. Persistem desigualdades, a habitação tornou-se um dos maiores bloqueios ao futuro das famílias, os salários precisam ser valorizados, e o sistema de saúde (apesar de reforçado) enfrenta desafios urgentes. Há ainda muito por fazer. E é essa consciência crítica que deve guiar o PS na construção do seu novo ciclo político.

Num tempo em que cresce a desconfiança nas instituições democráticas e a fragmentação do eleitorado, o PS tem de ser mais do que o partido da memória: tem de ser o partido da esperança ativa. Isso significa reinventar a relação com os cidadãos, apostando numa política feita com as pessoas e não sobre elas.

Para responder ao presente e ao futuro, a social-democracia precisa de se reinventar. Perante um mundo em convulsão, onde a ordem internacional se encontra fortemente abalada, o PS tem de voltar a liderar com firmeza o combate às desigualdades, defendendo sem ambiguidades um Estado social forte e ser capaz de relançar as bases de um projeto reformistas e de modernização do país.

A renovação passa também pela forma como nos ligamos às novas gerações. O eleitorado jovem é mais informado, mais exigente e mais volátil. Rejeita discursos vazios e quer soluções que falem diretamente com

as suas preocupações: salários dignos, habitação, mobilidade sustentável, igualdade de oportunidades, uma economia verde e inovadora.

O Partido Socialista tem hoje a oportunidade de mostrar que quer a voltar a mobilizar o país para as causas que realmente importam. A credibilidade construída ao longo de anos de governação é um ativo, mas só vale se for acompanhada de visão, ambição e ligação real às pessoas.

Porque o futuro não se herda: constrói-se. E o PS tem de voltar a ser o construtor desse futuro, com coragem, com ideias e com as pessoas ao seu lado, construindo pontes e transformando o país. O que une o partido ao eleitorado não é apenas a memória é, também, a esperança.

Proximidade, Inovação e Literacia Política

Ana Magalhães

Membro da Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (STSS). Membro da Assembleia Municipal de Faro

O Partido Socialista tem sido, ao longo da história democrática de Portugal, um pilar essencial na defesa do Estado Social e na promoção da igualdade de oportunidades.

No entanto, os tempos que vivemos exigem uma profunda reflexão sobre o modo como o PS se organiza, comunica e se relaciona com a sociedade. As transformações sociais, tecnológicas e culturais pedem um partido mais ágil, mais digital e mais próximo das pessoas que pretende representar.

O futuro do PS depende da sua capacidade de se adaptar sem perder identidade. É urgente tornar a estrutura interna mais aberta, horizontal e participativa. O partido deve ser espaço de debate vivo, onde as ideias circulem e onde militantes, jovens e movimentos sociais sintam que têm voz e influência real na definição das políticas públicas.

Preparar um novo ciclo progressista exige um PS que saiba escutar e compreender as mudanças do eleitorado. As novas gerações não se identificam com discursos fechados ou estruturas rígidas; procuram transparência, autenticidade e políticas concretas que respondam às suas preocupações: habitação, precariedade laboral, ambiente, inovação e acesso a serviços públicos de qualidade.

A experiência política deve andar de mãos dadas com a inovação. Precisamos de dirigentes e governantes com idoneidade, mas também com visão tecnológica e sensibilidade social, capazes de utilizar a transformação digital não apenas como meio de eficiência, mas como instrumento de proximidade.

Outro eixo essencial é o da literacia política. A democracia só se fortalece com cidadãos informados e conscientes. O PS deve investir em educação cívica e formação política para os jovens, ajudando-os a compreender o papel dos partidos, dos sindicatos e das instituições democráticas. Jovens informados serão trabalhadores mais exigentes, mais solidários e mais capazes de escolher, com sentido crítico, quem melhor defende os seus direitos.

O sindicalismo, neste contexto, mantém-se como um pilar da justiça social. O PS deve continuar a reconhecer e valorizar o papel destes na

construção de políticas públicas equilibradas, que protejam o trabalho e promovam a dignidade humana.

O desafio do Partido Socialista é, portanto, o de unir tradição e inovação: manter viva a matriz humanista e solidária que o define, mas com coragem para se reinventar e liderar o país rumo a uma democracia mais participativa, justa e preparada para o futuro.

Não apenas o passado: a promessa de futuro

Ana Umbelino

Licenciada em Psicologia, Mestre em Ciências da Educação, Professora do Ensino Superior.
 Presidente da Estrutura Federativa das Mulheres Socialistas da Região Oeste

O mundo mudou e complexificou-se. Reclama uma nova hermenêutica e um novo vocabulário. Já não cabe nas grelhas de leitura do passado, nem tolera palavras gastas, cujo uso reiterado reforça a sensação de artificialidade e embuste, gerando desconfiança e distância. Um manto de desencanto cobre a vida de muitos que se sentem defraudados por promessas não cumpridas e exprimem essa frustração através do voto, punindo o partido identificado com o *status quo*. Estudaram, trabalham, mas enfrentam enormes dificuldades para suportar uma casa, sacrificando bem-estar e liberdade. Pagam impostos, mas têm de recorrer a seguros privados, porque não têm acesso a cuidados de saúde. Olham para a escola pública com crescente desconfiança e queixam-se de trabalhos exigentes, magros salários e um custo de vida em crescendo.

Muitos dos cidadãos, expostos a discursos simplistas e manipuladores, encontram conforto em explicações fáceis. Os dados contrariam percepções, e desvelam vieses, mas os julgamentos e as tomadas de decisão não são puramente racionais. E se é inequívoco que não podemos trair os nossos valores, ignorar o mal-estar social e reproduzir os velhos mantras é igualmente ineficaz.

Portugal viveu, no pós-25 de Abril, um verdadeiro milagre de desenvolvimento, em grande parte impulsionado pelo PS. Os mais velhos lembram-se e reconhecem essa evolução; os mais novos, porém, querem futuro e não apenas passado. Sabem, por exemplo, que o país já foi o mais analfabeto da Europa Ocidental e reconhecem o incrível progresso nas qualificações fruto de políticas públicas, mas o presente impõe urgências quotidianas que não se resolvem com rememorações. Falta um projeto de futuro que inspire, que devolva sentido e esperança.

As gerações atuais – incluindo as mais velhas – não querem um partido que apenas “administre” ou se ocupe de querelas internas, autofágicas. Rejeitam um partido autocentrado, tático, que perde quadros e se desliga do mundo capturado por interesses pessoais ou “tribais”. Acresce que novos atores políticos, munidos de tecnologias poderosas, alcançam milhões em segundos e moldam as agendas mediática e política. Neste contexto, o PS precisa de rever profundamente a sua estratégia de comunicação e,

sobretudo, refletir sobre a identidade que quer projetar. Para isso, impõe-se uma reflexão profunda e corajosa, capaz de desarrumar, e de ser verdadeiramente eco-sistémica e não ego-sistémica. Mudar para que tudo fique igual é a mais subtil forma de imobilismo...

Por um horizonte concreto de esperança

André Abraão

Secretário-geral Adjunto da Juventude Socialista

A governação do Partido Socialista principiada em 2015 herdou um exigente contexto económico-orçamental. Perante este cenário, propôs-se a conciliar uma necessária política de contas certas, com a recuperação de rendimentos, reposição de direitos sociais e laborais e, ainda, o crescimento da economia nacional, equilibrando o exíguo desafio orçamental com a melhoria substancial da qualidade de vida dos portugueses e desenvolvimento do país.

O sucesso em matéria orçamental, alavancado na redução do défice e na obtenção do primeiro superavit na história democrática portuguesa, e económica, com crescimentos acima da média da Zona Euro, mesmo tendo enfrentado uma imprevisível crise pandémica, são, hoje, inegáveis e comprovados pelo discurso do governo da Aliança Democrática. Se ao tempo, ainda na oposição, o PSD classificava as taxas de crescimento como anémicas e os excedentes insuficientes, hoje, no governo, com indicadores francamente mais envergonhados, celebram-se os resultados. Já no plano social, os avanços corporizados pela Agenda do Trabalho Digno, o Programa Creche Feliz, a gratuitidade dos manuais escolares, a redução das propinas, os sucessivos aumentos do salário mínimo, entre outros, romperam com um paradigma de retrocesso e cortes que até aí se verificava.

Como se explicam, então, os recentes resultados eleitorais do PS? Multiplicam-se as razões e diagnósticos, contudo, para esta reflexão, é possível destacar a deterioração das condições de vida dos portugueses, motivadas pela inflação, a fulminante crise da habitação e a resposta insuficiente dos serviços públicos, que acabaram por acinzentar as conquistas destacadas.

O grande desafio reside, pois, na produção de um novo ímpeto material de progresso e transformação que reconquiste a confiança dos portugueses e lance o país num trilho ímpar de desenvolvimento.

Para tal, importa que o novo ciclo de políticas públicas não configure única e exclusivamente uma manta de retalhos de adição indiscriminada de reivindicações grupais. É necessário um projeto coeso e coerente, com um horizonte concreto de esperança. É fundamental que as diversas áreas do programa político comuniquem e colaborem para erguer esse desígnio. Não basta ouvir e inscrever as preocupações numa interminável lista de

afazeres. Um toca a reunir pensante que projete uma visão para Portugal, assente em pilares estratégicos, facilmente comunicáveis e identificáveis pelos cidadãos, é a chave para a renovação da relação do partido com tradicionais e novos eleitorados.

Organização partidária, estreitar laços

António Tojo

Professor. Jurista. Membro do Secretariado Nacional da UGT e da Tendência Sindical Socialista da UGT.

Sem entrarmos muito em aspetos técnico-organizacionais do partido, pretendemos nestes breves apontamentos deixar algumas ideias que, após debate, poderão, ou não, ter reflexos ao nível estatutário e organizacional, sendo certo que as normas e procedimentos internos devem contribuir para a definição daquilo que o partido defende, prevenindo o conflito e promovendo o pluralismo, a liberdade e a democracia.

Ideias estas que, não sendo novas, são, no entanto, adaptadas aos tempos que correm, e que naturalmente se propõem para debate.

Apesar da influência de alguns pregadores dos “novos mundos”, e do desgaste natural do exercício democrático da governação e oposição ao longo dos últimos 50 anos, é inegável a aceitação que o Partido Socialista tem na sociedade, visível nos resultados das últimas eleições autárquicas. Esta aceitação, este peso, que resulta do esforço e empenho de muitos nas diferentes áreas e funções, implica também a responsabilidade do partido de continuar a corresponder às expectativas daqueles que continuam a confiar nele, bem como daqueles que ainda não se decidiram em quem confiar, e ainda alguns que, tendo confiado noutros sentirão que não tomaram a opção mais acertada.

É curioso lembrar, a este respeito, o que diz a lei:

Os partidos políticos concorrem para a livre formação e o pluralismo de expressão da vontade popular e para a organização do poder político, com respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade do Estado e da democracia política – artigo 1.º da Lei dos Partidos Políticos. Salientamos também o que dispõe a alínea g) do n.º 2 do mesmo preceito legal, quanto aos fins dos partidos, sem descuidar os restantes: Promover a formação e a preparação política de cidadãos para uma participação direta e ativa na vida pública democrática.

Entendemos que esta vertente formativa deve ser vista com mais atenção no partido, podendo ser necessária alguma adaptação ao nível da organização interna. Uma nova dinâmica nesta área, promovendo os valores do Partido Socialista, irá estimular a maior aproximação entre o partido e os cidadãos. Facilitará também estreitar laços entre as elites partidárias, militantes, simpatizantes e eleitores em geral.

Poderão ser analisadas e debatidas as diferentes formas de intervenção / formação que o partido deverá adotar, eventualmente em colaboração

com escolas, universidades ou outros organismos da sociedade civil, adaptadas à atualidade, transmitindo às pessoas os valores da solidariedade, igualdade, liberdade e democracia, de forma a contribuir para uma melhor preparação política de todos e a consequente participação ativa na vida pública democrática.

Esta intervenção pode passar, por exemplo, pela dinamização local de clubes temáticos (ambiente, artes, direitos humanos, ambiente laboral...), com estruturas partidárias vocacionadas para este fim, com especial preocupação com a juventude.

Por outro lado, entendemos também importante para o fortalecimento do partido, uma maior ligação com as estruturas representativas dos trabalhadores, via Tendência Sindical Socialista. Embora se reconheça que ultimamente têm sido feitos esforços no sentido de um maior envolvimento dos sindicatos nas dinâmicas do partido, deverão ser “afinadas” as estruturas para que também aqui se estreitem os laços.

Ainda quanto à coordenação interna, na sua vertente participativa, há que refletir sobre a realidade das seções e concelhias, sem esquecer as federações no seu papel de coordenação da ação daquelas. É importante para a saúde do partido, que as seções e concelhias continuem a ser estruturas e espaços de debate de ideias, propostas e ações. Mas as diferentes ideias e o desejável debate, não devem ser impedimento para que, na hora em que é necessário unir esforços pela coesão do partido, ninguém seja excluído do processo ou se autoexclua.

Uma estrutura partidária menos rígida parece-nos desejável, de forma a permitir a participação de todos, quer na legitimação dos líderes e campanhas eleitorais, quer na seleção dos candidatos e elaboração dos programas eleitorais. Os interesses do partido não podem continuar a ser prejudicados pelas fações internas. É normal e saudável que existam diferentes ideias e posições, mas nos momentos cruciais a união é determinante. Uma saudável e ativa cooperação entre as seções e as concelhias, e os eleitos para as assembleias de freguesia e municipais, bem como os representantes do partido nos executivos das juntas de freguesia e câmaras municipais, é desejável para o bom funcionamento do partido e obtenção dos resultados que se pretendem alcançar.

Mais atenção aos militantes, não só em termos quantitativos, mas também no sentido da maior eficácia e participação, atenuando os efeitos colaterais do fracionismo interno.

Maior valorização do território e das pessoas. Em política não é indiferente para a vida das pessoas qual o partido que ganha as eleições e governa. Temos a responsabilidade de fazer com que os cidadãos interiorizem

que com o Partido Socialista estão salvaguardados os valores da solidariedade, amizade, liberdade, igualdade, democracia e o respeito pelo outro, ainda que seja muito diferente de nós, que tenha outra religião ou oriundo de outro país, rico ou pobre, mas também as mudanças necessárias para a modernidade.

Terminamos com um apelo: conservemos com dedicação extrema o “Stradivarius” que Mário Soares nos deixou, para que possa continuar a tocar e encantar!

Partido Socialista: o partido dos trabalhadores

Arturo López

Sindicato dos Médicos da Zona Centro. Membro do Conselho Nacional de Coordenação da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN.

A Declaração de Princípios do Partido Socialista consagra-nos como partido verdadeiramente interclassista e popular e um espaço de diálogo para a construção duma sociedade mais coesa: uma casa aberta a todos os cidadãos que defendem uma República democrática plena: política, mas também económica, social e cultural.

Os ideais do nosso Partido afirmam-nos como o grande partido da esquerda democrática e naturalmente como grande representante do povo, com a responsabilidade histórica de defender a sua grande maioria: os cidadãos cujo sustento depende do suor do seu trabalho. Lutar pelo povo trabalhador significa marcar presença ativa no movimento sindical, pilar fundamental da defesa dos direitos laborais.

Os camaradas da Tendência Sindical Socialista defendem a longa herança do PS como representante dos interesses do mundo do trabalho e de todos os trabalhadores; qualquer que seja a sua profissão, formação e qualificação; promovendo os ideais do socialismo democrático nos sindicatos independentes e filiados na CGTP-IN ou UGT.

Os últimos governos socialistas promoveram politicamente a sindicalização, mas o Partido deve igualar esse esforço internamente, promovendo a sindicalização e participação sindical ativa de todos os nossos camaradas, principalmente neste momento de ataque sem igual aos direitos laborais.

O primeiro passo deve passar pelo reforço da Tendência Sindical Socialista nas organizações com representação no Partido Socialista, seja no nosso *site* eletrónico seja nos vários órgãos deliberativos e executivos, como gesto simbólico, mas também como maneira de reforçar a nossa ligação ao mundo laboral.

É urgente mencionar a TSS na ficha de inscrição/atualização para captação de mais camaradas para esta organização e atualizar os dados laborais de sindicalização dos militantes que permita sinalizar os camaradas que já estejam sindicalizados e coordenar a sua ação política e sindical com a Tendência Sindical.

Não há socialismo sem sindicalismo e só um movimento sindical forte garante a existência de um Partido Socialista forte capaz de cumprir o seu dever histórico com os trabalhadores e povo em Portugal!

Receamos o quê?

Bruno Aragão

Docente de Psicologia Política na Universidade do Minho. Membro do Conselho de Administração da Fundação Res Publica. Presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Oliveira de Azeméis.

A linguagem cria realidades. A afirmação da crise da social-democracia tornou-a aparentemente verdadeira. A pergunta que podemos equacionar, porém, é outra: é a social-democracia que está em crise ou os partidos que a representam? A resposta altera, e muito, a direção da reflexão.

Exemplifiquemos com o velho paradoxo filosófico: se um barqueiro, em cada viagem, for substituindo as partes gastas da sua barca, de tal forma que, anos depois, nada reste da barca original, a barca é a mesma ou é outra? Como na anterior, a resposta altera a direção da reflexão. Não sendo uma questão de identidade, e, portanto, de ideologia e valores, podemos então repensar a forma de organização e de atuação de um partido como o Partido Socialista. Ficam, apenas, quatro ideias para o debate.

Primeira ideia. Assumirmos sem tibiezas o quadro ideológico que nos orienta. Não na linguagem, que é sempre datada, mas na visão do mundo. A timidez nesta assunção vem-se acentuando nos últimos anos, por contágio do que parece mais popular. Se há coisa que a ciência comportamental tem mostrado, é que somos sensíveis ao disfarce. Tenhamos claro o que somos.

Segunda ideia. Sejamos nós a fazer o balanço e a tirar conclusões mensuráveis do que fizemos. Políticas falhadas não são políticas desonestas ou decididas sem boa intenção. Façamos este balanço de forma transparente: onde melhoramos, onde pioramos, que áreas evoluíram, que sectores se perderam. Onde fomos eficazes e onde não fomos. Esse balanço tem que ser nosso e tem que ser público. Consistentemente nunca o fizemos. Dá-nos um ponto de partida, mas também credibilidade.

Terceira ideia. Uma nova forma de organização do partido. Não convencemos ninguém da capacidade de inovar o país se nem no partido, que depende exclusivamente de nós, conseguimos inovar. A organização é igual há 50 anos, espartilhada em secções, concelhias e federações distritais. Estas últimas cada vez mais anacrónicas na própria forma de organização

do país, justificando-se, como sabemos, pelos círculos à Assembleia da República e pouco mais.

Quarta ideia. Desenhar formas de ligação partidária que não se esgotem na militância. A militância é uma forma de compromisso, mas não tem de ser a única. Nem o apelo ao envolvimento de outros pode ser percebido como instrumental, como acontece próximo de eleições para a escrita de programas. Esta questão é central na forma de envolver os jovens. A militância pode não ser apelativa, mas as causas são-no hoje como no passado, bastante mobilizadoras.

Alguma preponderância nos últimos anos, fez-nos crer que era fácil. Na verdade, nunca foi, historicamente sabemo-lo. Receamos o quê, então? A ordem é a mesma: avançar. Haja boa gente, melhores ideias e muita capacidade trabalho.

O ciclo que não para

Bruno Matias

Advogado. Deputado municipal do PS em Cascais.

O PS vive um tempo em que o argumento da alternância deixou de bastar. Se antes podíamos esperar que o desgaste de quem governava abrisse a porta ao regresso, hoje a espera tornou-se um erro estratégico.

O tempo mudou e é preciso mais: mais sentido, mais propósito, mais mensagem. É preciso convencer e mobilizar para regressar e não apenas esperar para regressar.

Mas convencer não é atenuar ou esconder o que somos. É, pelo contrário, ter orgulho no que somos e no que representamos. O PS não precisa esconder a sua matriz progressista e de esquerda democrática. Precisa antes de com inteligência e emoção saber comunicar, traduzindo a sua mensagem com novos rostos e formas que inspirem confiança e, sobretudo, esperança às pessoas que vêm a política sentido emoções e não como seja uma tese de doutoramento.

As pessoas procuram quem as faça sentir que a política lhes pertence, que fala da sua vida e não apenas sobre ela, que sente as mesmas dores e as mesmas emoções – A emoção e a pertença.

O balanço da governação da AD – com os seus sucessos e insucessos – não deve distrair-nos. Não é esperando o erro alheio que vamos reencontrar o caminho. É a olhar para dentro e reconhecer que nos afastámos de quem mais precisávamos de ouvir. É a perceber que devemos estar mais focados em ouvir e falar, sem medo, no que acreditamos. Falar para os trabalhadores, para os jovens, para os idosos, para os pequenos e médios empresários. Para os que deixaram de acreditar que a vida pode mudar para melhor, para aqueles que trabalham sem ver a sua vida a melhorar, para os jovens que querem políticos de rua e não de gabinete, para os que querem ver alguém a falar do que sentem e dos seus problemas.

Nos EUA, figuras como Mamdani, AOC, Bernie ou mesmo Newsom desafiaram o *establishment* pela via mais simples e mais difícil – a da autenticidade. Falam com as pessoas, não apenas para elas, com alegria e energia. Não prometem mundos, falam da comunidade e como construir com ela e dentro dela, representando uma política de esperança e pertença.

Ser progressista tem de ser mais do que um chavão. Ser progressista tem de trazer consigo esperança, pertença, alegria e uma nova forma de estar. Quando o PS se reencontrar com essa essência, deixará de correr

atrás do comboio e voltará a conduzi-lo. Porque este comboio, o da relevância política e da confiança social, não espera por ninguém. E quem não muda os métodos e os vícios, acaba por desaparecer no ruído da sua própria inércia.

Olhar para dentro, preservar a social-democracia

Carlos Alves

Dirigente sindical, Tendência Sindical Socialista da UGT.

Os últimos atos eleitorais, com as diferentes estratégias seguidas por partidos e candidatos, deixaram a descoberto uma das consequências mais perversas e perigosas dos movimentos demagógicos e populistas: a de que as suas ideias não se jogam apenas externamente, mas também dentro dos partidos ditos tradicionais.

Não sendo inédito, este movimento inclui várias facetas, às quais o próprio PS não tem sido imune.

Com efeito, mais frequentemente do que no passado, o discurso e a comunicação socialistas parecem ir a reboque de causas mediáticas, perdendo-se em «bandeiras» conjunturais.

Sem desvalorizar a sua relevância, em muitos momentos tal desviou a atenção do PS da sua mensagem central e do centro nevrálgico do seu sistema de valores.

A matriz trabalhista, seja feita justiça, nunca foi esquecida, mas ficou cada vez mais ofuscada, com tradução efetiva na vivência interna do Partido.

O distanciamento de uma importante base de apoio a isso não é alheio, sobretudo quando outros, sem as amarras da responsabilidade ou da pretensão governativas, podem abraçar tais bandeiras de forma tão mais atrativa quanto demagógica.

Esse não pode ser o caminho do PS, como não o pode ser o de abraçar os valores populistas da direita mais extrema.

Tal poderá fazer sentido para os partidos de matriz liberal, que mantêm a social-democracia apenas na nomenclatura, uma vez que a dominância de valores económicos lhes permite sobreviver nessas águas.

O PS tem o dever de se adaptar aos tempos e de responder às necessidades e anseios das pessoas. Mas tem também o dever de ser um difusor do conjunto dos valores e princípios que sempre ditaram a sua atuação e as suas políticas.

Os tempos que vivemos são difíceis e desanimadores. Mas a resposta não pode ser o sacrifício dos valores humanistas e solidários do partido. E as soluções não estão dentro de uma bolha. Estas têm de ser construídas de forma alargada, inclusiva e dialogada. Para isso temos de chamar as pessoas de volta para a vida do partido e para a militância ativa.

E aí, os sindicalistas socialistas têm uma palavra a dizer e uma responsabilidade histórica a assumir, aproximando-se e cultivando-se a sua participação no partido.

Apenas assim garantiremos a reaproximação do PS à sua base de apoio de sempre.

Apenas assim garantiremos que, ao contrário de outros, não deixamos de ser fiéis a nós próprios.

Porque o Partido, o País e as Pessoas não podem pagar o preço de perder o último reduto da verdadeira social-democracia.

Social Democracia: Passado ou Futuro?

Carlos Moreira

Técnico Superior de História. Coordenador Regional de Lisboa e Vale do Tejo do SINTAP. Secretário Nacional do SINTAP e da UGT.

As últimas décadas têm trazido diversos desafios aos países com um modelo de sociedade social-democrata, onde os espoliados da globalização têm crescido a um ritmo muito veloz, acompanhando a acumulação da riqueza mundial, num número cada vez menor de pessoas.

O modelo desenhado no pós Segunda Guerra Mundial, na Europa Ocidental, e que Portugal tentou acompanhar a partir de 1976, tem tido diversos adversários internos e externos, sobretudo a partir da entrada da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio em Dezembro de 2001, quando um mercado altamente regulado ficou acessível a empresas estrangeiras, mas também impeliu milhares de empresas a deslocalizar a sua produção para este gigante comercial, o que levou a um aumento do desemprego em zonas altamente industrializadas na Europa e América, vendo esses mercados inundados de produtos mais baratos e mais rentáveis para as empresas produtoras e intermediárias.

Os milhões de trabalhadores abandonados, e a quem era dito que tinham de adaptar-se a um mundo global e desenvolver novas competências, começaram lentamente a afastar-se dos partidos que tinham construído a social-democracia de modelo europeu, veja-se os casos da Alemanha e a França, onde o SPD este ano obteve um modesto 3.º lugar, com 25,7%, ou o PSF que em 2022 viu a sua candidata presidencial, Anne Hidalgo, ficar com pouco mais que 1%.

Mas que razões levaram a um desfasamento entre os programas eleitorais e o eleitorado?

Se por um lado os partidos socialistas europeus foram-se afastando das suas bases eleitorais, o SPD é um caso paradigmático desse afastamento com o surgimento do DieLinke. Por outro lado, os filhos dos trabalhadores que viram os seus empregos desaparecerem deixaram de confiar nos partidos do “arco da governação”, e pese embora se tente reduzir este afastamento a partidos nacionalistas, a verdade é que tanto verdes como liberais proliferaram e prosperaram em áreas onde as forças conservadoras e socialistas dominavam até ao início do ano 2000.

Portugal também vive o surgimento de fraturas grandes na nossa sociedade, onde os partidos moderados, como o Partido Socialista,

apresentam hoje uma erosão de eleitorado, seja por ter liderado na maioria dos últimos trinta anos (1995-2002, 2005-2011 e 2015-2024) seja porque, tal como tal no resto da Europa, existem hoje novas gerações que não confiam nos partidos tradicionais, encontrando motivos securitários e outros para não se reverem num sistema de fronteiras abertas (economicamente e socialmente) e nos partidos europeístas.

Um dos desafios que o PS tem em pleno século XXI é como se revitalizar, seja com as novas gerações, seja com as novas profissões. Se é certo que hoje é mais fácil fazer política, também não é menos correto afirmar que a desinformação e as *fake news* tornam mais difícil discernir sobre os factos apresentados.

Para tal, temos de chamar todos, os mais letrados e aqueles com mais dificuldades, para que a agenda social não caia no esquecimento do individualismo do século XXI, mas para isso tem que existir um grande fórum onde todos os militantes e simpatizantes possam ter a oportunidade de falar.

Termino com uma questão: será a social-democracia, um modelo de desenvolvimento social e económico, do passado ou de futuro?

A missão atual da social-democracia ou socialismo democrático

Carlos Trindade

Membro do Comité Económico e Social Europeu. Ex-líder da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN.

Vivemos tempos muitos complexos, que exigem que tenhamos confiança nas nossas ideias e esperança na nossa ação.

A missão histórica da social-democracia (ou socialismo democrático) na Sociedade é a de melhorar a vida dos cidadãos. A ação política que realiza, de duas, uma: ou cumpre esta missão ou, naturalmente, a própria ideologia deixa de transmitir a ideia mobilizadora em como a mudança é possível e, paulatinamente, definhará e morrerá de morte natural.

A melhoria da vida dos cidadãos será feita por ações reformistas, sempre no sentido progressivo. Desta forma, começemos por separar águas – com a nossa esquerda, porque não somos revolucionários; com a direita, porque não somos liberais. Daqueles, afasta-nos a rutura dos amanhãs que cantam; destes, separa-nos o sentido regressivo que deram ao conceito de “reforma”.

Mas ser reformista é ser ativista e militante de causas, agir por objetivos tangíveis e dedicarmo-nos a transformar a realidade iníqua que observamos diariamente. No movimento associativo, nos movimentos sociais, nos sindicatos, nas autarquias, nas secções do partido, nas comissões de pais, entre muitas outras formas associativas, há sempre espaço e necessidade de intervenção por uma boa causa social.

Para tal, após observarmos atentamente a realidade, sejamos radicais – vamos à raiz das matérias para compreender as causas e apresentemos propostas fortes e exequíveis para as transformar.

As classes populares estão angustiadas e sentem-se excluídas.

Cerca de 100 milhões de cidadãos europeus vivem na pobreza ou ansiosos porque receiam cair na pobreza. São cerca de 1/5 da população da UE.

Os números de Portugal aproximam-se das médias europeias e os cidadãos nestas condições são, maioritariamente, trabalhadores, jovens e idosos com reformas baixas.

Os salários baixos são uma realidade. A crise da habitação é geral. A saúde não responde às necessidades. A educação perde o carácter de ser o principal elevador social. A segurança social está sob os holofotes de quem a quer privatizar. O pacote laboral quer fazer regredir os direitos do Trabalho.

Instala-se nas classes populares a percepção de que existem profundas desigualdades na nossa Sociedade – a questão é que essa não é uma percepção: é uma realidade fortíssima!

A acumulação da riqueza num cada vez menor número de indivíduos não é somente uma estatística – é uma realidade objetiva.

Os sistemas fiscais, que deveriam ser progressivos para se produzir justiça social e criar recursos económicos para suportar o Estado Social, desde há muito que estão sob ataque dos neoliberais, que dominaram a situação com a narrativa da baixa de impostos. Os paraísos fiscais são uma gigantesca máquina planetária que encobre esta iniquidade e outras semelhantes.

A revolução técnica e científica aprofunda as diferenças sociais e o domínio do digital sobre todas as esferas societárias é um facto – a IA, tendencialmente, não reduzirá o fosso existente, mas aumentá-lo-á.

A progressão da extrema-direita na Sociedade é o resultado do medo e da revolta que grassa no seio das classes populares, que cria um caldo político alienante do qual emergem os Trumps e os Venturas com que nos deparamos diariamente.

Eles são a consequência da atual realidade e, simultaneamente, estão a moldar o Mundo com as suas ideias liberais na economia, reacionárias nos costumes e autoritárias fascizantes na política.

A Democracia está em perigo, porque uma parte muito relevantes das classes populares não sente que o regime democrático as defende – não associam a Democracia com a Justiça e o Bem-Estar social.

Relacionam a crise social e a sua desesperança à exclusão de que se sentem vítimas e às desigualdades que sofrem diariamente – a representação da rutura pode ser boçal, mas percebem que é uma rutura com a realidade que os oprime. E, democrática mas contraditoriamente, votam em quem quer perpetuar o estado em que vivem!

É neste quadro que a social-democracia (ou socialismo democrático) é fundamental – tem de assumir o seu papel histórico na Sociedade, pois a sua fraqueza como força política (ou, até mesmo, a sua inexistência) só aprofundará a atual crise social e política e permitirá que os populistas e fascistas de todos os matizes tenham mais força.

Sem a força mobilizadora da social-democracia (ou socialismo democrático) o combate aos inimigos da Liberdade, da Democracia e do Progresso e aos carrascos dos direitos cívicos, sociais e políticos, será muito mais difícil e a vitória será incerta.

Só transformando a realidade iníqua numa vida de Justiça e Bem-Estar social é que a social-democracia (ou socialismo democrático) cumprirá o seu papel histórico – e isto depende das nossas ideias e programas, do nosso partido, das suas ações, dos nossos líderes e de cada um de nós como militantes que somos!

Política para ouriços

Catarina Poço

Advogada. Vereadora da Câmara Municipal de Olhão. Coordenadora Concelhia das Mulheres Socialistas de Olhão

«A raposa sabe muitas coisas, mas o ouriço sabe uma muito importante. O VALOR é uma coisa muito importante.»

Ronald Dworkin

No contexto político atual, o PS enfrenta um dos maiores desafios da sua história recente. O avanço das forças populistas e de extrema-direita, a fragmentação do eleitorado e o cansaço generalizado com a política tradicional leva-nos a repensar a estratégia política, comunicacional e programática.

O PS foi, desde a sua génese, um partido de liberdade e progresso, que colocou Portugal no caminho da Europa, da modernidade e da justiça social. Em pleno século XXI, essa herança continua a ser a base de legitimidade do PS.

Um dos principais desafios é a fadiga política de parte do eleitorado. Após anos de governação, muitos associam o PS à “classe política tradicional”, o que cria um espaço para discursos simplistas e antipartidários.

Além disso, as redes sociais criaram uma arena onde a emoção supera o argumento e as mentiras circulam mais depressa do que a verdade. Neste cenário, o PS precisa de reestruturar a sua forma de comunicar, com autenticidade e proximidade.

O eleitorado jovem mostra menor identificação partidária, exigindo causas concretas e coerência. É aqui que o PS pode reconquistar terreno. O PS deve propor um novo contrato social, capaz de unir justiça social, inovação económica e sustentabilidade ambiental. Os 3 pilares: Trabalho, Estado social e Economia devem ser repensados como um rumo uno de Progresso, Solidariedade e Inovação.

É preciso combinar a responsabilidade histórica com a audácia de inovar.

O populismo alimenta-se do desespero, da incerteza e da perceção de abandono. Para enfrentá-lo, o PS deve ser o farol do realismo esperançoso.

Os jovens devem estar no centro das políticas e acima de tudo participar na política. Ao incorporar novas vozes, o PS renova-se sem perder a coerência ideológica.

O sucesso político depende da capacidade de comunicar. O PS precisa de uma nova narrativa pública que combine emoção e racionalidade, tradição e modernidade.

A comunicação deve ser menos institucional e mais empática, próxima, com líderes acessíveis e presença digital coerente, dando espaço a figuras locais, a jovens autarcas e a representantes da sociedade civil.

A política contemporânea é feita de histórias e rostos, e o PS tem de voltar a contar a história.

O PS tem sido o guardião da democracia e há três medidas que a defendem:

1. Educação cívica e digital, para combater o populismo e o discurso de ódio.
2. Reforço das instituições públicas, tornando-as mais transparentes e participativas.
3. Afirmação de uma cultura política ética e responsável, onde a política volta a ser sinónimo de serviço público.

O Partido Socialista tem pela frente uma tarefa grandiosa: redefinir o rumo do país numa era de incertezas. Para isso, precisa de coragem para inovar, humildade para ouvir e convicção para liderar.

Portugal tem Alma!

Renovar a confiança, reconstruir o vínculo

Cátia Rosas

Presidente das Mulheres Socialistas – Federação da Área Urbana de Lisboa. Ex-Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa

O PS tem pela frente um desafio essencial: voltar a ser o partido da governação que compreende e age a partir da vida real das pessoas. Hoje, a sociedade parece afastar-se da política. Medidas de oito anos de governação socialista podem ter criado expectativas não alcançadas. Campanhas eleitorais sucessivas podem ter criado cansaço perante eleições. Como arranjar tempo para assistir a uma candidatura se se corre entre o trabalho, o jantar, os filhos ou os pais, entre milhares de estímulos online?

Exigem-se serviços públicos que funcionem, transportes fiáveis e, com sorte, tempo para uma simples saída de lazer. O PS construiu conquistas que mudaram vidas – do passe único à valorização do salário mínimo, da transição energética e digital à parentalidade e conciliação – mas não está tudo feito. Nestes dois anos de governação de direita, a queda foi vertiginosa: jovens casais empurrados para fora das cidades, transportes frágeis e maternidades em risco. O despovoamento do interior avança, exigindo estruturas descentralizadas que devolvam vida aos territórios esquecidos. As pessoas pedem soluções, não desculpas. Querem viver, não apenas sobreviver.

A política faz-se dentro e fora das estruturas partidárias – nas escolas, nas coletividades, nos transportes. É aí que se ouve e sente o que está bem e o que falta fazer. É nesse quotidiano que a democracia se enraíza, a confiança se conquista e o voto se decide.

Nas redes sociais trava-se também uma nova batalha democrática. A gratificação instantânea gera ruído, desinformação e até violência. O PS deve estar presente com conteúdos apelativos e verdadeiros, mas também promover encontros que devolvam às pessoas o valor da conversa e da empatia.

Nas Mulheres Socialistas da FAUL temos procurado reforçar a ligação entre militância e comunidade: recuperando a memória das que abriram caminho, acolhendo novas militantes e participando em causas culturais e sociais. Essa energia de rede, feita de escuta e sororidade, é essencial para inspirar confiança na política.

Ambicionamos um país que volte a acreditar na força do coletivo responsável: com escolas que ensinam liberdade e pensamento crítico, com

maternidades que acolhem e com lugares onde se vive e trabalha com dignidade. O futuro do PS depende desta capacidade de reconstruir o vínculo com a sociedade – de transformar presença em ação e militância em exemplo. Porque a política, quando feita com autenticidade e coragem, continua a ser o mais belo exercício de confiança e esperança entre nós.

A importância de saber recomeçar

Cláudia Moreira

Jurista. Chefe do Apoio à Presidência no Município de Valença. Ex-Presidente da Federação do Alto Minho da Juventude Socialista.

A Democracia portuguesa construiu-se a partir de ideais progressistas, mas sobre alicerces frágeis. Não preparou boa parte dos portugueses para viver numa sociedade livre, humanista e multicultural.

Sou socialista, democrata, europeísta, atea, com formação superior e rendimento acima da média nacional. O “sistema” permitiu-me ser e ter tudo o que os meus pais não conseguiram. Mas sobreviverá para permiti-lo às próximas gerações?

Habituaamo-nos a acreditar na irreversibilidade das democracias. Este otimismo ingénuo é perigoso, abre brechas que acabam preenchidas por narrativas simplistas.

Num estudo a propósito dos 50 anos do 25 de Abril, 43% dos inquiridos disseram preferir um “líder forte”, que os desonere de preocupação com o Parlamento ou eleições. Os níveis de confiança na justiça e nas instituições estão abaixo da média europeia. E há insatisfação em áreas como o emprego ou a justiça social. Muitos sentem que o país não melhorou, apesar de os indicadores demonstrarem o oposto. O domínio das perceções é terreno fértil para o populismo.

Os últimos 25 anos foram marcados por ciclos políticos interrompidos, uma crise financeira profunda e uma crise de saúde pública global. Fomos um país frequentemente reativo, sobre o qual não se desenvolveu uma visão de crescimento sustentado e sustentável de médio/longo prazo.

O serviço público passou a ser sinónimo de clientelismo e compadrio. A sensação de ausência de responsabilização de uma classe, distanciou cidadãos e representantes. Muitos desistiram de participar; noutros, o descontentamento enraizou-se, tornando-os permeáveis à demagogia.

A migração do debate público para as redes sociais, onde a desinformação corre em rédea solta, tornou a vertente emotiva da política ainda mais poderosa. As narrativas patrióticas e tradicionalistas foram minuciosamente ensaiadas para polarizar, viralizar e mobilizar.

O choque da ascensão da extrema-direita entorpeceu-nos.

É tempo de recomeçar.

Precisamos de assumir os erros.

Precisamos de combater o discurso segregador com formação cívica robusta, políticas de inclusão e narrativas que valorizem a história cosmo-polita dos povos. O passado das nações foi igualmente feito de hibridações culturais, não de muralhas herméticas.

Precisamos de chegar às pessoas – nas redes sociais, na comunicação social, nas universidades, nas associações, nos sindicatos – com mais do que chavões, com soluções para os problemas quotidianos.

Precisamos de recuperar o capital intelectual político perdido e a coragem que lhe é inerente. A política não pode ser um espaço para aqueles que não têm mais nenhum espaço.

Precisamos de políticas públicas para lá dos votos. Políticas para ligar o país e enfrentar o desafio do aumento e da aglomeração de 75% da população em apenas 25% do território; para desenvolver o interior e o litoral com contexto de interioridade, onde há habitação disponível, mas não há transportes, emprego e os serviços vão desaparecendo; para reduzir a jornada laboral e aumentar os salários; para reforçar a separação de poderes e dotar a justiça de meios para fazer justiça.

Precisamos, os democratas, de trabalhar pela democracia.

Novos tempos, velhos desafios, o PS de sempre

Cláudia Silva

Sindicalista. Membro da Comissão Nacional do PS.

A política, hoje, não é a política do passado, mudou. E mudou de tal forma que atualmente tudo pode ser questionado, até mesmo a democracia, como se isso fosse possível...

O nosso Partido é um dos garantes da democracia em Portugal, tem por isso uma enorme responsabilidade. É um desafio novo que temos pela frente: garantir que a democracia vence. Por isso mesmo, não nos devemos esconder, não nos devemos envergonhar daquilo que somos, dos ideais que representamos, das nossas causas e missões.

Cada socialista tem que ser uma voz ativa, uma voz que não se cala perante a vontade de alguns em diminuir as nossas liberdades, perante a tentativa de extremar a nossa sociedade.

Bem sabemos que estes novos tempos são desafiantes, as pessoas são diferentes, novas realidades se nos apresentam. Temos que lutar, unidos por todos.

O tempo é de ação! A reflexão já foi feita, vezes e vezes sem conta, o tema debatido exaustivamente. Devemos agir, com coragem e convicção.

Os jovens de hoje alimentam-se do digital, as redes sociais são uma ferramenta indissociável do sucesso, e portanto, uma aposta essencial para um partido que se quer de todos e para todos. Ouvir realmente as pessoas, os seus anseios e expectativas, mas acima de tudo, reconstruir uma imagem algo “escurecida” pela mentira, pela intriga, pelo recurso ao populismo, que serve hoje em dia como arma de arremesso contra aqueles que apenas lutam por aquilo que todos nós desejamos: uma democracia forte.

Unidos por todos, venceremos por todos

A democracia merece o nosso total empenho.

Renovar a democracia, reconquistar a confiança

Cristina Calisto

Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP. Deputada à Assembleia Legislativa da RAA. Vice-Presidente do PS Açores. Presidente Regional das Mulheres Socialistas dos Açores

Vivemos um tempo em que a social-democracia enfrenta a mais profunda interrogação da sua História. A promessa de progresso com equidade, que mobilizou gerações, esbateu-se num mundo fragmentado pela desinformação, pela desigualdade e pela descrença nas instituições. A crise da social-democracia é, antes de mais, a crise da confiança dos cidadãos na política como instrumento de transformação coletiva. A globalização, as redes digitais, o avanço das forças populistas e as *fakenews* corroeram os alicerces de pertença e solidariedade.

Mas esta crise não é inevitável. É, antes de mais, um reflexo de um afastamento da política perante a realidade concreta das pessoas. O PS não se pode esquecer de falar com simplicidade, de ouvir sem paternalismo e de agir com coragem, sob pena de abrir espaço a quem promete soluções fáceis para problemas complexos. Renovar a democracia exige devolver-lhe densidade moral e emocional. Significa reconectar a política com a vida: com o trabalho precário dos jovens, a solidão dos idosos, o custo da habitação, o desespero de quem sente que o mérito já não compensa. É aí que se autodetermina o futuro da social-democracia. Abordando com coragem causas concretas.

O PS deve liderar uma nova pedagogia democrática: que devolva sentido ao coletivo e dignidade à ação pública. Isso implica combater a apatia e o cinismo com proximidade e exemplo. Significa apostar numa cidadania participativa, abrir o partido à sociedade e às novas gerações, e mostrar que governar à esquerda é, antes de tudo, cuidar de todos.

A social-democracia não está condenada, diria apenas adormecida. Cabe-nos despertá-la. Não com a nostalgia do passado, mas com um compromisso renovado com a justiça, a liberdade e a esperança.

A crise da social-democracia: construir o futuro!

Eduardo Chagas

Membro da Direção do Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante. Membro do Secretariado Nacional da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN

A crise da social-democracia não é apenas um fenómeno europeu: é a expressão de um desequilíbrio profundo entre o poder político e o poder económico. Em Portugal, sente-se esta crise na dificuldade em conciliar crescimento económico, redistribuição da riqueza e confiança nas instituições democráticas. O avanço da direita neoliberal e da extrema-direita – que exploram o medo, o isolamento e a precariedade – é o sintoma mais visível dessa erosão social e política.

O modelo social europeu, que durante décadas foi referência de justiça e progresso, enfrenta agora uma ofensiva ideológica que pretende reduzir o Estado Social, enfraquecer os sindicatos e transformar direitos em privilégios. O resultado é um mal-estar difuso: trabalhadores que produzem mais mas recebem menos, jovens empurrados para a emigração ou para a precariedade, famílias sufocadas pelos custos com a habitação e os juros, e uma crescente desconfiança face à política.

Mas Portugal tem uma história de resistência. Foi pela convergência entre comunistas, socialistas, outros democratas e sindicalistas que se conquistou o 25 de Abril, a Constituição, o Serviço Nacional de Saúde e a contratação coletiva. É nessa memória que assentamos a resposta à crise atual.

Fazemos frente aos novos e velhos inimigos da democracia – os que negam Abril, relativizam o fascismo e promovem o ódio – reforçando o sindicalismo livre e combativo, defendendo o Estado Social e combatendo a desigualdade. É no trabalho, na escola e na comunidade que a democracia se protege e se renova.

Renovar a democracia significa aproximá-la das pessoas: reforçar a participação nos sindicatos, nas autarquias, nas associações e nos partidos; garantir transparência e responsabilidade pública; investir na educação cívica e política das novas gerações.

A social-democracia deve voltar a colocar o trabalho no centro das suas políticas, fazer da justiça social o seu programa e da igualdade o seu método. Portugal precisa de uma democracia que ouça, inclua e partilhe – uma democracia viva, que una liberdade, solidariedade e dignidade.

Um PS mais próximo, participativo e mobilizador

Fernando Gomes

Secretário-Geral da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN. Membro do Secretariado e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Coordenador da Comissão de Trabalhadores do Grupo Pestana Pousadas.

O Partido Socialista é a principal força progressista do país e o garante das grandes conquistas democráticas desde o 25 de Abril. Mas, como todas as organizações vivas, precisa de se renovar para continuar a representar a esperança de mudança. Num tempo de desconfiança e afastamento em relação à política, o PS deve reaprender a estar junto do povo, no trabalho, nos bairros, nas escolas, nos sindicatos, nas autarquias e nos movimentos associativos.

A primeira mudança é **cultural**: menos aparelho, mais participação e envolvimento com as forças vivas da sociedade. O PS deve valorizar o debate interno, abrir-se à sociedade e fortalecer a ligação aos militantes e simpatizantes que, nas freguesias e nos locais de trabalho, conhecem melhor do que ninguém os problemas concretos das pessoas. Reforçar as secções, tanto concelhias como sectoriais, dinamizar as estruturas temáticas e criar espaços de encontro entre o PS, a Juventude Socialista, as Mulheres Socialistas e os Sindicalistas Socialistas são passos essenciais para uma militância mais ativa e mobilizadora.

A segunda mudança é **estratégica**: menos aparelho, mais política. O PS tem de voltar a afirmar-se como um movimento de ideias e causas, recuperando a energia transformadora do socialismo democrático. É preciso retomar a liderança do debate público sobre o trabalho digno, o Estado Social, a igualdade, a transição climática e digital, o combate à precariedade e a defesa dos direitos humanos.

A terceira mudança é **geracional e comunicacional**: escutar e integrar as novas linguagens e formas de ação das gerações mais jovens, sem perder a ligação às mais velhas. O PS deve comunicar com autenticidade, presença e empatia, nas ruas, nos bairros, nos locais de trabalho e nas redes, construindo pontes entre gerações e territórios.

A quarta mudança é **ética e organizativa**: promover a transparência, formação política e sindical. A confiança dos cidadãos constrói-se com clareza, responsabilidade e proximidade. O PS deve ser exemplo de serviço público e compromisso democrático.

Mais efetividade política exige um PS **enraizado, democrático e mobilizador**: um partido que una a energia das novas gerações com a experiência das anteriores, que valorize o diálogo social e que volte a ser a casa de todos os que acreditam que liberdade e igualdade são inseparáveis.

Renovar a forma de organizar e de atuar é, no fundo, renovar a própria alma do Partido Socialista: **um partido de causas, de pessoas e de futuro.**

O sentido que nos falta

Francisco Themudo

Consultor de Comunicação. Diretor de Comunicação do PS- FAUL.

O progressismo vive um momento de travessia. O ciclo anterior foi longo, exigente e transformador, mas também cansativo. Governar não é o mesmo que inspirar. E, para muitos, o nosso projeto deixou de soar a futuro. Nos últimos anos parecemos limitar-nos a gerir o quotidiano. É essa reconciliação que temos de fazer: entre o que conquistámos e o país que ainda precisamos de imaginar.

Mas essa reconciliação só acontece se nos olharmos ao espelho e admitirmos o que, em nós, também falhou. Se a esquerda não fizer a promessa de reflexão que, até agora, ficou por meia dúzia de intervenções dispersas, em horas pouco propícias e com pouca consequência, continuará a falar para dentro.

Depois da surpresa eleitoral de maio, não houve uma conversa séria sobre ideologia, propositura e visão do país. Recusámos perceber o que, em nós próprios, se tornou parte do problema. Continuámos a falar de tática, raramente de sentido. E o sentido é o que nos falta.

Há uma lição óbvia. A esquerda não pode ser um espaço de superioridade moral. Não somos melhores por dizermos as coisas certas. Somos melhores quando fazemos as coisas certas. Quando deixamos de tratar como individuais problemas que são estruturais.

A culpa do meu vizinho ser racista não é só dele. É do bairro onde cresceu, da escola que o educou, do país que tínhamos. A empatia não é indulgência. É lucidez.

Ter empatia é também perceber que a estabilidade que defendemos não basta se não tocar a vida concreta das pessoas. A estabilidade é importante, mas nunca foi um fim. O país precisa de um novo impulso. E o PS não pode ser apenas o partido da confiança. Tem de voltar a ser o partido da transformação.

E quando olhamos para esse percurso, há uma verdade incontornável: falhámos onde o custo de vida se tornou incontroável. Faltou-nos velocidade, linguagem e imaginação. Mas aprendemos. E é desse reconhecimento que nasce a necessidade de uma nova agenda progressista: habitação pública massiva para responder a uma emergência social; salários dignos; fiscalidade mais justa para o trabalho e exigente com a especulação; qualidade de vida como direito político. O futuro não pode ser só sobre

produtividade, excedente ou confiança dos mercados. Tem de ser sobre felicidade e propósito.

Foi aqui que perdemos parte de uma geração. Aqueles que cresceram a ver a política falar de contas, percentagens ou dotações orçamentais, quando só queriam ouvir falar da transformação das suas vidas, da resolução dos problemas que causam sofrimento.

Fomos contabilistas quando devíamos ser proponentes de esperança e de comunidade. Cancelámos quando deveríamos ter ampliado o nosso apoio social. A mistura destes dois fatores explica parte desta nossa erosão.

E quando falhamos, quando o nosso espaço político falha e não é eficaz, aparecem, na melhor das hipóteses, o advento do individualismo e, na pior, a barbárie e a intolerância como ideologia.

Não basta ser o contrário da barbárie. Estável e confiável. Temos de ser a alternativa da esperança. Não pela estética, mas pela força das convicções.

Mamdani: a canção de quem trabalha é um bem para se guardar

Guilherme Almeida

Coordenador do Gabinete de Estudos da Federação de Viseu da JS

No passado dia 4 de novembro decorreram as eleições para “Mayor” de Nova Iorque, tendo sido eleito Zohran Mamdani. A sua vitória deve levar-nos a refletir sobre o passado e o futuro da esquerda política, sobretudo na Europa. Mamdani, muçulmano, nunca temeu o rótulo que sabia que lhe iam colocar: um perigoso radical de esquerda. Assumiu-se, orgulhosamente, como socialista no país onde sê-lo é quase um pecado lesa-pátria. E venceu.

Este exemplo é importante para a reflexão que pretendo fazer sobre a social-democracia na Europa. A vitória do ideário neoliberal, depois das crises oriundas dos choques petrolíferos, com o singrar da escola de pensamento económico de Chicago e a ascensão de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, trouxe consigo uma onda de lideranças políticas no campo do socialismo democrático que acharam por bem abandonar um conjunto significativo de teses socialistas – desde a participação nos sindicatos, passando pela industrialização do Estado ou a hegemonia do Estado Social em alguns setores, por exemplo – por considerarem que, por um lado, elas estavam ultrapassadas e a queda da URSS e do bloco de Leste comprovava-o e, por outro lado, elas eram demasiado radicais e o futuro da obtenção do poder político se encontrava na moderação ao centro.

A afabilidade destas lideranças ao pensamento neoliberal e a execução de políticas por ele apadrinhadas resultou num afastamento claro entre a social-democracia (como ela era praticada) e a sua base eleitoral – os comuns: trabalhadores, pensionistas, jovens estudantes, entre outros. Promoveu-se a desregulação artificial dos mercados, o que resultou num crescimento igualmente artificial que se manifestou no aumento do custo de vida sem um acompanhamento no aumento dos salários, a impossibilidade de emancipação dos jovens trabalhadores – em suma, o crescimento do fosso entre a minoria mais rica e a maioria comum.

É imperioso que os partidos socialistas europeus retomem a sua matriz social-democrata e trabalhista, aquela que trouxe, entre muitas outras coisas que não cabe aqui referir, a escola e saúde gratuitas, descanso semanal obrigatório ou igualdade salarial por trabalho igual. Urge massificar a presença nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas e na sociedade em geral, bem como afirmar a nossa vontade de melhorar a qualidade de vida da população, e que isso é ser-se socialista.

Tempo de reconciliação

Joana Bento

Advogada. Vereadora na Câmara Municipal do Fundão. Ex-Presidente da Estrutura Federativa das Mulheres Socialistas de Castelo Branco

Após a maioria absoluta do PS, os vários atos eleitorais deixaram transparecer um partido que se fechou em gabinetes, na capital, esquecendo que a sua força está no terreno, no povo. Há derrotas que não se medem em votos, mas pela sua presença no território, pela sua implementação e pelo esvaziamento de políticas públicas numa faixa importante do território, o interior.

António Costa afirmou que *“Não há nenhuma fatalidade relativamente àquilo a que nos habituámos (...) a chamar interior. Aquilo que é necessário é ter (...) uma grande vontade política, uma grande convicção de que, a partir destes territórios, (...) é possível fazer melhor.”* Concorde em absoluto. Mas na verdade, o PS não deixou boas sementes para fazer diferente.

A conciliação com o povo é um caminho que temos de, em conjunto, construir. Não podemos ir para o território do interior, lembrando feitos políticos com décadas, mas que já não captam o voto jovem, o voto de resiliência de quem aqui insiste viver. O povo vota com os pés, o povo usa o voto como protesto e castiga as ausências de políticas públicas, que só o PS consegue, querendo, aplicar no interior. Por isso, o PS paga o preço de, no interior e no país, não ser uma força transformadora. Deixou de ser, para muitos, o “partido da esperança”, e aquilo a que assistimos na desertificação do território, é também uma desertificação política.

Erros no passado, opções menos precavidas ao longo do nosso percurso democrático, uma cultura antiga, centralista, da capital em relação ao resto do País, enraizadas em muitos setores da sociedade, levou ao acentuar de assimetrias e sensação de abandono das populações em várias matérias, do dia-a-dia das pessoas. A não resposta, ou nem ter uma narrativa para os problemas reais das pessoas, ressalta para o acentuar do sentimento de abandono que leva a um crescimento de ressentimentos e ao voto de protesto, quando devia ser um voto na esperança, em partidos políticos que melhoram a vida do seu eleitorado.

As votações sucessivas na extrema-direita nos últimos atos eleitorais não são de fiéis crentes das suas parangonas, quero acreditar nisso. São pessoas que se cansaram de esperar por respostas, por um olhar positivo

para o seu território. Muitos que deixaram de ver no “partido do punho” a alternativa, sentem que o regime, o partido, falhou. Da justiça à saúde.

O PS não poderá ignorar, não poderá só dizer que estão errados sem comunicar de outra forma com eles. O tempo é de reconciliação e diálogo. Saibamos falar com as pessoas, saibamos colocar o diálogo nas políticas públicas de coesão, de discriminação positiva, de equilíbrio dos territórios como prioridade para todos, votem onde votarem. Em diálogo e proximidade, fazendo política com alma para as pessoas.

Só o PS pode reanimar a social-democracia

José Abraão

Secretário-geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP). Tendência Sindical Socialista da UGT

A crise da social-democracia sente-se, desde logo, na falta de estratégia e de planeamento, nas lacunas e no desinvestimento que se verificam em diversos setores dos serviços públicos, sobretudo nos mais essenciais, como a Saúde e a Educação, mas também nas tentativas de ataque ao Estado Social, como as perpetradas pelo pacote de legislação laboral que está atualmente em discussão e que procura desequilibrar as relações de trabalho com claro prejuízo para os trabalhadores.

Além disso, o recrudescimento de movimentos inorgânicos e do corporativismo que, não poucas vezes, colocam em causa a justiça social, bem como a ação de um Governo que procura ocupar o espaço político da base eleitoral de apoio da extrema-direita, são fatores que contribuem para o agravamento dessa crise.

Sendo hoje o Partido Socialista a única força política com capacidade para operar na nossa sociedade o ressurgimento da esquerda democrática e da social-democracia, este representa a esperança do nosso país no reforço das instituições democráticas e do Estado social.

O PS tem por isso de ser firme e decidido na promoção da democracia interna, mantendo-se como um espaço de diálogo que permita encontrar consensos no que respeita à definição de políticas de centro-esquerda que permitam que Portugal se afirme como um bastião dos valores que defendemos.

À mentira e à desinformação, temos de responder com verdade e transparência. Os populismos têm de ser combatidos através de factos que desmintam de forma categórica e inequívoca a demagogia.

O PS terá assim de fazer um trabalho intenso de recrutamento de quadros, de modo a encontrar e mobilizar, sobretudo entre os mais jovens, aqueles que, sendo defensores da social-democracia, pertencem a gerações que estarão na posse do conhecimento e de ferramentas que permitam combater de forma eficaz aqueles que não defendem os valores essenciais da democracia.

Acredito firmemente que a sociedade portuguesa, embora de forma algo adormecida, encerre em si o espírito social-democrata que prevaleceu

após o 25 de Abril, pelo que cabe ao PS, mais do que a qualquer outra força política, encontrar os atores que possam reanimar esse espírito e substanciá-lo nos seus quadros e nos seus projetos políticos.

Não podemos deixar morrer a essência solidária e progressista da nossa sociedade e, acima de tudo, temos de ter em mente que o trabalho que tem de ser feito para o ressurgimento da social-democracia está acima de qualquer interesse ou objetivo pessoal.

Quando o destino se sobrepõe ao caminho

José Dias

Deputado Municipal do PS em Coimbra

O Partido Socialista encontra-se num momento em que a sua capacidade de influenciar o futuro do país depende, antes de mais, da forma como se se reorganiza internamente e redefine a sua atuação política.

Nos últimos anos, o PS deixou-se prender por uma lógica inversa àquela que deve orientar um partido com ambição reformista: deu prioridade ao caminho – às medidas dispersas, às respostas imediatas, ao curto prazo – e perdeu de vista o destino. Esta fragmentação da ação, assente em iniciativas avulsas para cada setor, produziu uma posição frequentemente reativa, sem um propósito que unificasse decisões e mobilizasse confiança. E esta constatação é válida para qualquer tipo de governação, seja ela central, regional ou local.

O PS deve começar por reconstruir uma visão estratégica clara. A organização interna deve ter uma arquitetura centrada no destino – o modelo de país que pretende construir, com o associado desenvolvimento em cada área central – e não um mosaico de agendas parcelares que se acumulam sem coerência. Isso implica recuperar a capacidade de formular narrativas fortes, assentes em prioridades estruturantes, após diagnósticos completos, capazes de orientar tanto a ação governativa como o debate público, tal como aconteceu no grande momento de mobilização da primeira candidatura de António Costa a Secretário-Geral do PS, assim como a Primeiro-Ministro.

Mas essa mudança exige também transformar a forma de trabalho dentro do partido. O PS deve abandonar a lógica do despacho quotidiano por grupos fechados e distantes, optando antes pela criação de mecanismos de reflexão programática permanentes, envolvendo especialistas, militantes e sociedade civil, mas num processo contínuo, evitando a ocasionalidade dos períodos eleitorais. Em vez de reagir por impulso, o partido deve antecipar desafios, identificar tendências e estruturar respostas que resistam ao teste do tempo, chamando à discussão quem queira nela participar, nunca se permitindo a esquecer a relevância do posicionamento societal dos seus militantes.

Simultaneamente, é necessário recentrar a liderança em objetivos mensuráveis e compromissos explícitos, reforçando a coerência entre discurso e prática. A organização deve ser mais transparente, mais aberta

ao escrutínio e mais capaz de admitir erros e corrigir rumos, em vez de se perder em justificações políticas desconexas da realidade.

O PS precisa de resgatar a noção de destino e fazer do caminho um instrumento, e não um fim em si mesmo.

Agir, antes que ocorra a tempestade

Juan Ascensão

Presidente da Direção do Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira.
 Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN

Vivemos tempos conturbados, o designado tempo de “*policrise*”, caracterizado por uma sobreposição de ocorrências de âmbito climático, informático, social e geopolítico, marcado por guerras, proliferação de falsas verdades que deixaram de ser apenas ruído de fundo para passar a ser o campo de batalha, levando à ascensão dos partidos de extrema-direita.

Portugal, um pequeno país ibérico, longe das grandes capitais europeias, era tradicionalmente visto como uma exceção à crise em curso. As memórias do tempo da ditadura e o consenso alcançado na revolução do vinte e cinco de abril, pareciam proteger o país contra alguns fenómenos, nomeadamente os extremismos; no entanto, essa vacina prescreveu, se considerarmos a rápida ascensão da extrema-direita.

O crescimento destes partidos não acontece por mérito próprio, nem pelo conteúdo das propostas apresentadas pelos seus dirigentes; estes partidos crescem pelo espaço deixado pelos tradicionais partidos do centro democrático, pelo falhanço da social-democracia que se foi esgotando progressivamente, devido a um conjunto de fatores internos e externos que originaram a tempestade perfeita.

O “bloco central” (PS e PSD) foram os pilares da democracia, baseados na premissa de promover o crescimento económico que permitiria estruturar um Estado Social robusto, com condições para desenvolver setores fundamentais como a Educação, a Saúde, a Segurança Social e a Habitação. Setores que beneficiaram muito das elevadas taxas de crescimento nas décadas de sessenta a noventa do século passado. Porém, esta realidade alterou-se nos anos seguintes, com a globalização, que conduziu à desindustrialização da Europa e do país, a par de um Estado social que se tornou cada vez mais caro, forçando vários países europeus a recorrer ao aumento da dívida pública.

A crise de confiança no sistema, e a progressiva rutura com o modelo social clássico, esgotou na sua capacidade de financiamento devido às regras do euro, a realidade demográfica e o fenómeno da globalização. A austeridade do período de 2008/2014 traumatizou o eleitorado, mostrando que o Estado social já não é o que era, nem tem a capacidade e as condições para garantir a concretização das soluções a que se propôs.

Perante esta realidade, a democracia, para além de defendida tem de ser renovada: através da promoção nacional de uma campanha de literacia mediática e digital a começar nas escolas; aumentar a transparência e o combate real à corrupção; regulamentar as plataformas digitais; reforçar o centro democrático, aprofundando o debate de ideias tendente a um projeto sólido e credível a medio e a longo prazo; aproximar o poder das pessoas, aprofundando a representatividade e a participação democrática, dinamizar e implementar orçamentos participativos a nível local, regional e nacional, promover assembleias de cidadãos, entre outras iniciativas que respondam aos problemas das pessoas.

Voltar a dialogar

La Salette Marques

Ex-Jornalista Parlamentar, Consultora em Comunicação. Secretária Nacional para Organização das MS-ID

Pela sua ação governativa, o Partido Socialista habituou os portugueses a olharem-no como a força política que promove a justiça social, que defende o Estado social e que desenvolve o país. Portanto, o que acontece ao PS não interessa apenas aos seus militantes, interessa a toda a sociedade. Significa isto que a reflexão necessária ao Partido Socialista não é apenas interna, é uma reflexão abrangente, que tem de ser feita com a sociedade civil.

Se é verdade que, durante o mais recente ciclo de governação socialista, a vida das pessoas melhorou e que a política de contas certas alavancou extraordinariamente a posição e o prestígio de Portugal, não é menos verdade que persistiram problemas para os quais não se encontraram soluções, que houve setores sociais que não obtiveram respostas e que houve comportamentos pouco apreciados. Sem perder de vista que o Partido Socialista foi altamente escrutinado por uma comunicação social ávida de audiências, pronta a dar palco à crítica aguçada do populismo da extrema-direita, da qual foi, entretanto, barriga de aluguer. E foi penalizado.

E agora? Agora é avançar para o terreno, ouvir, restabelecer a ligação com as bases e valorizar o seu trabalho, porque um partido sem pessoas não existe. É fechar ciclos de “dinastias” que se fixaram em algumas estruturas, capturando a democracia interna através da designação de sucessões em círculo fechado. É promover o debate sobre os territórios, sobre os problemas que enfrenta quem lá vive e que soluções propõe. É travar as tentativas de exclusão de mulheres das lideranças através da fragilização da rede de trabalho que as capacita para a participação na política ativa. Mas é também abrir o partido à sociedade civil, para saber o que pensam as instituições, que expectativas e necessidades sentem.

Refletir é ainda olhar para dentro e persistir na procura de formas de controlar o aumento do custo de vida, de criar habitação, de travar a destruição do Serviço Nacional de Saúde, de travar a introdução de graves retrocessos nas leis laborais que afetam sobretudo as mulheres, de fortalecer a escola pública e de evitar a saída de jovens do Ensino Superior. É refletir sobre o papel das novas gerações e projetar um país que as convoque para a ação, que as oriente e integre no futuro. É observar como outros

países, que vão à nossa frente, estão a enfrentar os desafios mais difíceis com que nos confrontamos: a ascensão de movimentos antidemocráticos, o aumento do custo de vida, a falta de habitação, a destruição do Serviço Nacional de Saúde, o declínio da natalidade e a ameaça à sustentabilidade do Estado Social, a revolução digital, e tantas, tantas outras preocupações que nos enchem a agenda política e para as quais não se trabalham nem pensam soluções de médio prazo que nos permitam olhar para um horizonte alcançável pela nossa própria vista.

A política é responsável pela alimentação de sonhos coletivos extraordinários e a Declaração de Princípios do Partido Socialista aponta o melhor caminho para os concretizar. Mas hoje, o ambiente digital roubou-nos a empatia e a capacidade de sorrir, criou distanciamento da realidade. Isto significa que há palavras que têm de voltar a estar no centro do diálogo do PS já amanhã, olhos nos olhos com as pessoas: humanismo, fraternidade, igualdade e dignidade da pessoa humana são conceitos que temos de ter connosco na hora do reencontro.

O regresso do medo

Lia Ferreira

Arquiteta, Doutoranda e investigadora em Arquitetura e Urbanismo, Mestranda em Estudos da Deficiência e Direitos Humanos, Deputada à Assembleia da República. Secretária Nacional das Mulheres Socialistas

Vivemos tempos inquietos. Em toda a Europa, cresce o populismo e renascem extremismos que corroem a democracia. O fenómeno não é novo: o extremismo veste-se de falsa benevolência, disfarça o autoritarismo e vende o regresso do medo como proteção. A democracia foi a resposta política que uniu liberdade e justiça, construiu o Estado social e reconciliou o progresso com a solidariedade. A crise da social-democracia não é apenas eleitoral ou de representação; é uma crise de confiança. Será preciso perdê-la para voltarmos a lutar por ela?

Em Portugal, a democracia nasceu da coragem de homens e mulheres que acreditaram que a social-democracia podia ser, simultaneamente, democrática, europeia e humanista. Mário Soares foi o rosto maior dessa luta: mostrou que o socialismo podia ser o caminho do progresso humanista e da liberdade. “Não há socialismo sem liberdade”, dizia. Hoje, essa liberdade é oprimida por discursos de ódio e desinformação, alimentados por frustrações e perceções manipuladas, amplificadas por algoritmos e inteligência artificial. Onde o populismo triunfa, a liberdade definha; o extremismo asfixia a igualdade.

O perigo nasce na normalização da intolerância. Quando a mentira vale tanto quanto a verdade e o insulto substitui o argumento, a democracia enfraquece. Como alertou António Guterres, “a polarização é o veneno da democracia”. O antídoto é o diálogo, a verdade e a justiça social. Combater o extremismo exige coragem política e uma reforma profunda das práticas democráticas. É no território, junto das pessoas, que se reconstrói a confiança e se combate a desinformação. O PS tem de estar presente, ouvir e assumir compromissos ajustados à realidade do país, reformulando metodologias de trabalho. Para essa reaproximação, é essencial:

Reconstruir a confiança democrática, com escuta ativa, ética pública, proximidade e políticas construídas com as pessoas e não apenas para as pessoas;

Reafirmar os valores universais de liberdade, igualdade, solidariedade e europeísmo, recolocando os direitos humanos no centro da ação pública;

Reforçar a justiça social e o trabalho digno, assegurando que as transições digital e ecológica criam oportunidades e não desigualdades.

A história não se repete: somos nós que insistimos em repeti-la, apesar dos seus resultados trágicos. Os novos autoritarismos dividem a sociedade e exploram o medo. Como diria Mário Soares, a liberdade conquista-se todos os dias, sem ceder ao medo, construindo a esperança e confiança no futuro.

Um novo ciclo para o Socialismo Democrático

Ludovina Sousa

Coordenadora Regional de Viana do Castelo do STAL. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN

O balanço da governação do Partido Socialista é, no essencial, positivo. Os anos de governação do PS com António Costa provaram que é possível governar com contas certas e justiça social, responder a crises globais, da pandemia à inflação, sem sacrificar o Estado Social, e reforçar a confiança internacional de Portugal. Recuperaram-se rendimentos, criaram-se empregos, aumentou-se o salário mínimo, modernizaram-se infraestruturas e defendeu-se o Serviço Nacional de Saúde.

Mas também ficaram desafios por cumprir: o acesso à habitação, um maior apoio à infância, um Serviço Nacional de Saúde mais robusto e uma elevada precariedade que não ajuda a fixar os jovens em Portugal.

O mérito dos governos socialistas foi ter devolvido estabilidade e dignidade a um país marcado pela austeridade. O erro seria julgar que essa estabilidade basta. O novo ciclo exige políticas públicas progressistas que respondam às exigências de uma geração que já não aceita esperar: habitação a preços justos, trabalho com direitos, salários dignos e igualdade real de oportunidades.

É tempo de fazer evoluir a Agenda do Trabalho Digno e derrotar o ataque aos trabalhadores e aos sindicatos que está em curso com as alterações ao Código do Trabalho propostas pelo Governo da AD (PSD/CDS). É preciso articular qualidade de vida, sustentabilidade ambiental e justiça intergeracional.

Renovar a relação com os eleitorados mais jovens e dinâmicos implica escutar as suas causas: o clima, a mobilidade, a diversidade, a digitalização e transformá-las em políticas concretas. Implica falar uma linguagem de futuro, de confiança e de participação.

O socialismo democrático não deve temer a inovação: deve liderá-la, colocando a tecnologia e a transição verde ao serviço das pessoas, e não do capital.

Mas a renovação só é autêntica se for inclusiva. Cuidar dos mais vulneráveis: os idosos, os trabalhadores precários, os imigrantes e as famílias com menores rendimentos, continua a ser a pedra angular de uma sociedade mais justa.

O novo ciclo de políticas públicas progressistas deve, por isso, unir gerações e classes sociais, reforçando o Estado Social, valorizando o trabalho e promovendo a igualdade como eixo central do desenvolvimento.

Renovar é acreditar que Portugal pode ser mais justo, mais verde e mais livre. Essa é, hoje como ontem, a missão do socialismo democrático.

A democracia faz-se de proximidade

Luísa Paolinelli

Doutorada em Literatura Comparada, Professora na Universidade da Madeira. Membro do Conselho Estratégico Nacional do PS. Vice-Presidente das Mulheres Socialistas da Madeira

Numa entrevista ao *Corriere della Sera*, em 26 de março de 2007, a uma pergunta do jornalista sobre a possibilidade de crescimento de forças antidemocráticas na Europa, José Saramago respondeu que o fascismo estava já à espreita para entrar de novo no nosso continente: não viria com camisas pretas, ou cinzentas, ou de outra cor, mas viria sem se esconder. Já descia pelas estradas e já tinha chegado aos *media* e poderíamos encontrar-nos de um momento para o outro numa situação pré-fascista sem disso nos darmos conta. Não estranharia, assim, se o fascismo voltasse de novo a governar. Isto porque a fachada se mantinha e esta, com que vinha pintada, era a da ilusão democrática.

De facto, o século XXI começou sob a bandeira da “crise da democracia”, tema de um número considerável de livros e de discussões sobre o seu significado, sendo entendida como um estado de “sofrimento” ou de “declínio”. Os indicadores, avançados logo nos primeiros anos da nova centúria, apontavam para uma diminuição da credibilidade dos dirigentes eleitos, de descrença na capacidade das instituições democráticas de mediarem entre as necessidades de muitos (com o crescente empobrecimento das classes médias) e as exigências de poucos (seguros de terem poder para influenciar as decisões) e de identificar respostas aos interesses da larga maioria. Larga maioria esta que, já passados 25 anos, via, e vê, no desemprego, na falta de habitação, no difícil acesso à saúde e na erosão do bem-estar social as questões não resolvidas. Foi desta forma que a espinha dorsal da democracia, os cidadãos, começou a ser minada por respostas fáceis e pelo uso de uma retórica nacionalista e protecionista (a simplificação da resolução de todos os problemas com a colocação de uma espécie de arame farpado à volta dos países).

Urge retomar a política verdadeira, democrática, com as suas regras, as suas mediações, os seus equilíbrios de poder, os seus partidos, e também com as suas necessárias complexidades, contrastando e expondo a chamada antipolítica, ou seja, os partidos que se alimentam da intolerância e do ódio contra a política tradicional. Lembrar a quem hoje não vê os perigos de uma política antidemocrática, e de quais seriam as suas consequências, não pode, no entanto, ter por base modelos antigos, como a

oposição entre democracia e autoritarismo. Temos, sim, de fazer bandeira da eficiência e rapidez na tomada de decisões, da proximidade entre quem governa e quem é governado, compreendendo a política como serviço ao próximo. E lembrar que a democracia é um sistema de distribuição dos custos e dos recursos da vida social e individual.

É tentador para os cidadãos lidarem com a desilusão adotando posições a favor da tecnocracia e do autoritarismo populista. Por isso, há que responder através da simplificação das políticas e da sua capacidade de responderem com alguma rapidez às necessidades sentidas, fazendo de todos participantes ativos nas tomadas de decisão. Não será fácil, mas seria um erro apresentarmo-nos como campeões e gestores do bem e da verdade contra o mal e os perigos. Devemos caminhar ao lado, como próximos, e não nos colocarmos acima.

Crise da social-democracia e das democracias liberais

Manuel Fernandes

Tendência Sindical Socialista na UGT

A crise das democracias liberais é um fenómeno que deve ser visto a montante do contexto atual.

Desde o final da segunda grande guerra que o desenvolvimento económico permitiu melhorias na qualidade de vida a cada geração.

Depois da crise financeira do *subprime*, iniciada nos EUA em 2008, a resposta dos sociais-democratas e do socialismo democrático não se distinguiu do neoliberalismo. A necessidade de repor a confiança no sistema financeiro, e a aplicação de políticas de austeridade sobre empresas e cidadãos, inverteu o caminho do progresso e as novas gerações não melhoraram a qualidade de vida face à geração anterior. Pelo contrário, a reposta dos sociais-democratas deixou mesmo uma vasta camada da população ao abandono. A consequência foi uma elevada concentração da riqueza, por um lado, e o agravamento da desigualdade, por outro, levando os cidadãos a questionar o sistema político e as democracias.

Este contexto foi a antecâmara para o ressurgimento dos movimentos extremistas que irromperam no sistema político de todo mundo e também em Portugal. Em paralelo, os casos de corrupção, a falta de transparência e a ascensão do poder económico sobre o poder político deram a perceção pública de incapacidade do Estado, contribuindo fortemente para o descrédito no sistema político e nas democracias liberais.

Agora, a resposta à situação atual deverá levar o seu tempo. O socialismo democrático terá de recuperar a confiança dos cidadãos. Esse caminho deve começar por aumentar o escrutínio ético sobre os protagonistas políticos. A comunicação através das redes sociais deve assumir um papel relevante na interação com os cidadãos. A devolução das expetativas aos jovens numa vida melhor, e o desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para a coesão social, serão fundamentais para o futuro das democracias liberais e para a sobrevivência do socialismo democrático.

O sentido político da social-democracia

Mariana Madeira

A social-democracia nasceu da ideia de que a liberdade só é plena quando há justiça social. Foi esse princípio que permitiu consolidar o Estado Social, expandir direitos e criar prosperidade partilhada. Mas os desafios do século XXI são diferentes. Com a aceleração tecnológica, a crise climática e a precarização do trabalho, a social-democracia está em crise. No entanto, crise não deve servir para propagar ódio ou críticas vazias sem soluções concretas; deve sim, servir de retrospectiva para o ator político. Precisamos de olhar para o modo como fazemos política e de reencontrar o sentido de propósito que está na origem do Partido Socialista. A social-democracia continua a ser o caminho mais sólido para equilibrar liberdade e justiça, mas é também um projeto que precisa de se adaptar aos novos tempos.

O PS tem feito bem aquilo que o define desde sempre, garantir estabilidade, proteger o Estado Social e defender a democracia. Mesmo perante crises globais e mudanças rápidas, o partido manteve a confiança dos portugueses e a credibilidade internacional do país. Reforçou o salário mínimo, valorizou o emprego e preservou serviços públicos essenciais. Ainda assim, há aspetos onde temos, e devemos, fazer melhor. O afastamento entre cidadãos e instituições é real, e os jovens sentem-no de forma particular, acreditam menos na política porque muitas vezes não a veem traduzida em soluções concretas. O PS precisa de se aproximar dessas gerações, comunicar com mais clareza e criar espaços reais de participação.

Os inimigos da democracia não são apenas os que a atacam diretamente. São também a indiferença, a descrença e o distanciamento entre eleitos e eleitores. Combatê-los exige transparência, proximidade e participação. É preciso reforçar a educação cívica, combater a manipulação da informação e criar formas mais diretas de envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas. A democracia não se defende apenas em períodos eleitorais, é algo que se constrói todos os dias, através da confiança mútua entre o Estado e a sociedade.

Renovar a democracia significa torná-la mais aberta e representativa. As instituições devem ser mais acessíveis, os partidos mais participativos e as políticas mais centradas nas pessoas. É urgente valorizar a intervenção dos jovens e das novas gerações políticas, que trazem resiliência, ideias e exigência. A renovação democrática depende da capacidade de incluir esta nova vitalidade no coração do projeto socialista.

Contra a hipocondria, o antídoto da confiança

Miguel Costa Matos

Economista. Deputado à Assembleia da República. Foi Secretário-geral da Juventude Socialista

A social-democracia é hipocondríaca. Vive obcecada, décadas a fio, com a sua própria crise. Já ninguém suporta o discurso Calimero de que a economia está em transformação, que já não há classe operária e os sindicatos já não têm a mesma força, que o individualismo é que está na berra e até que agora há uma reação ao “wokismo” que demonstrou uma qualquer grande dessintonia entre os valores da igualdade e as massas populares.

Cada uma destas teorias cansadas encontra explicações plausíveis, parcialmente verdadeiras, para uma maior dificuldade da esquerda democrática em vingar eleitoralmente. Todavia, ao contrário do que previam as utopias coletivistas dos nossos vizinhos mais radicais, em momento algum e em país algum houve condições favoráveis à implantação do socialismo. Sempre houve muito povo conservador, racista e machista. Sempre houve precariedade, atomização e alienação dos trabalhadores. Sempre, com exceção talvez dos “trinta gloriosos” do pós-Segunda Guerra Mundial, a economia em transformação aparentou tornar desaconselháveis e excessivamente caras as benfeitorias dos socialistas.

A falta de originalidade destas hipóteses não é, porém, o seu principal problema. Este encontra-se em justificar a crise da social-democracia com fatores externos, desresponsabilizando-nos do estado a que chegámos. A resposta à crise não deve ser nem passividade nem capitulação, seja na forma da “terceira via” dos anos 90 ou num hodierno proto-populismo anti-imigração, anti-woke ou até anti-rico. Só sairemos da crise sendo nós próprios e construindo um caminho para as nossas ideias.

A nossa crise não é de falta de destinatários, embora por vezes nos concentremos apenas em somar minorias. A saída da crise faz-se construindo também para a classe média instituições universalistas de direitos e deveres iguais.

A nossa crise não se mede no esquerdómetro, embora raramente as pessoas percebam o que nós defendemos sobre seja o que for. A saída da crise faz-se com clareza programática, muito mais do que com pureza ideológica ou o dogma da moderação.

A nossa crise não é de declínio dos nossos valores, embora nós os apregoemos mais do que os praticamos. A saída para a crise é de quem conseguir conjugar a igualdade com a liberdade, corporizar a empatia com

autenticidade e colocar esses princípios ao serviço da vida das pessoas e não de um qualquer desígnio intelectual.

Na verdade, a esquerda nunca deixou de ser relevante. Deixou, sim, de sonhar, pensar e propor, reduzindo-se ao progressismo tecnocrático. Deixou de ouvir, dialogar e inspirar, tornando-se uma seca arrogante. Deixou, no fundo, de se relacionar com as pessoas, tratando a democracia como um mercado meramente transaccional entre eleitos e eleitores.

Se queremos restaurar confiança na social-democracia, é em nós próprios que temos de, em primeiro lugar, confiar, respeitar e apaixonar. Só assim poderemos pedir o mesmo aos demais nossos concidadãos.

Crise da social-democracia ou crise do Estado Social?

Paulo Godinho

Sociólogo

A crise da social-democracia não pode ser dissociada da crise geral do Estado, que atravessa muitas das sociedades ocidentais, nem, em particular, da crise que se sente, de forma ainda mais intensa, numa das suas mais importantes componentes: o Estado Social.

Uma das principais características que distingue o projeto social-democrata, das restantes famílias políticas, situa-se no relevante papel reservado ao Estado. Na Europa ocidental, durante a segunda metade do século XX, governos sociais-democratas foram capazes de construir estruturas de Estado Social, que asseguraram a todos os cidadãos o acesso à saúde, à educação e à segurança social, sem encargos significativos para os orçamentos familiares.

Contudo, ainda durante o século XX, a sustentabilidade do Estado Social começou a ser posta em causa, por razões que decorriam parcialmente da evolução natural das próprias sociedades, por exemplo o envelhecimento da população, mas, sobretudo, pela penetração dos interesses privados em áreas até aí quase exclusivas do Estado.

Em Portugal essa mudança foi nítida. Na educação multiplicaram-se as instituições de ensino privadas, enquanto na saúde nasceram hospitais privados e inúmeros outros prestadores de exames e de cuidados médicos, beneficiando não apenas do “boom” dos seguros de saúde, mas também da crescente aquisição de serviços promovida pelo próprio Estado.

Com a chegada do século XXI, novos fatores externos vieram contribuir para acentuar a tendência que já se sentia. A globalização da economia e as regras orçamentais impostas pela União Europeia acabaram por fragilizar, ainda mais, as condições de sustentabilidade do Estado Social.

Uma economia nacional pouco competitiva, conjugada com a livre circulação de pessoas no espaço europeu, teve ainda um outro efeito negativo: a emigração de uma parte significativa dos quadros formados em Portugal, nomeadamente em áreas como a da saúde.

Todos estes fatores conjugados conduziram a que boa parte dos portugueses olhe hoje para o Estado Social como sendo constituído por uma escola pública de qualidade duvidosa, por um SNS com enormes

dificuldades em responder às necessidades mais básicas e por um sistema de segurança social que paga pensões baixíssimas. Tudo isto conjugado com a crescente adesão aos “cantos de sereia” liberais de que em Portugal se pagam demasiados impostos.

Como pode um verdadeiro partido social-democrata, como o PS, inverter este sentimento e deixar de parecer um partido conservador, por teimar em defender este Estado Social que tantos querem ver destruído?

Investindo no próprio Estado e nos seus trabalhadores os recursos que tem, não os desbaratando na aquisição de serviços a prestadores externos. E não tendo medo de exercer o poder quando os portugueses em si confiarem, em lugar de procurar sempre consensos alargados, mesmo dispondo de uma maioria absoluta.

Como o atual governo demonstra, a direita não tem esses pruridos...

A mudança começa em nós

Patrícia Caixinha

Dirigente sindical

Ser militante do PS é ter a capacidade de reconhecer o valor histórico e social do PS enquanto força central da democracia portuguesa, mas também ter a capacidade de fazer uma reflexão séria e profunda sobre a nossa própria forma de nos organizarmos e de agir politicamente.

Se queremos continuar a ser o principal instrumento da mudança progressista em Portugal, é necessária a coragem de mudar por dentro. De tempos a tempos, é necessário parar, refletir e mudar. E vivemos hoje uma oportunidade para a viragem necessária, para a mudança.

Depois de um ciclo político intenso, em que o PS assumiu a responsabilidade de governar em contextos particularmente exigentes, é natural que surjam sinais de desgaste. Mas seria incorreto ler o presente apenas com base na conjuntura. O que está em causa é mais profundo, e repensar a forma como o partido se relaciona com os cidadãos, como se estrutura internamente e como transmite as suas ideias e valores à sociedade portuguesa é uma necessidade imperiosa.

Um primeiro aspeto essencial da minha, mas também nossa, reflexão deverá ser o **reaproximar o PS das bases**. O partido não pode, e até ousado dizer não deve, viver apenas do seu prestígio institucional ou da sua ação governativa: tem de ser, antes de tudo, uma comunidade viva, dinâmica e participativa. As secções devem voltar a ser espaços de debate, de formação e de mobilização, onde os militantes se sintam verdadeiramente ouvidos e valorizados. A vitalidade do Partido Socialista mede-se pela força das suas bases e pela capacidade de construir políticas a partir do território, e não apenas a partir dos gabinetes. A lógica governativa passou a dominar a vida partidária e as bases foram relegadas para um papel secundário, invertendo toda o princípio da nossa organização política.

Um segundo aspeto de reflexão é que no momento atual impõe-se uma **renovação da cultura política interna**. O debate interno deve ser encarado como o exercício de liberdade e de responsabilidade, e não como uma ameaça para a unidade, mas sim como um instrumento de fortalecimento democrático. O PS tem uma história de pluralismo e de convivência democrática que é um dos seus maiores atributos. É tempo de (re)valorizar esse património, de abrir espaço à crítica construtiva e à contribuição das novas gerações, das mulheres, dos autarcas e dos movimentos cívicos,

para que encontrem eco dentro do partido. Esse é o caminho, porque um partido que defende uma sociedade mais aberta e participativa deve dar, ele próprio, o exemplo.

Um terceiro aspeto de reflexão, passa pela necessidade do PS **reafirmar a sua identidade ideológica**. É crucial lembrar a matriz fundadora do nosso partido, porque é nesta que assenta a nossa diferença, a nossa força, a nossa identidade. E só resgatando a nossa verdadeira identidade, focando as nossas propostas e ação naquilo que é o nosso verdadeiro ADN, conseguiremos distanciar-nos de qualquer outra identidade ideológico-partidária e mostrar que o PS é o único partido que merece a confiança, que é capaz de mobilizar e que é próximo das pessoas.

Reafirmar esta identidade ideológica significa, também, reforçar a ligação do PS às grandes causas, às suas causas de sempre, sendo o mundo do trabalho uma das suas conquistas. Por isso mesmo, é essencial uma **reaproximação do PS ao movimento sindical** para que possa voltar a ser a referência política natural de quem trabalha e de quem quer trabalhar.

Como quarto aspeto de reflexão, realço a **forma como comunicamos**. Precisamos de voltar a comunicar de forma clara, direta e emocionalmente envolvente e apaixonada. Temos falhado em explicar às pessoas o sentido político e social das nossas opções. Muitas vezes falamos com uma linguagem excessivamente técnica, institucional, distante, que não emociona nem mobiliza. Perdemos a capacidade de contar a nossa própria história e de fazer chegar a nossa mensagem às pessoas. Ao invés, limitamo-nos a reagir à agenda mediática, respondendo aos analistas políticos, e esquecendo que somos o partido de causas e o partido que fala para as pessoas e com as pessoas.

É também importante lembrar que a mudança, na forma como comunicamos, começa dentro, entre os nossos pares, entre camaradas, entre todos os níveis da organização. Só assim conseguimos construir e envolver, criar um sentimento de pertença.

Temos todas as condições para nos reinventarmos, mas essa reinvenção só acontecerá se formos capazes de olhar para dentro, de nos vermos verdadeiramente também naquilo onde falhamos.

E, como diria Fernando Pessoa: *“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”*

Porque acredito no PS. Porque acredito na mudança.

Superar o momento hamletiano

Rui Lage

Escritor. Ex-deputado à Assembleia da República

Há muito que a família social-democrata sofre as penas do seu “momento hamletiano”, como diria Eduardo Lourenço. Entalada entre o ser e o não-ser, hesita entre um corpo ideológico blindado ou um molde flexível de leitura da realidade; entre uma vocação proclamatória e um elã governativo; a contenção ou o expansionismo; a emancipação individual ou a capacitação coletiva; o soberanismo e o globalismo; as classes populares e as classes médias; as causas “culturais” e as causas sociais e laborais... Embora se reclame proprietária do qualificativo progressista, a verdade é que há muito não progride do ponto de vista doutrinário, porque também se encontra desarmada de intelectuais e teóricos. Não importa o quanto o mundo se altere, e quão rápido, a social-democracia permanece enredada em velhas aporias e tolhida por dogmas caducos. Nos picos da sua crise, chega a delirar com um retorno às origens, como se fosse possível pensar a era do Antropoceno – e do algoritmo, da desmaterialização do trabalho e da digitalização da comunicação e das interações sociais – com o mesmo quadro mental do século XIX ou como se alguma vez tivesse tido uma matriz ideológica lisa, inequívoca, e não fosse, como todos os grandes sistemas, o fruto de uma dialética, de um equilíbrio instável e transitório de aspirações conflituantes.

A social-democracia encontra-se hoje incapaz de falar para os jovens, para a massa crescente dos trabalhadores pobres ou para os habitantes das “pequenas pátrias” do interior. Deixa-se amedrontar até mesmo na hora de meter ordem no mercado habitacional. Alheou-se do sindicalismo, que desdenha como se fosse um traste velho. Mas também não apela aos que subsistem já num meio digital, desmaterializado, libertário, desenraizado; não desenvolveu um pensamento claro sobre o federalismo, sobre a globalização, sobre a descentralização, sobre a demografia, sobre o território, sobre a justiça.... Tem-se limitado, em grande medida, a assumir o papel de conservadora-restauradora do Estado Social, quando já nem o nacional-populismo o põe em causa nos seus alicerces (Le Pen, Meloni, Órban...). Deixou cair causas de elevado mérito, como a semana das 20 horas. Na imigração, coloca o economicismo e a efervescência antirracista acima da denúncia da indignidade das condições de vida dos imigrantes e da luta contra a sua exploração laboral.

A redundância e a autoindulgência foram o tom dominante do congresso do Partido Socialista Europeu que teve lugar há semanas, em Amsterdão. A declaração que dele saiu tem o seu quê de pueril e nem uma linha aí se encontra sobre a magna questão da imigração, o foguete que colocou a direita radical em órbita político-eleitoral.

Escusado será dizer que é nestes termos que sentimos a sua crise também em Portugal.

Pode a democracia ser renovada e pode a família social-democrata capitanear essa renovação? A democracia, no que ela tem – ou tinha – de organização do desacordo, de arte e ética da deliberação, de institucionalização e ritualização do conflito, não tem condições para resistir ao totalitarismo digital em curso, à crise da verdade, ao indomável leviatã das redes sociais ou ao avanço da inteligência artificial. Encontra-se em mutação e a sua forma futura, a forma que se prepara, permanece turva. Apesar de tudo, a social-democracia possui uma vantagem: a sua plasticidade e adaptabilidade. É por isso que ela deve evitar a companhia de leituras rígidas, intransigentes ou tribunícias. Ela deve ser audaz e arejada, deve cultivar um certo espírito de aventura. Não deve somente opor-se ao medo que outros semeiam, mas deve começar por exorcizar os seus próprios medos. A social-democracia costuma, com desaconselhável sobrançeria, reclamar-se “do lado certo da história”. Não creio que seja a forma correta de colocar o problema. Não se trata tanto de escolher o campo da história mais virtuoso quanto de vencer o fatalismo da história.

Constatemos, contudo, que a social-democracia não está em crise em todo o lado. Na Dinamarca, ela soube renovar o seu corpo doutrinário e expandir o apoio das classes populares. Da proteção social à gestão da imigração, a social-democracia dinamarquesa é hoje a versão mais apaziguadora das tensões que, noutros países, têm dilacerado a coesão social e é aquela que melhor conteve o avanço da extrema-direita. Talvez não seja má ideia procurar remédio nas poucas paragens onde a social-democracia continua a prosperar.

Menos do mesmo

Teresa Andrade

Psicóloga. Professora Universitária no Instituto Universitário Egas Moniz. Autarca em Setúbal. Secretária Nacional das MS-ID

Afinal, o que temos para oferecer em concreto aos cidadãos do nosso país? Que soluções apresentamos para as famílias que não conseguem, com dois ordenados, alugar ou comprar casa? Que soluções apresentamos para as falhas do Serviço Nacional de Saúde e que respostas temos para os profissionais de saúde? O que fizemos para tornar Portugal um país atrativo para os nossos jovens talentos, que diariamente saem para o estrangeiro sem intenções de voltar? Como contribuímos para que Portugal seja um país que cuida melhor das famílias, das crianças, dos idosos, dos pobres, dos doentes, dos que chegam de longe para trabalhar e de quem precisamos?

O Partido Socialista afastou-se da realidade e das dificuldades diárias, deixou de estar nas ruas a ouvir as pessoas. Também deixou de conseguir passar uma mensagem ideológica clara, oscilando ao sabor da conjuntura. Isto resulta em muitas faltas: falta PS na inovação e preparação, falta PS na coragem de fazer melhores propostas, falta PS na rua ao lado das pessoas, falta PS na voz. E falta renovação profunda. O PS tem estado, há demasiados anos, fechado nos mesmos rostos e posturas. As listas e posicionamentos cristalizaram-se. Nos lugares elegíveis, o Partido Socialista apresenta ao eleitorado praticamente sempre as mesmas pessoas, a mesma esfera de influência e poder.

A falta de renovação transformou o PS num lago estagnado, sem oxigénio. Sem ideais e sem força política, o Partido Socialista não é um projeto sedutor para quadros competentes, disponíveis para prestar serviço público através da ação política. Não é suposto ter no Parlamento deputados que se repetem sistematicamente, ocupando lugares elegíveis durante mais de três mandatos. O PS é, neste momento e na maior parte das suas estruturas, apenas um local de perpetuação de cargos. Uma espécie de função pública apática. Falta coragem de assumir que as pessoas em cargos políticos não devem ser dependentes de cargos políticos, mas ter uma carreira à qual possam sempre regressar.

A nossa acomodação e indiferença, a nossa falta de ação concreta em prol das reais necessidades de grande parte da população, o nosso discurso político com algumas inconsistências e sem foco objetivo em questões

centrais para as famílias, tornaram-se uma doença crónica e debilitante que tem desacreditado o PS junto de quem precisa de respostas para as suas necessidades. E também tem afastado os quadros mais competentes, por nem sequer lhes dar oportunidade.

Temos de ganhar coragem para tratar de forma rigorosa a doença que nos afeta e nos está a levar a um estado de saúde política de alto risco. O PS tem de voltar às suas origens, tem de sair dos salões e caminhar de novo nas ruas para sentir as dificuldades de todos os que vivem em Portugal. O PS tem de voltar a preocupar-se mais com as pessoas reais e menos com egos e lugares importantes.

Mais Partido, mais Pessoas, mais Política

Tiago Corais

Deputy Lord Mayor de Oxford. Membro da Comissão Nacional do PS

Fazer política hoje é mais difícil do que há 20 anos. Se, por um lado, o escrutínio é mais exigente – felizmente –, por outro lado, vivemos num tempo em que a perceção supera a realidade. A mentira espalha-se mais depressa que a verdade. O populismo cresce onde o bom senso hesita.

O Partido Socialista precisa de se adaptar com coragem. Para reconquistar a confiança da maioria dos portugueses, temos de acelerar mudanças internas e renovar os nossos paradigmas. Isso exige: Mais Partido, Mais Militância, Maior Abertura e Maior Assertividade na Comunicação.

Mais Partido

É urgente reformar o modelo organizacional do PS: de uma estrutura vertical para *uma pirâmide invertida*, onde o debate e a *decisão política nascem das bases*. Precisamos de mais profissionalização, coerência entre valores e ações, e eleições internas mais abertas, com *órgãos eleitos separadamente das lideranças*, promovendo pluralismo e crítica construtiva.

As reuniões devem ser planeadas, produtivas e com impacto real. Devem *incluir relatórios* dos grupos parlamentares (nacional e europeu), autarcas e secretariados, bem como temas centrais dinamizados por convidados externos. Devemos *criar grupos de trabalho temáticos* que produzam novas políticas e partilhar aprendizagens entre estruturas – sucessos e insucessos – para evoluirmos como organização.

Precisamos também de *métricas claras* para avaliar a atividade das estruturas locais: *produção política, iniciativas, ocupação das sedes, recrutamento, e presença nos media e redes sociais*.

Mais Pessoas: mais militância e abertura à sociedade civil

É essencial valorizar a militância ativa e abrir o partido à sociedade civil. As nossas sedes devem ser *Centros Comunitários* vivos, com grupos de reflexão que mobilizem pessoas, ideias e ação política. A inovação política deve ser prática quotidiana da militância.

Devemos estruturar o Partido para que o *contacto “porta a porta”* – prática que acompanho de perto em Oxford, Inglaterra – seja regular, escutando os anseios das populações, ajudando a resolver os seus microproblemas

e recolhendo opiniões, para sermos vistos como um *Partido* útil, presente e *comprometido com as pessoas*.

Mais Política, com maior assertividade na comunicação

Num tempo de desinformação, comunicar bem é tão importante como governar bem. Precisamos de uma *equipa profissional de comunicação digital*, com estratégia clara, apoio aos dirigentes e militantes, e coordenação de conteúdos nas redes e páginas institucionais.

As *decisões políticas* devem ser acompanhadas de uma *matriz estratégica que avalie riscos*, impacto comunicacional e perceção pública, com argumentários claros que antecipem e neutralizem narrativas populistas.

Porta a porta, com propósito e paixão! (testemunho pessoal)

Em todos os círculos eleitorais de Oxford, uma vez por semana, saímos às ruas para bater às portas e ouvir de perto quem mais importa: os moradores. Queremos saber se precisam de apoio da Câmara, da deputada, ou se há temas que os preocupam. Também fazemos um breve inquérito sobre a intenção de voto – local e nacional. Tudo fica registado na nossa app, garantindo acompanhamento e continuidade.

O Partido Trabalhista de Oxford centralmente organiza duas grandes sessões semanais, que circulam pelos diferentes círculos eleitorais e mobilizam ainda mais voluntários: quartas-feiras, das 17h às 19h; domingos, das 11h às 13h. Aqui em Littlemore, organizo entre duas a três sessões de 2 horas por semana – com o objetivo claro de bater a cada porta pelo menos uma vez por ano. Já evitei cinco famílias de ficarem sem abrigo, e uma senhora de 90 anos, que sempre tinha votado conservadores, e porque ajudei-a a resolver um problema dela, votou, ela e os dois filhos, em mim.

É esse trabalho persistente, de formiguinha, que faz a diferença. Só em outubro, já conversámos com 1300 residentes em Oxford. Cada conversa conta. Cada porta aberta é uma oportunidade de construir uma cidade mais justa e próxima de todos.

Renovar o progresso, reconstruir a confiança

Tiago Ricardo

Economista. Presidente da Juventude Socialista de Abrantes. Comissário Nacional da Juventude Socialista.

Entre 2015 e 2024, o Partido Socialista conduziu um ciclo de governação que reconciliou a reposição da estabilidade macroeconómica e a recuperação social. A reposição de rendimentos, a redução do desemprego e a credibilidade financeira foram marcos de uma política que provou que a esquerda pode ser responsável e reformista. Contudo, todo o círculo virtuoso traz consigo o risco da inércia. A consolidação sem renovação tende a transformar prudência em contenção e estabilidade em imobilismo. A política precisa de movimento para permanecer relevante, e o Partido Socialista não pode ser exceção.

A social-democracia europeia atravessa uma encruzilhada. A erosão da classe média, a globalização, os fluxos migratórios, a transição digital e a ansiedade ambiental alteraram o contrato social que sustentava o consenso progressista. A extrema-direita cresce não apenas pela retórica do medo, mas porque tem ocupado o espaço emocional que a esquerda por vezes deixou vazio: o do progresso consensual, da progressão individual, e do desenvolvimento aliado a um orgulho coletivo. A resposta socialista deve reencontrar as suas raízes humanistas, aliando igualdade, eficiência, proteção, progresso e mobilidade, numa base de consenso.

Renovar o ciclo progressista, aliando todas estas vertentes, implica coragem reformista. Três linhas estratégicas são decisivas:

Um Estado planeador e empreendedor, que oriente o investimento para a transição verde, a inovação digital e a economia do conhecimento, enquanto reforça o investimento na habitação e na eficiência do Serviço Nacional de Saúde.

Uma política fiscal redistributiva e amiga do trabalho, que permita uma maior conciliação entre as vidas pessoal e profissional, que alivie o peso sobre os rendimentos médios e dos mais jovens, que combata a evasão fiscal e que premeie quem cria valor social e económico.

A reconstrução da confiança institucional, por via da reforma do Estado, com transparência institucional, avaliação de políticas públicas, e investimento nos recursos humanos e na integração funcional.

A renovação geracional é outra fronteira decisiva. Os mais jovens esperam não apenas representação nas linhas da frente da governação, mas coerência entre discurso e prática. Esperam mais habitação acessível, mobilidade sustentável e oportunidades salariais como motor da economia e

garante da sua fixação. Estas são prioridades estruturantes, que permitem igualmente restaurar a confiança na política como instrumento de meritocracia e mobilidade social.

Dado o seu papel histórico na construção da democracia e no crescimento económico do país nos últimos 50 anos, o Partido Socialista tem, hoje, de fazer do presente e do futuro um compromisso entre prudência e ambição, entre a estabilidade das instituições e a ousadia reformista que sempre distinguiu o seu legado. O desafio é governar não fazendo apenas do progresso uma herança, mas uma promessa renovada que restitua a confiança.

Resgatar a racionalidade democrática em Portugal

Vílson Ponte Gomes

Ex-Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Membro da Comissão Política Concelhia do PS em Ponta Delgada

É arriscado afirmar que vivemos “o maior período de risco” das últimas cinco décadas em democracia. Depois do 25 de Abril, Portugal normalizou a democracia com altos e baixos. Já enfrentámos momentos de crise. Não descobrimos agora a chamada “crise da social-democracia”.

O que muda hoje é o ambiente em que o risco circula. O novo inimigo da democracia reside na esfera digital, tornando o momento atual mais perigoso do que as crises pós-revolucionárias. O campo de batalha são as redes sociais e os seus algoritmos. São entidades desconhecidas. Não sabemos qual é o seu objetivo, como funcionam, quem as lidera ou com que intenção estão a atuar. A única certeza é que beneficiam a radicalização. Opiniões moderadas passam despercebidas; mensagens extremadas viralizam. O sistema recompensa o confronto, transformando o espaço público num duelo entre “dois blocos radicais”.

Hoje, o debate político funciona menos “a favor de” e mais “contra” qualquer coisa. Precisamos de reconstruir um espaço de racionalidade e apego aos factos. Proteger a democracia hoje começa em nós e continua nas instituições.

A chamada “crise da social-democracia” não é apenas eleitoral. É uma crise de valores e de respostas à economia globalizada e à era digital. Rompeu-se o acordo de civilidade que permitia a convivência de ideias diferentes. Embora não haja lei que nos livre da indecência ou da violência humana, há mínimos de bom senso a resgatar que importa proteger com regras adaptadas aos novos fenómenos, Isso envolve decisivamente o papel dos algoritmos e das redes sociais.

Provavelmente, o passo mais importante é a regulação e a transparência sobre os algoritmos. Não se trata de os “calar”, mas de os civilizar. Reduzir o debate a “censura” vs. “liberdade total” é simplista. Regular bem é proteger a liberdade, não amordaçá-la.

Em paralelo, os partidos – eixo da representação democrática – têm de se reformar e falar do futuro em linguagem concreta, centrada nos problemas estruturais de uma economia globalizada. Todas as gerações enfrentam desafios. As novas confrontam bloqueios persistentes. Se os

ignorarmos, também crescerá a descrença na social-democracia e na própria democracia.

Por fim, voltamos à palavra racionalidade. O caminho para renovar a democracia passa por reerguer a racionalidade: verificar, ponderar e conversar. Só assim cuidamos e se pode renovar a social-democracia: com um pacto simples entre cidadãos e instituições. Isto define uma democracia racional.

Renovar a democracia: entre o cansaço e a esperança

Zara Pontes

Licenciada em Educação Social pela Universidade do Minho. Vice-Presidente da Estrutura Federativa das Mulheres Socialistas de Braga

A democracia nunca foi um processo terminado, mas sim um processo vivo e em constante renovação. Poderia começar por dizer que a democracia em Portugal e no resto do mundo vive um período muito difícil, ameaçado por forças que procuram enfraquecê-la. Hoje, o Partido Socialista tem um grande desafio para enfrentar, os velhos e os novos inimigos da democracia.

Os velhos inimigos, o autoritarismo, o populismo e a indiferença sempre andaram à espreita. O primeiro tenta substituir o diálogo pela obediência, o segundo transforma a complexidade em slogans e o povo em instrumento, o terceiro enfraquece a participação e deixa espaço para quem quer dominar.

Os novos inimigos surgem das mudanças tecnológicas e culturais do nosso tempo: há cada vez mais desinformação digital a distorcer a verdade e a minar a confiança do povo, o extremismo está cada vez mais aceso nas redes sociais, proporcionando o aparecimento de bolhas de ódio e a destruir cada vez mais o diálogo.

Estes inimigos vestem novas roupas, mas também a lógica de concentrar, de poder silenciar a diferença e manipular o medo. A crescente apatia das redes, onde se confunde expressão com ação e o fácil “gosto/like”, banaliza cada vez mais o compromisso. Hoje, clicamos, comentamos, reagimos, mas raramente agimos. Pior ainda, cresce o cansaço cívico, essa ideia de que nada muda, de que votar ou envolver-se é inútil. Esse é o retrocesso mais fácil para uma democracia apática, doente e pronta para ser posta em causa.

Quem são, neste novo modelo de inimigos, os velhos e os novos? De quem podemos falar quando olhamos para as novas ameaças à democracia e de que forma esta é ameaçada em pleno século XXI? Estes, de quem tanto se fala nas últimas décadas, nascidos no nosso tempo, que ousam colocar em causa a nossa liberdade, a liberdade constitucionalmente garantida, que faz parte de uma história de décadas de luta e de conquistas democráticas, tão arduamente alcançada e que hoje vive um tempo de incerteza, são aqueles que tanto devem preocupar o Partido Socialista e não podemos deixar que se evidenciem mais. Nem podemos permitir que os seus avanços cheguem a deitar por terra todo um tempo histórico alcançado!

Estes tempos colocam à prova a força da democracia, não porque tenha desaparecido, mas porque se tornou mais exigente. Estará na sombra destes novos inimigos a maior responsabilidade da fragilidade da democracia? Quem são eles e porque nos devemos preocupar?

Vivemos tempos dicotômicos. As democracias, que durante décadas pareciam sólidas e seguras, enfrentam hoje uma crise de confiança mundial. De um lado, há o cansaço evidente, cidadãos desiludidos, instituições desacreditadas, promessas políticas que soam a vazio, o povo cansado de não ver a sua vida melhorar. Do outro, há ainda a chama da esperança, discreta, mas persistente, que nasce da vontade de reconstruir, de reinventar e de acreditar na vontade do poder coletivo. Perante os inimigos da democracia, perante esta prova de resistência que a democracia enfrenta hoje, é imperativo pensar e protegê-la das novas ameaças.

Então, como devemos agir? O papel do Partido Socialista representa, mais do que nunca, uma esperança e uma mudança há muito desejada. Mais do que discursos, é necessária uma consciência mais exigente, mais participação e mais coragem. É preciso educar para o pensamento crítico e o papel da educação pode assumir uma atitude fulcral nesta mudança.

Temos que chegar aos jovens, porque a falta de literacia política leva a que novas gerações se deixem levar com muita facilidade pelos discursos fáceis. A promoção da educação para a cidadania nas escolas é algo que tem de ser levado a sério, o parlamento jovem deveria ser uma prioridade nas escolas. Perde-se muito tempo com discussões demagógicas e menos práticas, e os jovens de hoje não se deixam iludir por narrativas longas. Diria mesmo que nem as leem. Tudo o que queremos que eles oiçam tem de, e deve, ser informação curta e assertiva, e muito mais apelativa. Os jovens precisam que lhes seja dada confiança, é importante a sua participação cívica e política. Eles são o novo modelo de aprendizagem e de transmissão de pensamento e podem trazer com eles muitos outros descrentes. É com eles que se deve pensar na verdadeira renovação da democracia. Todos precisam de uma comunicação mais confiante, mais eficaz e mais acessível, eles contagiam-se entre si e, se não olharmos para esta nova realidade, não conseguiremos detonar o populismo “barato” que contamina todos os dias a nossa democracia.

A democracia sobrevive quando é vivida e renova-se quando todos e todas, novos e velhos, jovens e menos jovens, decidem defendê-la com convicção. Para que isso comece a acontecer temos que, enquanto responsáveis políticos, mudar esse paradigma, essa nova forma de escrever, pensar e falar. Se queremos uma democracia viva, forte e com esperança, temos que ser os principais agentes de mudança. Como disse Gandhi: “torna-te na mudança que queres ver no Mundo”.

DOCUMENTO

1977

O Secretariado Nacional explica a “Infiltração Trotskysta no PS”

Ao longo dos anos, com o amadurecimento da sua experiência, o Partido Socialista acabou por se tornar um ponto de encontro para correntes várias das esquerdas portuguesas (um dos testemunhos dessas movimentações convergentes consta deste número do *Portugal Socialista*, no texto “Da esquerda revolucionária para o socialismo democrático”). Essa capacidade de acolhimento abrangeu, também, em diversos momentos, personalidades que anteriormente tinham encontrado o seu espaço de intervenção em partidos à direita do PS, mas que acabaram por reconhecer no partido dos socialistas uma capacidade de construção democrática que faltava noutros espaços.

Essa relação do PS com variados espaços de ação política não teve só momentos felizes. Também experimentou momentos de rutura.

Logo no rescaldo do I Congresso Nacional do PS, realizado, na legalidade, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1974, acontecerá a primeira cisão do Partido, com a saída do grupo de Manuel Serra, que dará origem a outro partido, a Frente Socialista Popular (FSP), logo no mês seguinte. E, logo em janeiro de 1975, a FSP alinhará com as teses do PCP (e contra a posição do PS) na questão da unicidade sindical.

O II Congresso Nacional, que teve lugar de 29 de outubro a 2 de novembro de 1976, será, também, rodeado de tensões em torno da linha política, designadamente no que ela implicava de orientação governamental. Uma dessas linhas de tensão dará, posteriormente, origem a um partido situado ainda no campo do socialismo democrático, a União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS), cuja figura mais proeminente era António

Lopes Cardoso, que, entretanto, se demitira de Ministro da Agricultura, discordando da linha definida para lidar com a Reforma Agrária. A UEDS será, posteriormente, parte de uma candidatura às eleições legislativas de 1980, na Frente Republicana e Socialista, com o PS e com a ASDI (Ação Social Democrata Independente). António Lopes Cardoso e outros dirigentes da UEDS voltarão, posteriormente, a integrar o PS.

Entretanto, nesse mesmo II Congresso Nacional, a orientação da linha maioritária liderada por Mário Soares será desafiada por outra corrente, inclusivamente no plano eleitoral interno: apresenta-se uma lista concorrente aos órgãos nacionais, da qual eram nomes destacados Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira. Essa lista obtém cerca de 25% dos votos dos congressistas.

Esse episódio estará ligado, com a sequência dos acontecimentos, à expulsão de um conjunto de militantes e dirigentes, considerados responsáveis de “entrismo” trotskista, alguns deles vindo, depois, a participar na fundação do POUS – Partido Operário de Unidade Socialista.

Num partido com uma larga heterogeneidade ideológica, e com um habitualmente diminuto grau de “vigilância doutrinária”, trata-se, provavelmente, do episódio mais agudo de expressão de afastamento político registado na história do PS.

Trazer para o presente o documento onde a direção do Partido na altura expõe publicamente o *rationale* político da decisão de expulsão pretende contribuir para a compreensão da história do PS. Pela datação do documento, deve ter sido aprovado a 18 de janeiro de 1977, é subscrito pelo Secretariado Nacional do PS, tem a extensão de 16 páginas dactilografadas. Fisicamente, tem o formato A5 e foi distribuído como um folheto com fraca qualidade de impressão, com dois agrafos laterais. Leva como título “Infiltração Trotskysta no PS”, constituindo um espelho de uma época e de um contexto político muito intenso.



Infiltração Trotskysta no PS

DOCUMENTO do
SECRETARIADO NACIONAL

20 de Janeiro 1977

A INFILTRAÇÃO TROTSKYSTA NO P.S.

Perante as sucessivas tomadas de posição públicas de um grupo de inscritos no nosso Partido, que abusivamente invoca a representação de uma Comissão de Trabalho do P.S. e vem lançando uma campanha interna de alicia-mento de militantes socialistas de secções e núcleos de empresa para as suas posições divisionistas, entendeu o Secretariado Nacional elaborar um docu-mento de esclarecimento aos militantes do Partido e a opinião pública sobre a actuação deste grupo, os actos atentatórios da disciplina estatutária co-metidos e os pontos essenciais da argumentação política invocada, bem como sobre as suas motivações e desígnios políticos.

1. Enquadramento histórico

Como se sabe, não é esta a primeira vez que dentro do P.S. aflora um gru-po divisionista que se coloca à margem do funcionamento democrático do Partido consagrado nos Estatutos. Acontecimentos desta natureza são, ali-ás, compreensíveis num partido como o nosso - vasto, aberto, tolerante, não monolítico, com um rápido crescimento espontâneo e pouco controlado. E mais compreensíveis se tornam ainda se tivermos em conta a evolução da nossa experiência política pós-25 de Abril, com as suas contradições, al-gumas ilusões e acidentes de percurso.

Com efeito, o súbito e enorme crescimento do P.S. no período imediatamen-te posterior ao 25 de Abril, a simpatia que os seus dirigentes, antifas-cistas de sempre, e o seu programa político, exprimindo a síntese dos ideais históricos do socialismo e da liberdade, despertaram em largas ca-madas da população e, em particular, no meio trabalhador, tornaram o nos-so Partido uma poderosa força de esquerda que inevitavelmente iria provo-car a cobiça de muitos oportunistas e a desconfiança de forças políticas rivais e dos seus apoios militares. Uns procuraram servir-se do aparelho e da base de apoio do PS para imporem os seus projectos anti-democráticos mascarados de demagogia revolucionarista. Outros, em convergência de es-forços, aliás, com os primeiros, tudo fizeram para dividir aquele que "ameaçava" já ser o maior partido dos trabalhadores portugueses. Assim nasceu a "cisão-Serra", em circunstâncias por demais conhecidas, num gol-pe prematuro que fracassou estrondosamente. Assim também se tentou mais tarde, em pleno apogeu do gonçálvismo, uma segunda operação de divisão, alicerçada na criação de um clima psicológico de seguidismo e capitulaci-

- 2 -

onismo face à corrente militar dominante da época e aos seus aliados na esquerda antidemocrática, para o que se fazia igualmente uso da chantagem do período da reacção revanchista. O fracasso desta segunda operação levou ao afastamento de dois membros do Secretariado Nacional do Partido e de outros dirigentes e militantes, alguns deles hoje integrados na FEPU. Neste período difícil da revolução, a força de massas do PS e a actuação esclarecida, firme e corajosa dos seus dirigentes e militantes bastaram largamente para evitar o desmembramento do Partido, cuja coesão e capacidade de mobilização, foram, aliás, ainda mais reforçadas, com centenas de milhares de portugueses nos comícios e manifestações de rua então promovidos.

As características da luta antigonçalvista prestaram-se, porém, facilmente à emergência de um fenómeno de arrastamento de variadas correntes antitotalitárias que se procuravam colar ao PS, incapazes como eram de organizar a resistência, devido quer ao seu fraco apoio de massas quer à falta de coragem dos seus dirigentes ou à grande erosão da sua imagem pública. Assim, as motivações para a luta antigonçalvista estavam longe de ser coincidentes e eram até em alguns casos contraditórias. Por outro lado, o carácter de frente antitotalitária então assumido pelo PS, a sua posição - chave no xadrez político nacional, o seu apoio em vastas camadas da população com particular relevância para as massas trabalhadoras, constituíram, sem dúvida, uma tentação para a infiltração de correntes políticas que, falhas dum apoio de massas ou incapazes de levarem avante autonomamente os seus desígnios, preferiam servir-se do poderoso aparelho do nosso Partido para veicularem as suas teses próprias.

Se as forças de direita tiveram razões óbvias para rejeitar o gonçalvismo e se os partidos maoistas ortodoxos igualmente o combateram em obediência à estratégia antissoviética dos dirigentes chineses, outras correntes esquerdistas houve para quem o gonçalvismo encarnou a conjugação das duas realidades por elas historicamente mais odiadas: o estalinismo e o militarismo.

Refrimo-nos, como facilmente se depreende, a certas correntes trotskystas que encontraram, por isso, na luta antigonçalvista do PS um terreno privilegiado para a divulgação das suas teses históricas e de palavras de ordem habituais nesta família ideológica.

Não surpreende, por isso, que tal trabalho político tenha dado alguns frutos no seio do PS, e, particularmente, em algumas das suas estruturas ligadas à organização das classes trabalhadoras, bem como em pequenos círculos da Juventude Socialista. A forma denodada como certos militantes des-

- 3 -

ses sectores do Partido combateram o gonzalvismo grangearam-lhes facilmente a estima das bases operárias que mais sentiram o sectarismo comunista e o apreço dos dirigentes históricos do Partido, até por que as motivações ideológicas de tal combate estavam ainda longe de vir à superfície, pois o momento era de coesão e não se prestava a esse tipo de justificações.

Mesmo depois do 25 de Novembro, a necessidade de prosseguir o combate, embora em novos moldes, contra o domínio comunista nas estruturas sindicais e empresariais, contribuiu para manter abertas as possibilidades à fácil influência de palavras de ordem e orientações estratégicas de cunho trotskyista. Simultaneamente, a clara demarcação do PS em relação à direita e à intensificação do seu combate ao súbito triunfalismo das forças conservadoras veio pontualmente ao encontro de outro dos vectores fundamentais da actuação daquele grupo, cuja força de negação se orientava assim, embora por motivos ainda não inteiramente visíveis para os mesmos alvos.

É a partir da progressiva passagem do PS de partido de oposição para partido de Governo, com a necessidade inerente de por em prática uma política própria num contexto económico de crise, que se vão tornando mais patentes os desígnios profundos daquilo a que a Imprensa da época entendeu crismar de "ala obreirista". É assim que, após a clara vitória eleitoral de Abril de 76, quando se tornou iminente o acesso do PS ao I Governo Constitucional, se começa a verificar com mais clareza uma certa demarcação de parte desse grupo em relação à orientação geral prosseguida pelo Partido. O apoio dado ao General Eanes na sua candidatura à Presidência da República despertou uma primeira e visível reacção negativa da parte de alguns desses inscritos, cujo antimilitarismo primário os impeliu para uma minicampanha interna de crítica à deliberação democraticamente tomada pela Comissão Nacional do Partido.

Se a discussão parlamentar do Programa de Governo não permitiu o imediato afloramento das divergências de fundo já esboçadas, tal se deveu à ausência de uma prática concreta que fornecesse os argumentos desejados às posições obreiristas, e à possibilidade de -nesta fase- se manter um acordo pontual pelo menos em matéria de estratégia sindical, na base da negação simultânea da unidade e do pluralismo, em nome da unidade.

O desenvolvimento rápido e firme na prática governamental veio, enfim, clarificar aquilo que uma estratégia de punho oposicionista inevitavelmente contribuiu para ocultar: A contestação organizada por aquele grupo de inscritos à política de educação do camarada Cardia e encabeçada pelos seus elementos de confiança da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa - onde, aliás, se incluía pelo menos um elemento confessa-

mente trotskysta -, bem como as críticas de fundo à legislação laboral do governo, reveladoras de um total irrealismo e de uma radical incompreensão do tipo de meios e de estratégia necessário para vencer a difícil crise económica, foram de molde a lançar sérias suspeitas sobre os verdadeiros motivos ideológicos subjacentes a tão primário radicalismo: simples incapacidade de adaptação às responsabilidades do Partido do governo ao choque frontal entre uma orientação programática baseada nos princípios e na estratégia do socialismo democrático e uma orientação ideológica de influência marcadamente trotskysta?

Se a forma como decorreu o Congresso de Novembro permitia ainda legitimar a existência desta dúvida, deixando pairar em muitos de nós uma certa inclinação para a primeira hipótese, obviamente mais benigna já os acontecimentos posteriores ao Congresso claramente reforçaram a verosimilhança da segunda hipótese explicativa, quer por métodos de actuação a partir de então utilizados, quer pelo alargamento da sua contestação deste grupo a outras áreas típicas das preocupações trotskystas, como adiante se demonstrará pormenorizadamente.

Importa, por isso, definir com rigor as motivações fundamentais da crítica política fomentada por este grupo de inscritos, os vícios de análise cometidos, o seu grau de semelhança com os de certas correntes trotskystas e os objectivos que se pretendem atingir através dos processos de actuação utilizados.

2. A contestação à linha política do Governo e do Partido: seus alvos principais

- 2.1. As críticas à legislação laboral do Governo constituem sem dúvida a principal fonte de combate deste grupo de inscritos. Ao colocarem radicalmente em causa o sentido geral dessa política, a partir da análise que fazem da legislação sobre despedimentos, greve, controle de gestão, revelam uma tremenda incapacidade de se adaptarem a uma estratégia realista de superação da crise, capaz de impor a disciplina nas relações do trabalho, combatendo o oportunismo e o sectarismo e possibilitando a recuperação económica. Agarrados aos casos pontuais, confundindo o plano tático com o plano estratégico, mitificando a situação dos trabalhadores como indivíduos oprimidos em detrimento da sua situação como classe motora de um projecto histórico, cujas condições materiais é necessário garantir, este grupo de inscritos isola na sua crítica a política laboral do Governo dos condicionantes do contexto político-económico em que ela se inscreve e acaba por exigir...a lua! Assim o compreendeu a esmagadora maioria dos membros da

- 5 -

Comissão Nacional do PS, entre os quais muitos eleitos pela lista B, que, na reunião da Figueira da Foz, aprovaram com apenas sete votos contra e quatro abstenções, uma moção em que se expressa o apoio às medidas de política de trabalho do Governo, " que eram urgentes e se impunham ".

Incapaz de se libertar de um certo complexo oposicionista, este grupo de inscitos cria um cenário fantástico em que tudo se passa como se Portugal tivesse de novo mergulhado no mais puro sistema capitalista e houvesse que concentrar todas as energias no combate frontal a um capitalismo monopolista, afinal hoje, felizmente, destruído. O absurdo chega ao ponto de, em matéria tão delicada como esta, pretenderem desenvolver uma prática que levaria à conversão do PS simultaneamente um partido de Governo e partido de oposição.

- 2.2. As críticas à política de educação são um simples reflexo localizado do tipo de críticas anterior. Com efeito, a visão obreirista do mundo leva da às suas extremas consequências conduz este grupo a centrar as suas críticas em matéria de educação no processo de colocação de professores. Segundo eles, o MEIC procurava lançar para o desemprego milhares de professores que, por não possuírem as habilitações próprias para ensinar, se viram preteridos pelos diplomados dos cursos universitários que se candidataram pela primeira vez ao ensino. Ao rejetares este critério de colocação, os inscitos em causa partem duma concepção obreirista do professor, equiparado ao empregado de uma qualquer empresa cuja "produção" é, por simples acaso, o ensino, esquecendo a necessidade das qualificações científicas mínimas para ensinar e de grave responsabilidade e importante preparação exigidas pelas tarefas da educação. O MEIC procurou porém, evitar que os ex-professores justamente preteridos no processo de colocação fossem lançados para o desemprego, garantindo-lhes no caso de não virem a ser colocados a possibilidade de trabalharem noutros serviços do Ministério. A demagogia da crítica, juntou-se assim a pura falsidade da acusação. Para além desta questão as críticas formuladas limitam-se à expressão de vagos desejos de mais democracia e diálogo nas escolas e à contestação organizada na Associação Académica de Coimbra dos decretos - lei sobre a gestão do ensino superior, contestação essa que redundou no mais rotundo fracasso, como é do conhecimento público.
- 2.3. As críticas ao processo de condução da reforma agrária revelam, por seu turno uma estranha e incompreensível desconfiança na vontade política do Governo prosseguir as expropriações na zona de intervenção, como tem sido inequivocamente reafirmado desde o próprio dia da demissão de Lopes

Cardoso. Expressam, igualmente inaceitáveis processos de intenção à actual equipa do Ministério da Agricultura, além de enfermarem dum ridículo complexo anti-repressivo ao porem em causa a utilização das forças de segurança para fazer cumprir as leis dum Estado Democrático.

Também neste capítulo, a Comissão Nacional do PS para efeito mandatada pelo Congresso, tomou uma posição inequívoca: votou sem nenhum voto contra e escassas abstenções uma moção de política agrícola que corrige e acrescenta largamente a moção apresentada no Congresso, confirmando claramente os pontos de vista da actual equipa ministerial.

2.4. As críticas à política económica do Governo demonstram uma espantosa ignorância e uma total incapacidade de acticular argumentos com um mínimo de credibilidade, bem como uma completa ausência de uma alternativa global. Assim, limitam-se praticamente a fazer fogo sobre quatro aspectos parcelares, em termos que roçam as raias do ridículo:

2.4.1. No que toca ao Orçamento Geral do Estado, por exemplo, escandalizam-se com a verba atribuída às Forças Armadas e às forças de segurança e comparam-na demagógicamente com as verbas de outros sectores, com a saúde. Esquecem ou omitem deliberadamente que a verba actual para as Forças Armadas é, em termos de percentagem do O.G.E. a menor depois do 25 de Abril (10%), e, em termos de percentagem P.N.E., a terceira menor de todos os países da O.T.A.N., logo a seguir ao Canadá e à Dinamarca, baixando de 8% em 1972 para 3% em 1977. Representa, por isso, um sério esforço para diminuir o peso das despesas militares no conjunto do orçamento, sendo manifestamente inviável ir-se mais além na redução efectuada, em consequência das exigências financeiras da reestruturação em curso no sector, na actual fase de transição para umas novas Forças Armadas bem como do peso legado igualmente transitório das despesas de manutenção do pessoal. De certo modo, através destas críticas insinua-se o profundo ódio antimilitarista primário que desde sempre esteve subjacente à actualção deste grupo, na esteira do conhecido slogan trotskysta "Nem Capitalistas nem generais". Demonstra-se também a sua total irresponsabilidade política, ao pretenderem lançar cliivagens entre as forças políticas e os militares numa fase de consolidação da democracia em que a aliança entre os partidos democráticos e as Forças Armadas é vital para a preservação das conquistas do 25 de Abril. Por outro lado, é patente a contradição entre a crítica formulada às verbas para as forças de segurança e a preocupação manifestada quanto aos atentados bombistas. Nem o povo português poderia compreender que o Governo Constitucional se recusasse a atribuir verbas suficientes às forças militarizadas, quando uma das suas grandes preocupações incide precisamente sobre a falta de segurança de

- 7 -

pessoas e bens e consequentemente necessidade de intensificar o combate à criminalidade. Por seu lado, o Governo, se não quiser demitir-se das suas responsabilidades, precisa de dispor dos meios necessários para fazer cumprir as leis e a Constituição, sempre que grupos de prevaricadores pretendam por em causa a sua autoridade democrática ou as liberdades dos cidadãos em qualquer ponto do território nacional.

2.4.2. Quanto às indeminizações, a posição maximalista deste grupo de inscitos de oposição a qualquer espécie de indemnizações, é completamente irresponsável, contrariando a linha equilibrada adoptada na moção de orientação em política económica na reunião da Comissão Nacional, segundo a qual "o pagamento das indemnizações aos proprietários expropriados e aos ex-accionistas das empresas nacionalizadas, será feito através de títulos de dívida pública, estabelecendo-se critérios de tratamento diferencial em relação ao volume das poupanças envolvidas".

2.4.3. No que toca à política fiscal e às medidas de austeridade, a crítica formulada peca por má-fé ao pretender insinuar que o O.G.E. consagra disposições favoráveis aos possuidores de altos rendimentos em prejuízo das classes de menores recursos. Nunca o sistema fiscal português atingiu como agora taxas tão elevadas sobre os altos rendimentos. E o Governo já mostrou que as medidas de poupança forçada que preconiza obedecem a um critério de justiça social que beneficia os baixos rendimentos onerando mais pesadamente os altos.

2.4.4. Por último, em matéria de política comercial de distribuição dos bens essenciais e contenção dos preços, a proposta feita por este grupo de inscitos é manifestamente utópica, simplista e de certo modo mesmo suicida. Pretender resolver o problema do abastecimento e preços através da simples "expropriação dos grandes intermediários" levaria o País à fome no dia seguinte!... Uma vez mais, a orientação consignada nas moções de política económica e de política agrícola bem como no programa do Governo mostra-se muito mais realista e eficaz, ao preconizar a "criação de empresas públicas de comércio interno e de comércio externo que desempenhem um papel regularizador dos mercados, actualmente abandonados à acção de uma especulação desenfrida", "o fomento da organização de cooperativas polivalentes e de graus superiores destinados à comercialização e transformação", "a ligação orgânica, para troca, compra e venda de mercadorias entre cooperativas de produção, unidades colectivas de produção, pequenos e médios agricultores e cooperativas de consumo, de distribuição e de industrialização, por forma a eliminar progressivamente os intermediários supérfluos e parasitas" e o "desenvolvimento acelerado das infraestruturas de comercialização, em particular: mercados abastece

dores, silos, redes de frio e de abate".

Como se vê, entre a posição daquele grupo e a posição da Comissão Nacional vai toda a distância que separa um simples grito de um discurso coerente e eficaz...

2.5. A crítica à libertação dos Pides e à impunidade dos bombistas é em termos de estímulo mobilizador, o segundo grande tema da contestação deste grupo. Compreende-se que assim seja, dada a extrema sensibilidade do nosso povo às injustiças e à violência terrorista e à necessidade de uma actuação firme neste domínio. Mas o certo é que nas campanhas desencadeadas à volta desta questão, se é verdade que se expressam preocupações em si mesmo justas e dignas, acabam por se adoptar propostas ou preconizar métodos de luta inaceitáveis, porque ingênuos, contraproducentes ou mesmo anticonstitucionais. É o caso da proposta de uma comissão parlamentar de inquérito - que levaria, como é óbvio, à violação do indispensável segredo da investigação - e da proposta de transformação da actual Comissão de Extinção da Pide numa Comissão presidida por civis - o que violaria um dos princípios constitucionais que regula esta matéria. É o caso também da tática de luta preconizada - grandes comícios e manifestações de massa - manifestamente inadequado ao fim em vista, de certo modo pressupondo que se estivesse a derrubar um regime! Aliás, o tom geral da campanha levada a cabo neste domínio reflecte uma clara desconfiança na capacidade política dos órgãos de soberania competentes para organizarem a luta antibombista - Presidente da República, Conselho da Revolução e Governo -, ou para modificarem a legislação reguladora das penas dos Pides - Assembleia da República -, desconfiança esta, aliás, que os factos se estão encarregando de desmentir. Uma vez mais este grupo cultiva o grito em vez da serenidade revolucionária! O Governo, por seu lado, preferindo a pedagogia ao grito, prepara activamente a publicação do livro negro do fascismo que certamente contribuirá de forma muito mais eficaz para a consciencialização e mobilização da opinião pública do que alguns mini comícios aparentemente muito revolucionários. Sublinhe-se, aliás, que é o Governo socialista o primeiro governo após o 25 de Abril a tomar esta iniciativa de responsabilização pública do fascismo pelos inúmeros crimes que cometeu.

3. A inspiração trotskysta das críticas

Fica assim completado, nos seus traços essenciais, o quadro geral da contestação política deste grupo de inscitos. Dele transparecem facilmente algumas motivações ideológicas e determinados vícios de análise típicos das correntes da extrema-esquerda e particularmente das correntes

- 9 -

trotskyistas.

Aliás, é flagrante a semelhança dos temas de contestação e de argumentação que os sustenta com os que são veiculados por certas correntes trotskyistas, chegando a haver total coincidência entre muitas palavras de ordem e até no estilo gramatical utilizado nos respectivos documentos de análise política! Tome-se com exemplo para ilustrar asserção o número de Dezembro de 1976 de "Política Operária", órgão do "Comite de Organização para a Reconstrução da IV Internacional".

Logo no editorial, aparecem as seguintes palavras de ordem:

• "Nem um só despedimento! Revogação imediata da monstruosa lei dos despedimentos do Governo Soares! Retirada imediata do projecto-lei anti-greve! Todos os poderes às Comissões de Trabalhadores! Retirada imediata da GNR do Alentejo! Expropriação sem indemnização de todos os latifundiários! Desbloqueamento do crédito necessário às U.C.P. e cooperativas, sob controle dos Sindicatos e Comissões de Trabalhadores rurais e bancários! Subida imediata dos salários em dos 30% do aumento do custo de vida! Prisão dos bombistas e dos Pides! Extinção da actual Comissão de Extinção da Pide e constituição de uma Comissão formada pelas organizações operárias! Subordinação do poder militar ao poder civil!"

Compare-se o teor destas palavras de ordem com as que enxameiam os sucessivos comunicados dos clandestinos "Executivo Provisório da Comissão de Trabalho de Lisboa" e "Secretariado da Grande Lisboa da J.S.". Verifica-se que há apenas ligeiras variantes destinadas num caso a sublinhar o carácter restritamente trotskyista da primeira publicação e, no outro caso a adaptar esta inspiração política a uma corrente que se pretende interna ao PS e necessita, por isso, de desfargar certa terminologia mais ostensivamente trotskyista. Assim, nos vários artigos do Boletim pirata editado por este pseudo-Executivo Provisório da Comissão de Trabalho de Lisboa, vamos encontrar as seguintes palavras de ordem:

"É preciso renovar imediatamente esta monstruosa lei dos despedimentos!"

• "Nem um só trabalhador despedido!"

"Retirada da actual proposta de lei da greve!"

"Exigir a retirada imediata da GNR da herdades do Alentejo!"

"Que não seja dada qualquer indemnização aos grandes capitalistas e latifundiários!"

"Prisão imediata de todos os bombistas!"

"Julgamento severo de todos os Pides, legionários e inimigos dos trabalhadores!"

"Dissolução da actual Comissão de Extinção da Pide-DGS!"

"Constituição de uma nova Comissão de extinção da Pide/DGS, formada por elementos civis, reconhecidos antifascistas, sob o controlo da Assembleia da República".

Compare-se agora o artigo de fundo do "Política Operária" intitulado "O Orçamento e o Estado" e assinado por um tal "Jaime Reis", com o discurso de Aires Rodrigues na Assembleia da República e as críticas ao OGE insertas no Boletim citado da pseudo-CT de Lisboa. Os alvos das principais críticas são exactamente os mesmos: a verba consagrada às Forças Armadas e forças militarizadas, objecto de um idêntico tipo de comparação com as verbas atribuídas à saúde, e a austeridade suportada exclusivamente pelos trabalhadores por uma inadequada repartição da carga fiscal. A conclusão é quase idêntica: onde "Jaime Reis" afirma "não foi para isso que os trabalhadores deram a maioria ao PS e ao PCP na Assembleia da República", Aires Rodrigues limita-se a omitir a referência ao PCP mantendo o fundo do raciocínio e o próprio estilo: "não foi para isso que os trabalhadores deram a maioria ao PS...".

Folheiem-se outros números de "Política Operária" de "Combate Socialista" órgão do PRT e "Luta Proletária" (órgão do LCI) neles se encontram artigos em defesa de alguns militantes do PS suspensos em ostensivo apoio à linha política, críticas do teor idêntico à política de ensino, à legislação laboral do Governo, às Forças Armadas, à política agrícola e ao OGE, bem como apelos semelhantes à mobilização contra os Pides e os bombistas, com propostas igualmente parecidas neste domínio. Note-se que estes temas ocupam tanto nas publicações trotskystas como nos comunicados "suspensos" um espaço e uma importância quase idênticos.

4. Os vícios da análise e estratégia

Verificamos, assim, que o grupo de inscritos responsável pelo lançamento de estruturas paralelas e órgãos-piratas dentro do PS obedece a uma clara inspiração trotskysta. As suas análises e críticas refletem os vícios típicos da estratégia das correntes trotskystas que podemos rapidamente sumariar.

- 4.1. Obreirismo: visão mítica do proletariado, inspirada mais numa adesão sentimental aos sofrimentos dos indivíduos-operários, do que numa análise científica das condições económicas e políticas que permitem destruir o sistema de exploração de classe; dela decorre uma estratégia repentista da luta por um poder proletário imediato.
- 4.2. Radicalismo basista: estratégia que pressupõe a possibilidade de uma transição imediata para o socialismo, com rápida destruição de toda a iniciativa privada e socialização total do aparelho produtivo mediante

a entrega de todos os poderes às Comissões de Trabalhadores.

4.3. Antimilitarismo primário: assimilação ostensiva de Forças Armadas democráticas, integradas na ordem constitucional, e militarismo potencialmente golpista e ditatorial, no pressuposto utopista da possibilidade de destruição do aparelho militar e sua substituição por "milícias populares constituídas a partir das fábricas, empresas e bairros sob o controle das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores" (cf. "Política Operária", nº 18).

4.4. Anarquismo: complexo antirepressivo que leva a ignorar no caso português a necessidade do aparelho de Estado capaz de fazer executar uma política de consolidação das conquistas democráticas; opõe-se à aplicação estrita da legalidade democrática se necessário pelo recurso a processos represivos quando essa legalidade é desrespeitada por elementos prevaricadores que se colocam à sua margem ; parte do pressuposto idealista de que os trabalhadores têm sempre razão e de que o diálogo tudo permite resolver, conduz a uma prática irrealista de hostilização das forças de segurança, em oposição à tática correcta de as integrar na ordem constitucional ao serviço da autoridade do Estado Democrático.

Perante tal inspiração ideológica é altura de perguntar que tem ela a ver com a inspiração e a estratégia do Socialismo Democrático consagrada no Programa do PS? Só uma leitura totalmente deformadora deste ou uma montagem artificiosa de alíneas separadas do seu contexto permite que se invoque o Programa do PS como cobertura para as teses defendidas por este grupo de inscritos . Aliás, não se entende também como é que, sendo essas teses frontalmente rebatidas pelo teor genérico do relatório de Mário Soares ao Congresso, e tendo este relatório obtido um consenso quase unânime, se vem invocar agora o Programa do Partido em abono de posições claramente contrárias ao relatório do Secretário-Geral. Porque não votaram contra esse relatório? Porque não o acusaram de contrariar o Programa do Partido? A flagrante contradição de tais atitudes leva-nos a supor que estamos perante uma estratégia de penetração no PS que visa de fender a todo o custo a presença de uma corrente interna dotada de autonomia e órgãos próprios, em nome de uma pretensa fidelidade ao Programa histórico do Partido. Trata-se de uma atitude grosseiramente mistificatória que não passará! Aliás, a cronologia das sucessivas violações dos Estatutos e da disciplina partidária que adiante descreveremos, desfaz as dúvidas que porventura ainda subsistam sobre os verdadeiros desígnios deste grupo de inscritos.

5. Os objectivos políticos visados

Se a sua inspiração ideológica está já suficientemente clarificada, pela

análise a que procedemos do teor das críticas e tomadas de posição sobre a política de Governo, os processos de actuação utilizados vêm confirmar o carácter estranho ao PS de tal inspiração ideológica, pois mostram a sociedade estarmos na presença de uma tentativa de mostrar um esquema "entrísta-divisionista" de penetração no Partido por parte de uma corrente político-ideológica exterior. À semelhança, aliás, do que se tem passado com outros partidos da Internacional Socialista (cf. o caso do PSD sueco, do Partido Trabalhista Inglês, de uma Federação da Juventude do PSOE), assistimos agora em Portugal à tentativa de infiltração no PS de uma corrente de inspiração trotskysta, fiel a uma das tácticas conhecidas da IV Internacional, esta corrente procurou conquistar posições importantes na base operária do nosso Partido, com o objectivo de influenciar a estratégia de actuação do PS num sentido consentâneo com os seus desígnios ideológicos, ou, no caso de vir a falhar em tal propósito, de provocar um fenómeno interno de arrastamento de militantes suficientemente forte para dividir o PS retirando-lhe o maior número possível de bases operárias. Procurar-se-ia assim constituir uma espécie de "Partido Socialista Operário" que prosseguisse a estratégia preconizada pelos mentores desta corrente, ao mesmo tempo que se reduzia o PS à dimensão de um pequeno Partido burguês!...

Nem o primeiro objectivo foi atingido, nem este objectivo "rechange" tem qualquer espécie de viabilidade. Com efeito, a actuação dos mentores desta corrente se, numa primeira fase, conseguiu despertar algumas simpatias graças aos desfarces então utilizados e uma táctica de não hostilização frontal (e daí os 25% da lista B no Congresso), já posteriormente foi tão desastrosa que nem conseguiu influenciar a linha do Partido, nem manteve o apoio inicialmente obtido nem tem qualquer hipótese de vir a operar acisão desejada para a formação de um qualquer PSOP com um mínimo de credibilidade. Daí o desespero em que se encontra este grupo de inscritos impossibilitado de influenciar a linha do Partido, com uma base de apoio largamente reduzida (como já se viu na última reunião da Comissão Nacional), é incapaz por isso, de vir a arrastar um número significativo de militantes que lhe permitisse atingir o objectivo de "rechange" de constituição de uma "alternativa operária" ao PS.

6. A cronologia das sucessivas violações da disciplina partidária, nomeadamente após o Congresso, ilustra cabalmente a forma como se montou e se procurou levar a cabo este "esquema entrísta-divisionista".

6.1.- 4.11.76 : - tentativa de realização de um plenário de militantes de núcleos de empresa sem participação prévia ao Secretário-Geral, único órgão directivo em funções após o Congresso, que, por isso mesmo, o não

- 13 -

autorizou; o plenário visava discutir as funções de o Congresso remete
 ra exclusivamente para a Comissão Nacional e al. ar o Executivo da Co-
 missão de Trabalho de Lisboa na perspectiva prepação de novas eleições
 sem que nada disto tivesse sido alvo de deliberação prévia de órgãos di-
 rectivos do Partido; o Executivo da Comissão de Trabalho de Lisboa come-
 çava pois claramente a usurpar competências alheias; a proibição de reu-
 nir foi, aliás, violada da forma mais grave pelo realização de uma reu-
 nião com uma parte dos militantes nas instalações do Sindicato da Mari-
 nha Mercante, Aeronavegação e Pescas. AI terá sido escolhido o tal "Exe-
 cutivo Provisório da Comissão de Trabalho de Lisboa", no pleno desrespei-
 to das mais elementares regras democráticas, fora das instalações parti-
 dárias e numa reunião não autorizada.

6.2.- 6.11.76 : - publicação no jornal "A Capital" de um comunicado assinado
 pela "Comissão de Trabalho do PS" em que toma posição pública sobre li-
 nhas políticas gerais do Partido e se anuncia a decisão de eleger um no-
 vo Executivo daquela Comissão, sem qualquer autorização da parte dos
 órgãos competentes do Partido e em violação da determinação anterior ao
 Congresso, que impedia órgãos especializados não deliberativos de se pro-
 nunciarem sobre questões de política geral.

6.3.- 10.11.76 : - distribuição de um "documento interno-moção" com ataques
 graves ao Secretário-Geral e usurpação da sigla "Comissão de Trabalho de
 Lisboa" que este grupo de inscitos já não representava pois o seu Execu-
 tivo fora entretanto dissolvido e substituído por uma Comissão Ad-hoc
 presidida pelo camarada Marcelo Curto, por delegação do Secretário-Geral.

6.4.- 19.11.76 : - tentativa de transformar uma reunião para a formação polí-
 tica com cerca de 30 militantes de doze núcleos de empresa, num reunião
 deliberativa da "Comissão de Trabalho de Lisboa" com o objectivo de fa-
 zer aprovar um comunicado, redigido por Aires Rodrigues, de apoio à ini-
 ciativa tomada por um grupo de sindicatos de organizar um comício contra
 os atentados bombistas; apesar de expressamente proibidos de o fazer por
 membros do Secretariado Nacional para o efeito contactados, os cinco pri-
 meiros suspensos levaram avante o seu propósito imprimindo fora das
 instalações do Partido o referido comunicado com o simbolo do PS e a si-
 gla da "Comissão de Trabalho de Lisboa do PS" apesar de apenas disporem
 do aval de alguns dos militantes dos núcleos de empresa presentes naque-
 la reunião.

6.5.- 20.11.76 : - publicação no jornal "A Capital" de um comunicado intitula-
 do "A todos os trabalhadores, à Juventude" que aparece subscrito entre
 vários Sindicatos, pela "Comissão de Trabalho de Lisboa do PS" e no qual

se anuncia um comício contra o terrorismo bombista: trata-se de uma clara ingerência numa iniciativa sindical; além disso usurpando uma vez mais a sigla de uma estrutura do PS que aquele grupo já não representava. Foram estes últimos actos que determinaram a decisão de suspender préventivamente Aires Rodrigues, Carmelinda Pereira, Francisco Fortunato, José Luis Mendes e Henrique Gomes da Costa, responsáveis directos por esta flagrante violação da disciplina partidária.

6.6.- 24.11.76 : - distribuição de um "documento-interno" sob o título "A todos os militantes do PS" subscrito pelo "Executivo Provisório" e militantes de alguns núcleos de empresa e encimando com palavras de ordem como "não aos golpes de força no Partido, não aos ataques à Comissão de Trabalho, não à cisão do Partido": neste documento em que se tecem críticas violentas e caluniosas ao Governo e à direcção do Partido, apela-se para uma "Conferência Nacional dos Núcleos de Empresa do PS" no dia 4 de Dezembro.

6.7.- 26.11.76 : - realização de um comício em Coimbra promovido pela JS local com os mesmos objectivos políticos, apesar de expressamente proibido pelo Secretariado Nacional, e onde a militante suspensa Carmelinda Pereira usou da palavra; em consequência foram suspensos Henrique Fernandes, Alcides Guimarães, José Gonçalves, Maria José Ferreira Pita e Carlos Almeida.

6.8.- Sensivelmente na mesma data são distribuídos e enviados pelo correio a vários militantes dois comunicados, um subscrito por José Luis Mendes, outro por Maria da Paz Lima, retomando a mesma linguagem e as mesmas acusações e apelando à participação nesta Conferência.

6.9.- 4.12.76 : - realização na Faculdade de Ciências de Lisboa da citada Conferência com a presença de duas centenas de militantes inscritos de cerca de 16 núcleos de empresa, 7 secções, e 13 núcleos da JS, nesta reunião posteriormente denominada "Conferência Nacional de Militantes de Núcleos e Secções Socialistas e da JS" foram aprovadas moções contra o Orçamento Geral do Estado, contra a actuação do Governo na Reforma Agrária, contra a decisão de suspensão de militantes, contra a lei dos despedimentos, contra a libertação dos Pides e bombistas etc.

6.10.- 15.12.76 : - publicação de um "Apelo a todos os militantes do Partido" subscrito pelo "Executivo Provisório da Comissão de Trabalho de Lisboa" verdadeiro manifesto político deste grupo de inscritos, posteriormente publicado na íntegra no jornal "Página Um".

- 15 -

- 6.11.- 23.12.76 : - Discurso de Aires Rodrigues na Assembleia da República de violenta crítica ao Plano e Orçamento Geral do Estado e em anúncio o seu voto contrário; este discurso foi posteriormente publicado em stencil policopiado encimado com o símbolo do PS.
- 6.12.- 27.12.76 : - voto contrário ao Plano e ao OGE de Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, em flagrante violação dos Estatutos do Partido que obrigam à disciplina de voto no Grupo Parlamentar.
- 6.13.- 28.12.76 : - divulgação de mais uma moção aprovada por militantes de alguns núcleos e secções em papel encimado pelo símbolo do PS e sigla CT de Lisboa do PS em que se retomam as críticas habituais e se apela ao envio de "delegações" para "dialogar" com o Grupo Parlamentar, o Secretariado Nacional e... a Presidência da Assembleia da República (!) a propósito do Plano e do OGE.
- 6.14.- 4.1.77 : - publicação de uma publicação-pirata de "O Militante Socialista" órgão do anterior executivo da CT de Lisboa, sob a responsabilidade de do suspenso Henrique Gomes da Costa.
- 6.15.- 8.1.77 : - tentativa de venda pública desta publicação-pirata à entrada das instalações onde decorreu a última reunião da Comissão Nacional.
- 6.16.- 14.1.77 : - convocação de um comício em Lisboa pelo clandestino "Secretariado da Grande Lisboa da JS" onde usariam da palavra os suspensos Carmelinda Pereira, Henrique Fernandes e Maria da Paz; em consequência foram suspensos os responsáveis por esta iniciativa Artur Borges Nunes, Carlos Cabanita e José Simões.
- Eis apenas algumas das multiplas actividades divisionistas deste grupo de inscritos que, para além dos factos apontados, tem procurado realizar diversas reuniões com militantes de secções e de vários pontos do País, procurando aliciá-los para as suas posições políticas e ideológicas.

7. Conclusão: O Partido Socialista e a democracia interna

Todos estes actos comprovam amplamente o desígnio de criar uma estrutura paralela autónoma do Partido, concorrente dos órgãos directivos nacionais democraticamente eleitos, em flagrante violação da disposição estatutária que proíbe a organização autónoma de fracções ou tendências do Partido.

O Secretariado Nacional não podia, pois, ficar indiferente ou permanecer passivo perante actuações com esta gravidade, sob pena de se mostrar conivente na tarefa de desagregação do Partido deliberadamente prosseguida por este grupo de inscritos. É preciso, pois, que fique bem claro que as suspensões decididas pelo Secretariado Nacional foram motivadas por actos

de violação das normas internas de funcionamento democrático do Partido. Ao contrário do que certa imprensa informou, fazendo-se eco, aliás, da reacção dos suspensos, não está nem nunca esteve ou estará em causa no PS o direito estatutário de livre crítica e discussão política dentro do Partido, no respeito das normas estatutárias e regulamentares que garantem um funcionamento democrático. Este direito continua a ser exercido pelos restantes militantes do Partido, nas reuniões das estruturas a que pertencem no respeito da competência própria de cada um desses órgãos expirimir posições críticas através de documentos públicos que utilizam abusivamente a chancela de estruturas do Partido que os seus autores não re-presentam ou através de reuniões fora das estruturas legais convocadas por organismos paralelos, constitui, porém, um acto grave que põe em causa a própria democracia interna do Partido na medida em que os seus autores e acompanhantes se eximem à discussão dentro das estruturas próprias do Partido, provavelmente por recearem a estrondosa derrota aínas suas teses.

O Partido Socialista continua, pois, a orgulhar-se legitimamente do seu funcionamento democrático. As medidas tomadas visam, em última análise assegurar o respeito pelas regras democráticas do debate interno. Os membros do Secretariado Nacional têm participado em multiplas reuniões com núcleos, secções e federações de todo o País sem eximirem às críticas, explicando as posições do Partido e do Governo, escutando por vezes vozes discordantes (que nem por isso são suspensas uma vez que se exprimem nos órgãos próprios do Partido e no respeito da regra democrática da submissão da minoria à maioria), alimentando assim o dialogo interno e reforçando a unidade por via da compreensão esclarecida dos problemas que enfrentamos e das respectivas soluções.

O Secretariado Nacional sabe que sem debate interno e sem dialogo não há vida democrática possível no Partido e está, por isso, disposto a estimular todas as iniciativas que possam reforçar um clima de autêntica convivência democrática condição indispensável para a mobilização dos militantes em torno das grandes tarefas partidárias que nos esperam:

- O apoio ao Governo mediante um contínuo esclarecimento junto das populações da política prosseguida;
- O apoio à acção dos nossos eleitos para os órgãos do poder local;
- A insentivação da actividade sindical esclarecida e eficaz dos militantes socialistas em estruturas democraticamente organizadas.

Por isso, o Secretariado Nacional procurará em relação ao caso presente combinar uma atitude disciplinadora no que toca aos casos flagrantes de violação das normas de funcionamento democrático do Partido com uma atitude pedagógica de esclarecimento da nossa linha política que demonstre claramente a inconsistência e o aventureirismo do projecto político deste grupo de inscitos. Assim isolaremos mais facilmente aqueles que estão apostados numa tática entrista-divisionista daqueles outros militantes que, por ingenuidade e falta de esclarecimento, se deixaram até agora arrastar.

A hora é, pois, de serenidade e de confiança na capacidade no nosso Partido para uma vez mais sair reforçado de uma nova minicrise que, com as anteriores não deixará de constituir uma experiência positiva para os militantes socialistas. A actuação responsável e aventureirista deste grupo de inscitos, a prosseguir em impunidade, poderia enfraquecer o apoio do Partido ao Governo e, em consequência, abrir caminho a uma alternativa de direita. Porque a política do Governo socialista é a única política de esquerda possível no actual contexto económico e político. Sabotá-la ou enfraquecê-la é negar à esquerda, é negar o socialismo democrático.

O P.S. VENCERÁ!

O GOVERNO GOVERNARÁ!

18 de Janeiro de 1977

O SECRETARIADO NACIONAL DO P.S.

Lições da eleição presidencial de 2026

Porfírio Silva

Da esquerda revolucionária para o socialismo democrático

Eduardo Ferro Rodrigues e Eduardo Graça

Trabalho XXI. A nova investida da velha agenda da direita

Ana Paula Bernardo

O custo de ser jovem

Sofia Pereira

Técnica, Liberdade e Política

Francisco Teixeira

Da luta de classes à guerra entre nações: as questões do nacionalismo
e da guerra no movimento socialista nas vésperas da Grande Guerra

Diogo Vintém

O que é isso rearmar a Europa?

Porfírio Silva

Dossier

PS: Continuar a Construir Futuro

Documento

1977. O Secretariado Nacional explica a “Infiltração Trotskysta no PS